BASES CONCEITUAIS, RESULTADOS E APRENDIZADOS PIONEIROS DE REDD+

A implementação da primeira fase do Programa REDD Early Movers (REM) no Acre

Bases conceituais, resultados e aprendizados pioneiros de REDD+

A implementação da primeira fase do
Programa REDD Early Movers (REM) no Acre

ELABORAÇÃO
Monika Röper, Marisa Camargo, Sâmya Milena Brandão

REVISÃO
Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti
Julie Messias e Silva
Nésia Moreno
Christiane Ehringhaus (KfW)
Bojan Auhagen (KfW)

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Melissa Barchik Jares

DIAGRAMAÇÃO
Luiz Brasil

FOTOS
Alexandre Noronha

As opiniões aqui expressas foram discutidas com representantes do Governo do Acre e do KfW e passaram pela revisão de ambas as instituições.
Ainda assim são de inteira responsabilidade das autoras.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

Gladson de Lima Cameli
Governador

Wherles Fernandes da Rocha
Vice-Governador

Geraldo Israel Milani Nogueira
Secretário de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti
Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas
e Regulação de Serviços Ambientais - IMC

Julie Messias e Silva
Diretora Executiva do
Instituto de Mudanças Climáticas
e Regulação de Serviços Ambientais - IMC

Índice

Resumo executivo 9

1. Introdução 11

2. O contexto internacional de REDD+ 11

3. O Acre como pioneiro inicial para pagamentos por REDD+ no Programa REM 12

4. Controle do desmatamento no Acre como base para a abordagem de REDD+ 14

5. Abordagem jurisdicional subnacional de estoque-fluxo programático 18

6. Operacionalização e governança do Programa REM no Acre 20

6.1. Premiação e remuneração dos resultados de redução de emissões 20

6.2. Governança do SISA e do Programa REM 21

6.3. Monitoramento de salvaguardas de REDD+ 22

6.4. Gestão técnica e financeira do Programa REM 24

7. Remuneração da redução de emissões pelo Programa REM 28

8. Visão geral e resultados da repartição de benefícios 32

8.1. Planejamento e implementação da estratégia 32

8.2. Execução e resultados por subprogramas e macroatividades 34

8.3. Quadro de indicadores gerais e monitoramento 39

9. Resultados e aprendizados da repartição de benefícios 41

9.1. Aprimoramento do SISA e fortalecimento institucional de políticas públicas associadas 41

9.1.1. Operacionalização e aprimoramento do SISA 41

9.1.2. Fortalecimento do comando e controle 43

9.1.3. Fortalecimento do ordenamento territorial e fundiário 43

9.2. Abordagens de conservação de estoques de carbono 45

9.2.1. Subprograma Indígena 45

9.2.2. Subprograma de Extrativismo 49

9.3. Abordagens de redução do fluxo de carbono 52

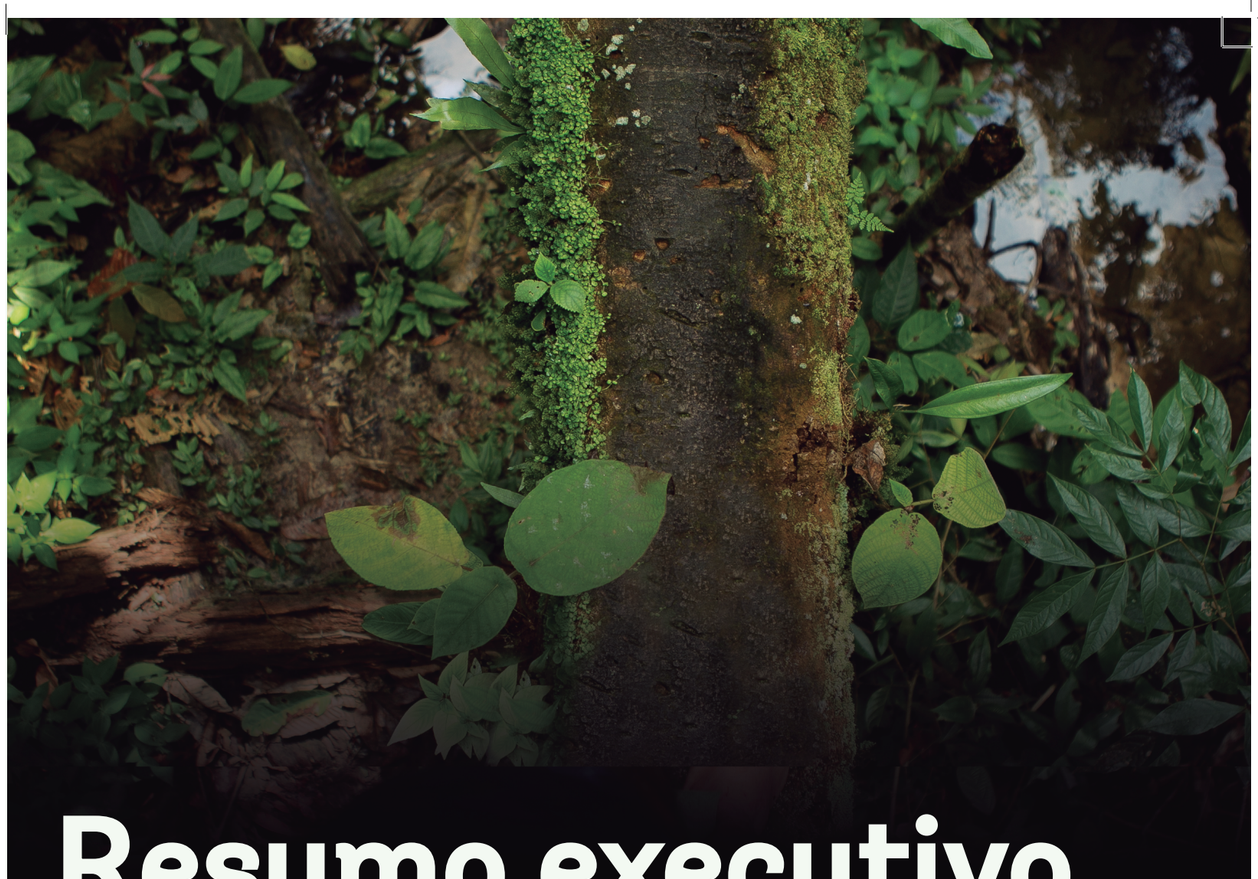
9.3.1. Subprograma de Produção Familiar 53

9.3.2. Subprograma da Pecuária Diversificada Sustentável 55

10. O futuro do Programa REM 59

11. Conclusões: os diferenciais do Programa REM no Acre 60

ANEXOS 62



Resumo executivo

O Programa REDD Early Movers (REM, em português: "REDD para pioneiros") é uma iniciativa inovadora da Cooperação Oficial de Desenvolvimento Alemã, que visa recompensar países ou entes subnacionais que comprovaram esforços e resultados na conservação de suas florestas e, assim, contribuíram à mitigação da mudança do clima.

Sendo uma iniciativa de alcance global, apoiando iniciativas em vários países, o Programa REM foi iniciado pelo Ministério da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da República Federal da Alemanha (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung, BMZ). Posteriormente, o Programa também foi financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und nukleare Sicherheit, BMU), além de receber aportes financeiros do Reino Unido e da Noruega. A implementação do Programa como um todo está a cargo do Banco de Desenvolvimento Alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), que realiza os pagamentos por resultados, e da Agência de Cooperação Técnica Alemã (Gesellschaft für internationale Zusammenarbeit, GIZ), que presta apoio técnico em casos específicos.

Apesar dos esforços que estão sendo promovidos por diversos países e organizações internacionais, o mecanismo REDD+ ainda não está apto a ser implementado em larga escala. Por um lado, ainda não há muitos países que efetivamente conseguiram comprovar a redução de suas emissões de origem florestal. Além disso, em muitos casos, ainda faltam sistemas para o registro dos dados e a capacidade de muitos países em desenvolvimento para analisar, medir e relatar com precisão a redução de emissões é baixa. Por outro lado, a elaboração de mecanismos de pagamentos por resultados ainda é lenta e faltam recursos para o seu financiamento.

Ao início do Programa REM em 2012, o estado do Acre era o único caso em que um ator jurisdicional, que apresentava resultados de redução do desmatamento, já havia avançado o suficiente no processo preparatório de REDD a ponto de permitir o início imediato do pagamento por resultados previsto no Programa. Este foi também o primeiro caso de aplicação da chamada abordagem subnacional-jurisdicional de REDD+. Entre os elementos considerados para permitir o início dos pagamentos estiveram:

Uma trajetória de vários anos de reduções efetivas de desmatamento. O Acre, juntamente com os demais estados da Amazônia Brasileira, conseguiu reduzir o desmatamento de forma expressiva durante a última década, alcançando uma redução de aproximadamente 65% entre 2004 e 2017 (no entanto, desde 2016 o desmatamento voltou a subir);

A disponibilidade de um conjunto de instrumentos habilitadores para a implantação de uma proposta de REDD+;

Uma série de políticas públicas e programas de implementação de atividades em nível local, junto a agricultores, populações tradicionais e povos indígenas com estruturas de implementação já existentes.

O Acre foi o primeiro estado a receber recursos financeiros do Programa REM, baseado em resultados verificados de redução de emissões geradas por desmatamento. A primeira fase do Programa REM no Acre foi implementada no período de

2012 a 2018, com recursos provenientes do BMZ (16 milhões de euros) e do BMU (9 milhões de euros), que remuneraram 6,572 milhões de toneladas de CO2, referentes ao período de 2011 a 2015.

A abordagem subnacional possibilitou testar ideias e obter resultados mais rápidos, já que se tratava de uma área menor, e assim, mais administrável. A implementação se deu em constante diálogo e alinhamento com o nível nacional. As experiências do Acre fomentaram e impulsionaram as discussões e encaminhamentos em nível nacional, em que técnicos e atores da sociedade civil participaram ativamente da construção de Estratégia Nacional para REDD+ brasileira (ENREDD+) e de suas instâncias. A implementação do Programa REM permitiu ao Acre e aos demais estados avaliar as necessidades de recursos para a operacionalização das estratégias de REDD+, subsidiando assim as propostas e negociações referentes à repartição de benefícios em nível nacional.

A iniciativa pública mais relevante para a implementação do Programa REM no Acre foi o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), estabelecido pela Lei Estadual 2.308 de 2010. Sua elaboração foi precedida de um extenso processo de consulta pública, prevendo que o sistema seja operacionalizado por meio de programas que abordam várias opções de serviços ambientais. O primeiro a ser elaborado foi o Programa de Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono (ISA Carbono), concebido para captar, prover e dar sustentabilidade de recursos financeiros ao estado, visando implementar seus planos e estabelecer a repartição dos benefícios para atores que conservam, preservam ou recuperam os ativos florestais. Por meio do ISA Carbono foi possível a primeira transação financeira do SISA, viabilizada pelo Programa REM Acre.

A estrutura institucional do SISA que separa as funções e responsabilidades de consulta, orientação e validação junto à sociedade civil; regulação, controle monitoramento e registro; execução e repartição dos benefícios e articulação com políticas públicas, foi determinante para a garantia de estruturas de governança robustas para a implementação do Programa REM.

Em um contexto de poucas experiências de repartição de benefícios nos níveis nacional e internacional, foi pactuado com o Acre reinvestir os pagamentos por resultados no aprimoramento das bases e do funcionamento do SISA e das políticas públicas associadas, cujo beneficiário é a população do estado como um todo. Adotou-se a abordagem de "estoque-fluxo" no sistema de distribuição de benefícios de REDD+. Por esse sistema, os benefícios são distribuídos de maneira equilibrada tanto àqueles atores que reduzem as emissões de gases de efeito estufa (fluxo), como àqueles que conservam suas florestas (estoque de carbono florestal). Esta abordagem combina critérios de fluxo, em que a repartição de benefícios de REDD+ é orientada pela contribuição à redução do desmatamento, gerando incentivos para reduções continuadas, e de estoque, na qual são reconhecidos e premiados aqueles que detêm. O Governo do Acre acordou uma distribuição de 70% para a repartição de benefícios na ponta e 30% para a estruturação do SISA e das políticas públicas associadas.

Uma premissa do Programa REM Acre era que a canalização de recursos para o apoio às políticas e programas existentes no estado promoveriam o fortalecimento dos sistemas e iniciativas já estabelecidos e permitiriam a realização de investimentos estratégicos em escala. No entanto, efetivamente, houve apoio tanto aos programas e sistemas já existentes, especialmente para viabilizar o início oportuno do programa, como a iniciativas inovadoras e experiências novas.

Assim, o reinvestimento de recursos se deu de uma forma pragmática em consonância com os seguintes Subprogramas:

- Indígena;
- Extrativismo;
- Produção familiar;
- Pecuária diversificada sustentável.

Esta publicação reúne as experiências de implementação, descrevendo os principais resultados e aprendizados do leque diversificado de investimentos realizados no âmbito do Programa.

Entre as conclusões gerais sobre a implementação da primeira fase do Programa REM no Acre destacam-se:

- O Programa pode ser considerado uma iniciativa bem-sucedida de implementação de uma abordagem pioneira de REDD+. A implementação forneceu uma prova de conceito para a abordagem jurisdicional subnacional.
- As estruturas de governança e gestão, a despeito de todos os desafios enfrentados, viabilizaram a operacionalização dentro dos prazos estipulados e geraram contribuições relevantes para a implementação das políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento no Acre, além de contribuir como insumos relevantes para as discussões nacionais e internacionais de REDD+.
- Para o apoio a programas e políticas já existentes e com mecanismos de implementação em operação é importante assegurar a aplicação de rotinas robustas de documentação de ações e resultados, especialmente quando estas iniciativas recebem recursos de diferentes fontes nacionais e internacionais.
- Estes elementos são relevantes para a prestação de contas aos financiadores e ao público em geral, mas, também, são de importância fundamental para avaliar o alcance e os impactos dos programas e suas estratégias.
- O funcionamento das instâncias de governança do SISA asseguraram a transparência e participação necessárias para garantir a legitimidade e promover a negociação da equidade da alocação dos recursos de REDD+.
- O Programa REM deve ser visto como peça importante de uma trajetória de transição de médio a longo prazo. Não é um programa isolado, mas um espaço de experimentação e aprendizado de uma nova abordagem de financiamento e de política pública de transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2017, foi negociada a segunda fase do Programa REM no Acre, que está atualmente em curso. O desenho dessa segunda fase tomou em conta aprendizados, especialmente em temas de gestão, gestão de conhecimento e monitoramento.

1. Introdução

O Programa REDD Early Movers (REM, em português: "REDD para pioneiros") é uma iniciativa inovadora da Cooperação Oficial de Desenvolvimento Alemã, que visa recompensar países ou entes subnacionais que comprovaram esforços e resultados na conservação de suas florestas e, assim, contribuíram à mitigação da mudança do clima.

Criado em 2011, o Programa tem como objetivo apoiar atores que desenvolveram iniciativas pioneiras de REDD+, sigla que se refere à Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, mas também considera o papel da conservação de estoques de carbono florestal, o manejo sustentável de florestas e o aumento de estoques de carbono florestal, representados pelo símbolo "+".

Além disso, o Programa REM também busca operar como financiamento de apoio à transição para o estabelecimento de um futuro regime financeiro operacional de REDD+ no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês).

Sendo uma iniciativa de alcance global, apoiando iniciativas em vários países, o Programa REM foi iniciado pelo Ministério da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da República Federal da Alemanha (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung, BMZ). Posteriormente, o Programa também foi financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear (Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und nukleare Sicherheit, BMU), além de receber aportes financeiros do Reino Unido e da Noruega. A implementação do Programa como um todo está a cargo do Banco de Desenvolvimento Alemão KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), que realiza os pagamentos por resultados, e da Agência de Cooperação Técnica Alemã (Gesellschaft für internationale Zusammenarbeit, GIZ), que presta apoio técnico em casos específicos[1].

A primeira fase do Programa REM no Acre foi implementada no período de 2012 a 2018, com recursos provenientes do BMZ (16 milhões de euros) e do BMU (9 milhões de euros), que remuneraram 6,572 milhões de toneladas de CO2, referentes ao período de 2011 a 2015.

Esta publicação reúne as experiências de implementação da primeira fase do Programa REM no estado do Acre. São identificados e descritos os principais resultados e aprendizados do Programa[2]. A documentação desta experiência inédita deve informar e inspirar outras iniciativas subnacionais e jurisdicionais, interessadas na implementação de mecanismos de REDD+, além de gerar subsídios para a segunda fase do Programa REM no estado. No entanto, o Acre também enfrentou desafios ao implementar o primeiro programa de REDD+ jurisdicional. Os órgãos diretamente encarregados da gestão tiveram que ser fortalecidos para poder gerir uma iniciativa da proporção do Programa REM.

2. O contexto internacional de REDD+

As estimativas recentes afirmam que o desmatamento e a degradação das florestas tropicais representem em torno de 8% das emissões mundiais de carbono[3]. Em 2005, durante a 11ª Conferência das Partes da UNFCCC em Montreal, instalou-se uma discussão estruturada para criar uma abordagem para a redução das emissões oriundas de desmatamento e degradação florestal. Nos anos seguintes, os países membros da UNFCCC adotaram o chamado mecanismo REDD+.

O mecanismo REDD+ é um instrumento de financiamento para prover incentivos financeiros a países em desenvolvimento. O instrumento estabelece que os países em desenvolvimento que passaram por um processo de mensuração, relato e verificação (MRV) dos seus resultados de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal tornam-se elegíveis a receber "pagamentos por resultados" de diversas fontes internacionais.

Apesar dos esforços que estão sendo promovidos por diversos países e organizações internacionais, o mecanismo REDD+ ainda não está apto a ser implementado em larga escala. Por um lado, ainda não há muitos países que efetivamente conseguiram comprovar a redução de suas emissões de origem florestal. Além disso, em muitos casos, ainda faltam sistemas para o registro dos dados e a capacidade de muitos países em desenvolvimento para analisar, medir e relatar com precisão a redução de emissões é baixa. Por outro lado, a elaboração de mecanismos de pagamentos por resultados ainda é lenta e faltam recursos para o seu financiamento.

1 Cf. https://www.kfw-entwicklungsbank.de/International-financing/KfW-Development-Bank/Topics/Climate/REDD/

2 Além da revisão da documentação e da compilação dos resultados da primeira fase do Programa REM, a publicação está apoiada em uma série de exercícios de identificação de aprendizados com os executores do Programa REM e em um conjunto de entrevistas com especialistas e atores relevantes para a discussão sobre REDD+ em nível nacional e internacional, realizados em outubro de 2018 (conferir também Anexo I).

3 Cf. https://www.wri.org/blog/2018/10/numbers-value-tropical-forests-climate-change-equation

Situação atual das experiências de pagamentos por resultados

Os atuais programas de doadores para o pagamento por resultados de REDD+ encontram-se majoritariamente fora do âmbito das negociações da UNFCCC. Ainda assim, são empreendidos esforços para buscar a consistência dos programas com as decisões da Convenção. Os principais programas em andamento são:

- Banco Mundial: (i) O Fundo de Parceria para o Carbono da Floresta (Forest Carbon Partnership Facility, FCPF), em que 20 países (de um total de 46) estão desenvolvendo seus programas de reduções de emissões. Os primeiros contratos foram firmados em 2018, mas ainda não foram efetuados pagamento por resultados; (ii) A Iniciativa para Paisagens Florestais Sustentáveis do Fundo BioCarbon (BioCarbon Fund Initiative for Sustainable Forest Landscapes, ISFL), que atualmente foca em três países (Colômbia, Etiópia e Zâmbia). Até o momento, não foram firmados contratos ou realizados pagamentos por resultados.
- A Iniciativa Internacional do Governo da Noruega para Clima e Florestas (Norway's International Climate and Forest Initiative, NICFI) alocou cerca de USD 2,7 bilhões para pagamentos por resultados ao Brasil, Indonésia, Guiana, Peru e Libéria. Pouco mais de USD 1 bilhão já foi desembolsado, principalmente por meio de pagamentos por resultados ao Fundo Amazônia, no Brasil. O Fundo Amazônia está em operação desde 2008 e constitui a primeira experiência de mecanismo de REDD+ em escala jurisdicional, ainda como piloto anterior ao estabelecimento de mecanismos da UNFCCC. A Alemanha também contribui ao Fundo Amazônia, por meio de cooperação financeira e técnica.
- O Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund – GCF), no âmbito da UNFCCC, lançou uma chamada de propostas de financiamento em dezembro de 2017, para pagamentos baseados em resultados de REDD+. Em fevereiro de 2019, a proposta do Brasil para recebimento de pagamentos por resultados de redução de emissões referentes aos anos de 2014 a 2015 foi aprovada, em um total de USD 96,5 milhões.

Fontes

http://redd.mma.gov.br/pt/component/content/article?id=1031 https://www.forestcarbonpartnership.org/sites/fcp/files/FCPF%20Dashboard%20as%20of%20August%2031%202018.pdf; https://norad.no/en/front/thematic-areas/climate-change-and-environment/norways-international-climate-and-forest-initiative-nicfi/; https://www.greenclimate.fund/-/gcf-begins-redd-results-based-payments-pilot-programme

3. O Acre como pioneiro inicial para pagamentos por REDD+ no Programa REM

Ao início do Programa REM em 2012, o estado do Acre era o único caso em que um ator jurisdicional, que apresentava resultados de redução do desmatamento, já havia avançado o suficiente no processo preparatório de REDD a ponto de permitir o início imediato do pagamento por resultados previsto no Programa. Entre os elementos considerados nesta avaliação constavam (cf. também Anexo I):

- Uma trajetória de vários anos de reduções efetivas de desmatamento;
- A disponibilidade de um conjunto de instrumentos habilitadores para a implantação de uma proposta de REDD+;
- Uma série de políticas públicas e programas de implementação de atividades em nível local, junto a agricultores, populações tradicionais e povos indígenas com estruturas de implementação já existentes.

Assim, o Acre não demandava um grande volume de investimentos prévios para a estruturação dos mecanismos de verificação das reduções e de repartição de benefícios ou na realização de pilotos locais.

Este quadro era resultante da trajetória de duas décadas de implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e de conservação florestal no Acre, combinadas com a realização de uma série de investimentos estratégicos em infraestrutura e na transformação da base econômica do estado em direção a uma economia florestal e de baixo carbono. Desde o início dos anos 2000, a implementação das estratégias vinha sendo apoiada por grandes programas de investimentos com recursos nacionais (especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES) e internacionais (principalmente Banco Mundial, BIRD, e Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID). Vários destes programas apoiaram a criação e o fortalecimento de um diversificado arcabouço institucional nas áreas ambiental e econômica. Ao longo dos anos, o estado também realizou investimentos nas áreas de educação, saúde, infraestrutura social e cultura, permitindo o alcance de um nível médio de desenvolvimento humano (0,719, média Brasil: 0,759). Houve igualmente avanços na redução da dependência, ainda considerável, do Acre em relação ao repasse de recursos federais (segundo informações do Governo do Acre, em 2018 a participação do governo federal no orçamento do estado havia caído de 83% em 1999 para 59%).

Entre os vários instrumentos das políticas e programas estaduais de desenvolvimento sustentável estabelecidos figuram iniciativas de ordenamento territorial, prevenção e controle do desmatamento e queimadas, incluindo a regularização de áreas desmatadas indevidamente, e mecanismos de apoio e diversificação produtiva, com foco no beneficiamento e na industrialização da produção agropecuária e florestal. Destacam-se também iniciativas de planejamento e implementação de abordagens intersetoriais ao nível dos órgãos estaduais.

Histórico da configuração territorial do Acre

O Estado do Acre está localizado na porção sudoeste da Amazônia Brasileira, fazendo fronteira com o Peru e a Bolívia e divisa com os estados do Amazonas e Rondônia. Com aproximadamente 164.000 km² ocupa apenas 2% do território brasileiro. Mais de 70% de sua população, atualmente em torno de 870 mil habitantes, reside em áreas urbanas. As áreas rurais são ocupadas por grupos sociais diversificados, em que se destacam pequenos agricultores familiares, populações extrativistas e povos indígenas.

Após a exploração da borracha no fim do século 19 e a implantação da infraestrutura rodoviária no âmbito das políticas de ocupação da Amazônia, a partir de 1970, o Acre começou a superar o seu isolamento geográfico e econômico. O acesso rodoviário permitiu a expansão da pecuária bovina, mas o desmatamento necessário para implantar as pastagens gerou uma forte resistência da população local, cujo modo de vida estava associado à extração de produtos da floresta. Ao longo da década de 1990, os movimentos sociais então criados – cuja liderança mais emblemática foi o seringueiro e sindicalista Chico Mendes, assassinado em 1988 – passaram a influenciar e ocupar as instâncias políticas estaduais.

O Acre ainda conta com um remanescente de 86% de cobertura florestal. O histórico de disputas deixou um contingente de áreas com situação fundiária ainda indefinida, mas houve grandes avanços no ordenamento territorial. Assim, 33,60% da área do estado é composta por diferentes categorias de unidades de conservação, que abrangem desde parques nacionais e estaduais com uso restrito até diferentes modelos de reservas, caracterizadas pelo uso sustentável dos recursos naturais pelas populações locais. As terras indígenas ocupam 13,73% da área do estado e um total de 41% estão em mãos de particulares ou sob outras formas de domínio público, com destaque para um grande número de assentamentos da reforma agrária.

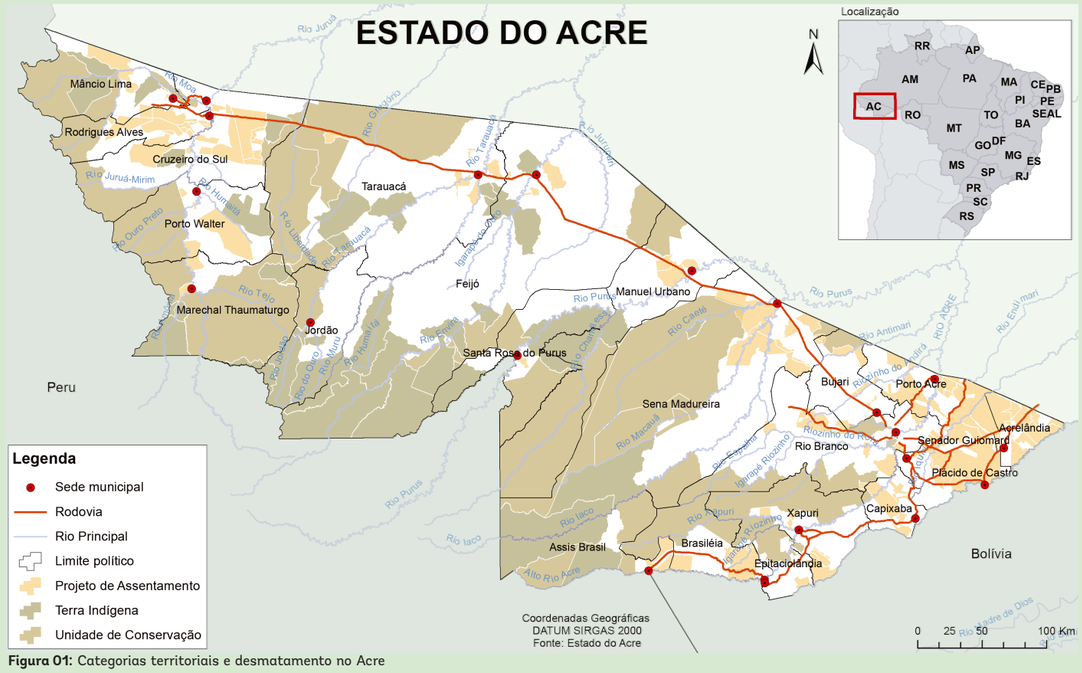


Figura 01: Categorias territoriais e desmatamento no Acre

Linha do tempo de marcos de políticas públicas com relevância para o início do processo de REDD+ no Estado do Acre

1999 — **Início da priorização de políticas ambientais e florestas** em nível estadual

2000 — Elaboração do **Zoneamento Ecológico-Econômico** em nível estadual **na escala de 1:1 milhão** (1ª aproximação), promovendo o ordenamento territorial do estado

A Lei Estadual 1.277/1999 introdugiu a política de subsídio à compra de borracha nativa, visando a remuneração dos serviços ambientais prestados ("**Lei Chico Mendes**")

2001 — A Lei Estadual 1.426 dispõe sobre a criação do **Fundo Estadual de Florestas (FEF)** e do **Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas**

2002

2003

2004 — Elaboração dos **Planos de Gestão das Terras Indígenas**, como iniciativas de etnozoneamento participativo

2005

2006

2007 — Elaboração do **Zoneamento Ecológico-Econômico** em nível estadual na **escala de 1:250 mil** (2ª aproximação)

2008 — A **Lei Estadual 2.025/2008** estabeleceu um mecanismo de **Certificação de Propriedades Rurais**, que previa o pagamento de bônus para compromissos de redução do desmatamento (em vigor até 2012)

2009

2010 — A Lei Estadual 2.308/2010 estabeleceu o **Sistema Estadual de Incentivos Ambientais (SISA)**

Lançamento da primeira fase do **Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento**

2011 — **Criação do Instituto Mudanças Climáticas do Acre (IMC)**, que coordena a implementação do SISA

Figura 02: Objetivos e serviços ambientais previstos pelo SISA

A concepção do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), lançada pela Lei Estadual 2.308 em 2010, é de relevância fundamental para a posterior implementação do Programa REM. A elaboração do SISA foi precedida de um extenso processo de consulta pública, que incluiu várias reuniões com diferentes setores da sociedade acreana e coleta de contribuições com potenciais grupos de beneficiários, técnicos governamentais e não-governamentais, além da colaboração de especialistas de organizações nacionais e internacionais. A lei prevê que o sistema seja operacionalizado por meio de programas, abordando várias opções de serviços ambientais.

O primeiro a ser elaborado foi o Programa de Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono – ISA Carbono, focado na redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, ou seja, em abordagens REDD+. O Programa ISA Carbono foi concebido para captar, prover e dar sustentabilidade de recursos financeiros ao estado, visando implementar seus planos e estabelecer a repartição dos benefícios para atores que conservam, preservam ou recuperam os ativos florestais.

4. Controle do desmatamento no Acre como base para a abordagem de REDD+

O Acre, pela sua própria extensão territorial e pela localização à margem das principais frentes de expansão do desmatamento, historicamente, não figura entre os estados que lideram as estatísticas de desmatamento na Amazônia brasileira. Nos últimos dez anos, apenas 4,2% do desmatamento na Amazônia ocorreram no Acre[4].

A partir de 2004, o Acre passou a acompanhar as expressivas reduções de desmatamento verificadas na Amazônia brasileira como um todo (ver box na próxima página). A implementação de abrangentes planos federais e estaduais de prevenção e controle do desmatamento[5] teve uma participação significativa

4 Cf. http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments

5 Conhecidos pelas siglas PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) em nível federal e PPCDs (Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento) nos estados da Amazônia Legal.

Evolução do desmatamento e das estratégias de enfrentamento no Acre

Entre 2004 e 2017, o Acre alcançou uma redução total do desmatamento de aproximadamente 65%. No entanto, nos últimos anos as taxas, tanto na Amazônia Legal quanto no Acre, passaram por flutuações, refletindo uma tendência de aumento. O aumento da taxa verificada em 2018 limitou a redução total do desmatamento no Acre a 39%:

Nos primeiros anos de vigência dos planos de prevenção e controle do desmatamento (2004 a 2008, aproximadamente), o desmatamento era realizado em grandes parcelas, mais facilmente identificadas pelas ferramentas de monitoramento e passíveis de serem enfrentadas com esforços concentrados. Recentemente, predominam os desmatamentos em pequena escala, que podem estar associados aos padrões de uso de pequenos agricultores, mas também a desmatamentos menores por outros atores. Estes demandam ajustes nas estratégias de enfrentamento e maior articulação entre ações de comando e controle e incentivos a alternativas econômicas sustentáveis ao desmatamento. Acrescenta-se a isto o aumento da variabilidade climática, que fez o Acre experimentar vários anos com alternância entre grandes enchentes e secas severas e prolongadas, o que levou a queimadas e incêndios florestais fora de controle, aumentando a degradação da floresta. Assim, os órgãos ambientais, mesmo com todos os esforços empreendidos na sua estruturação, enfrentam um cenário em que se torna cada vez mais difícil e oneroso alcançar avanços adicionais.

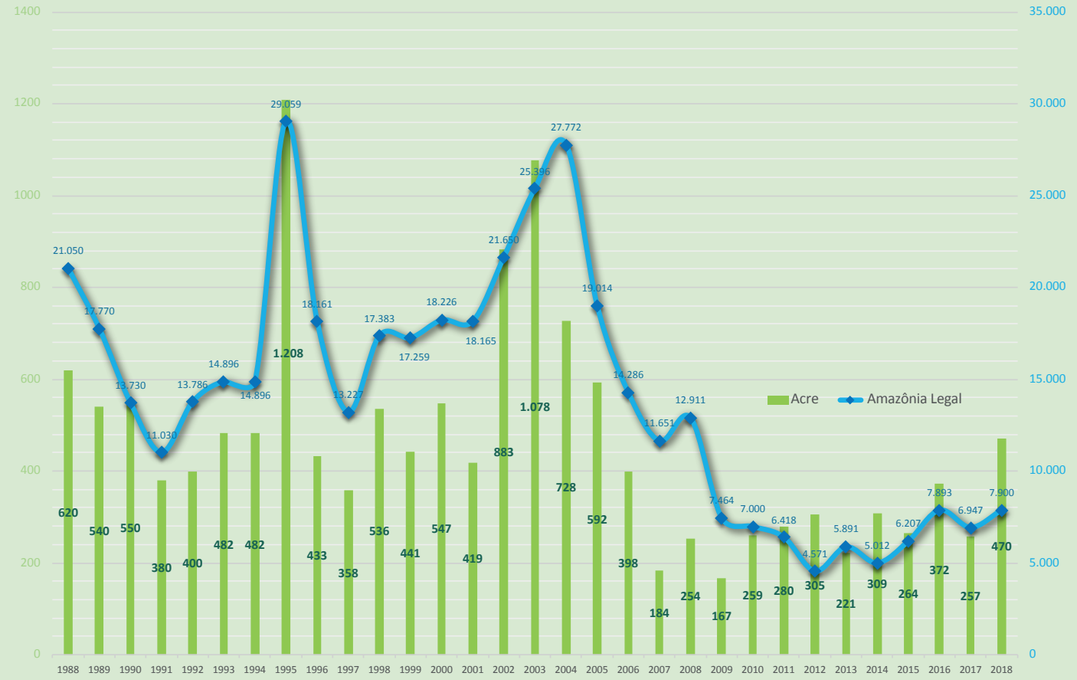


Figura 03: Evolução do desmatamento na Amazônia Legal e no Acre

Fonte: Inpe 2018

nas quedas, sem desconsiderar fatores como os relacionados à dinâmica de preços de commodities, tais como a carne bovina. Outros fatores relevantes em nível estadual foram o estabelecimento dos programas e políticas baseadas em um modelo de desenvolvimento sustentável, o fomento às cadeias produtivas sustentáveis, o fortalecimento da atuação das instituições estaduais, bem como a criação e o fortalecimento de espaços de governança, o fomento à participação dos povos indígenas, das populações tradicionais e dos agricultores familiares nas discussões e tomadas de decisão, o reconhecimento e fortalecimento das organizações de base e o estabelecimento de instrumentos de ordenamento territorial, em especial o ZEE.

O Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado do Acre (PPCD/AC), estabelecido em 2010 de forma similar ao federal, assumiu uma meta de reduzir em 80% a taxa de desmatamento até 2020, equivalente a 3.649 km² de desmatamento evitado e à redução da emissão de cerca de 165 milhões de toneladas de CO2e. Adicionalmente, em fins de 2015, o Governo do Acre, juntamente com o Governo de Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), assumiu o compromisso de eliminar o desmatamento ilegal até 2020, porém, esta meta não foi quantificada.

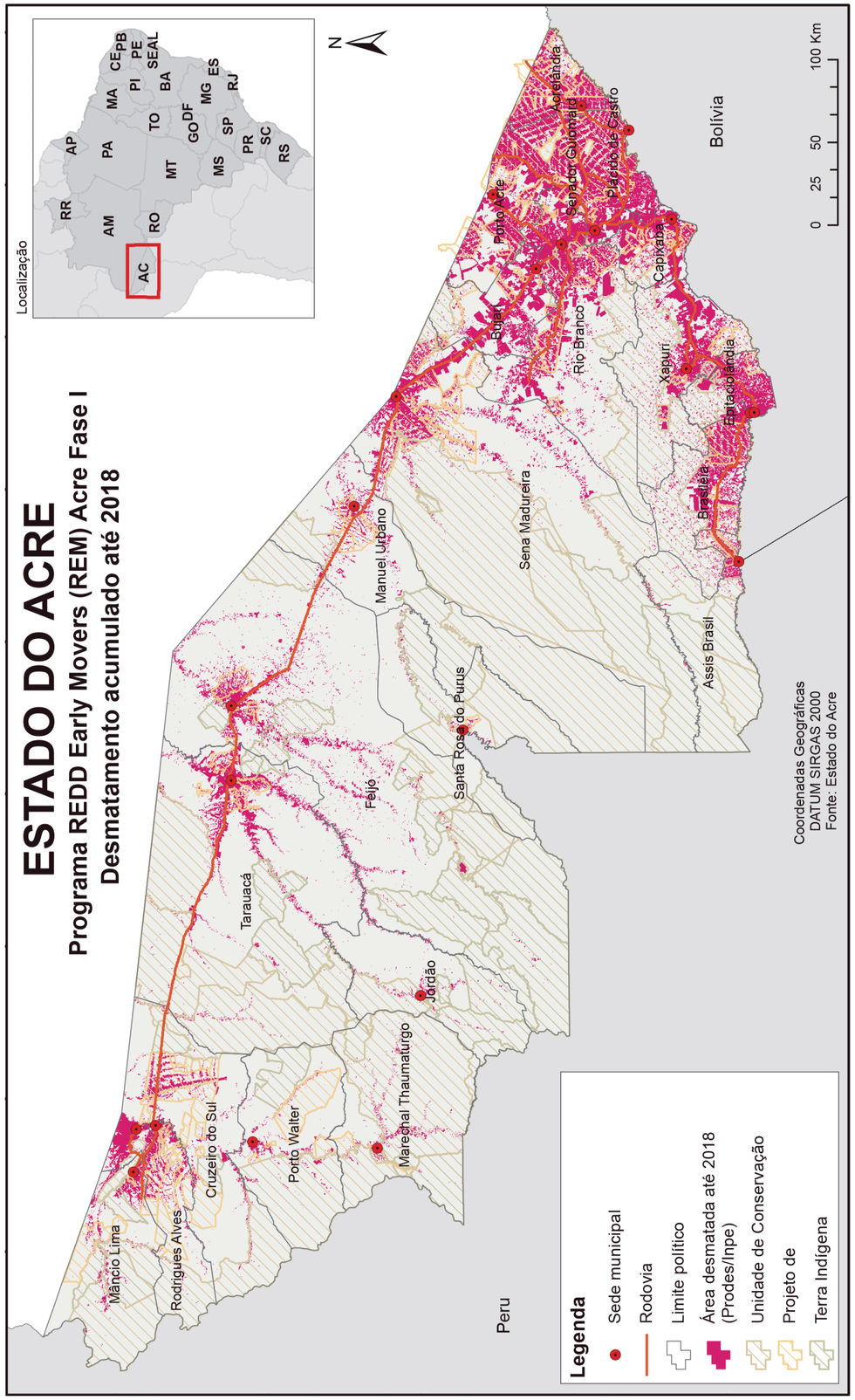
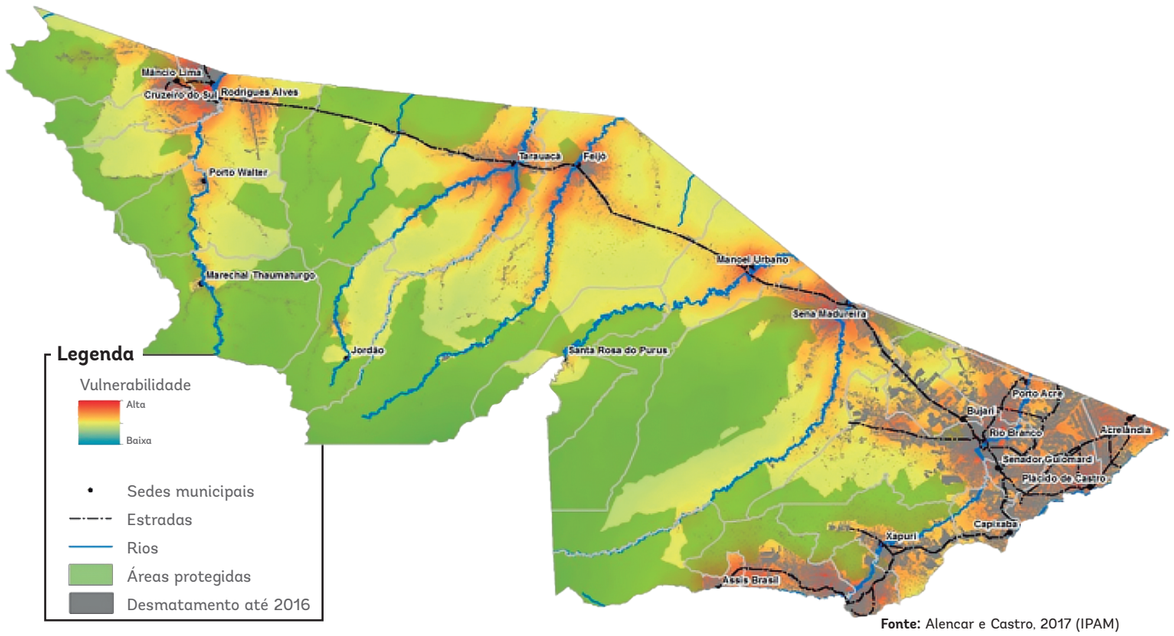


Figura 04: Distribuição do desmatamento acumulado até 2018

No entanto, o desmatamento não pode ser considerado um fenômeno superado. A pecuária extensiva ainda constitui o seu principal vetor econômico, ocupando mais de 85% das áreas desmatadas no estado. Nos anos recentes, o desmatamento avançou sobretudo nos mais de 130 projetos de assentamento do estado, que reúnem a maior parte da população rural de agricultores familiares. Assim, a paisagem do Acre se compõe de áreas com baixa incidência de desmatamento e faixas com alto nível de criticidade e vulnerabilidade quanto à expansão futura do desmatamento:

Figura 05: Vulnerabilidade ao desmatamento no Acre



Fonte: Alencar e Castro, 2017 (IPAM)

Adicionalmente, as análises mais recentes apontam para indicativos de novos vetores de desmatamento, tais como a invasão de áreas públicas devolutas, unidades de conservação e assentamentos, associada à atuação do crime organizado, por exemplo, com a retirada ilegal de madeira e o tráfico de drogas. Depois de 2012, a taxa de desmatamento passou a registrar uma sequência de anos em que altas e reduções se alternaram. Já em 2018, mostra um crescimento substantivo, de quase 73% em um único ano.

Apesar dos desafios e problemas, o Brasil ainda é um dos poucos países no mundo que conseguiu reduzir o desmatamento de forma expressiva durante a última década. A trajetória do Brasil e do Acre no tema evidencia que a priorização política continuada da implementação de iniciativas como os planos federais e estaduais de prevenção e controle do desmatamento são cruciais para a consolidação das experiências. Sem esta priorização, verifica-se o retorno e novos aumentos do desmatamento. Uma vez que os programas de REDD+ remuneram os resultados alcançados, a redução ou ausência de resultados compromete a sua implementação.

Em vista do atual contexto político e econômico no Brasil e no mundo, verificam-se dificuldades na manutenção dos avanços e, ainda mais, na viabilização de reduções adicionais. Portanto, manter os índices atuais sob controle possivelmente já representa um desafio considerável.

A lição para as demais experiências de REDD+ é que, sem políticas e esforços continuados, não há garantias para o alcance da redução do desmatamento, sendo possível o retorno a níveis críticos.

5. Abordagem jurisdicional subnacional de estoque-fluxo programático

Em termos de abrangência territorial, a UNFCCC adota uma abordagem de REDD+ em nível nacional, sendo a apresentação dos resultados de responsabilidade do país membro da Convenção. No Brasil, a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) foi elaborada enquanto o Programa REM já estava em implementação no Acre. A ENREDD+ foi lançada em 2016, formalizando a estruturação dos esforços do governo no tema e prevendo uma trajetória de aprimoramentos até 2020, com enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento e nas demais atividades no âmbito de REDD+.

As diretrizes, regras e critérios que regulam a elegibilidade para o acesso a pagamentos por resultados de REDD+ e os aspectos relacionados à captação e ao uso desses recursos são definidos pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), a partir de insumos providos pela Câmara Consultiva Temática sobre Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis. Cabe destaque à Resolução 6/2017 da CONAREDD+, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia. Determinou-se que 40% dos recursos serão destinados ao Governo Federal e 60% serão distribuídos entre os nove estados do bioma amazônico. Portanto, a partir desta resolução foi possível alocar os recursos do REM ao Acre com base na ENREDD+, encaminhando a discussão entre o governo federal e os estados sobre como implementar REDD+ no país.

O Programa REM buscou implementar uma proposta que fosse ao mesmo tempo segura, transparente e operacional. Para o seu entendimento, é necessário levar em conta algumas características que diferenciam o modelo do Acre de outros considerados no âmbito das discussões internacionais sobre REDD+:

- O SISA constitui o marco legal de um programa jurisdicional subnacional. Esta abordagem é distinta daquelas baseadas em projetos privados de REDD+, uma vez que envolve escalas de implementação maiores. O enfoque subnacional permite que países com dimensões geográficas extensas possam estar mais próximos dos atores locais para traçar estratégias de combate ao desmatamento. Além disso, os estados detêm uma série de atribuições no âmbito do pacto federativo brasileiro, constituindo-se em atores relevantes para a implementação das políticas públicas. No caso do Acre, considerou-se também que o estado havia avançado na estruturação de pré-requisitos normativos e operacionais ainda não disponíveis em nível nacional ao início do Programa REM. Ao longo da implementação, os alinhamentos necessários com a estratégia nacional foram realizados. Ainda que, em termos gerais, a abordagem de REDD+ siga sendo nacional, as seguintes considerações favorecem experiências piloto de abordagens jurisdicionais subnacionais:
- O recorte territorial mais restrito facilita testar um programa inovador em escala subnacional.
- A escala subnacional favorece a obtenção de resultados mais rápidos, gerando lições aprendidas e impulsionando novas iniciativas no cenário nacional.
- O modelo jurisdicional pode reduzir os custos de transação e tornar o projeto mais eficiente.
- A abordagem jurisdicional contribui para diminuir os riscos de vazamento.
- A abordagem possibilita apresentar uma contabilidade de carbono mais confiável.
- O recorte territorial facilita o respeito e cumprimento das salvaguardas socioambientais e a instalação de um ambiente participativo que contemple todos os grupos existentes no território.
- A escala também permite maior flexibilidade e o atendimento às especificidades locais na repartição de benefícios.
- Por fim, no caso do Acre, a escala subnacional também propiciou a possibilidade de adoção de estratégias que permitissem reagir a vetores específicos e complexos que caracterizam o desmatamento no estado (por exemplo, a atuação de cerca de 40 mil pequenos produtores).

Para a repartição de benefícios, o SISA prioriza o aproveitamento da estrutura de programas já existentes no estado. Este procedimento é distinto de uma distribuição proporcional dos recursos a todos os atores envolvidos na redução do desmatamento. A remuneração da redução das emissões em nível estadual dispensa a necessidade de apuração da contribuição individual à redução do desmatamento ou à conservação das florestas. Tendo em vista o histórico de ocupação do estado, que levou à permanência de várias situações de indefinição fundiária, a distribuição individual teria pouca viabilidade prática e poderia gerar dúvidas quanto à sua legitimidade, podendo também incitar conflitos e levar a incentivos perversos que fomentassem o desmatamento. Além disso, a disponibilidade limitada de recursos poderia dificultar a realização de investimentos estratégicos mais concentrados, necessários no âmbito de uma estratégia de transição para formas sustentáveis de uso dos recursos naturais.

Considerando as características e o histórico das políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Acre, o desenho da implementação do Programa REM adota uma abordagem de estoque-fluxo. Esta combina critérios de fluxo, em que a repartição de benefícios de REDD+ é orientada pela contribuição à redução do desmatamento, gerando incentivos para reduções continuadas, e de estoque, na qual são reconhecidos e premiados aqueles que detêm e protegem os estoques de floresta.

O modelo de REDD+ elaborado pelo Acre prevê que os benefícios repartidos possibilitem que os atores gerem novas reduções de desmatamento e de emissões, enfatizando, portanto, o caráter de incentivo e não de compensação. Entende-se que a mudança efetiva de comportamento não será alcançada com pagamentos diretos, mas por meio de investimentos na transformação dos sistemas produtivos.

Remuneração por resultados em REDD+: incentivo ou recompensa?

Não existe uma fórmula específica estabelecendo como os países devem distribuir os recursos oriundos do pagamento por resultados pelo mecanismo REDD+. Há uma corrente que defende que, por ser uma remuneração por resultados, os países beneficiários estariam recebendo uma recompensa por esforços já realizados. Assim, não faria sentido que os recursos recebidos viessem acompanhados de condicionantes, como, por exemplo, de serem investidos em conservação florestal ou atividades correlatas.

Em outra linha de argumentação, é defendido que os recursos deveriam ser reinvestidos em atividades que apoiam (direta ou indiretamente) a manutenção da floresta em pé e o seu uso sustentável. Essa abordagem entende que os recursos de REDD+ devem ser vistos como um incentivo para que os países consolidem uma estratégia baseada na economia de baixo carbono. Tanto o Fundo Amazônia quanto o SISA seguem este modelo.

No caso do Brasil, essa discussão foi superada pela Resolução 8/2017 da CONAREDD+, que define as diretrizes para uso dos recursos e o monitoramento dos acordos de pagamentos por resultados de REDD+, incluindo entre outras atividades:

- contribuir para a mitigação da mudança do clima;
- apoiar o fortalecimento institucional dos entes federativos para a implementação de ações relacionadas à REDD+;
- implementar e demonstrar o cumprimento das salvaguardas de Cancun.
- O Programa REM em sua atuação global segue uma linha híbrida, que combina elementos de ambas as vertentes:
- O Programa REM premia e recompensa esforços passados, reconhecendo os investimentos realizados e a vontade política manifestados pelo país ou pela jurisdição parceira.
- Os recursos do Programa REM são reinvestidos, de acordo com as prioridades dos parceiros, visando a geração de benefícios socioeconômicos e de desenvolvimento sustentável, assim como reduções no desmatamento adicionais (mas não vinculantes).

O SISA como sistema multivalente

Com a criação do SISA em 2010, o Acre se tornou o estado brasileiro mais avançado em termos de programas de Pagamento por Serviços Ambientais e REDD+. O SISA foi concebido de forma a possibilitar a atração de fontes diversificadas de financiamento, tanto públicas como privadas:

- Mercados de carbono: À época da concepção do SISA, havia uma expectativa de que a operacionalização de mecanismos do tipo cap and trade pudesse se tornar uma de suas fontes de recursos. Nos países que adotam o mecanismo, as empresas têm um limite máximo de emissão de gases estipulado, podendo comprar e vender permissões relativas às emissões excedentes ou inferiores a este limite.
- Projetos privados: A estrutura do SISA também permite a atração de projetos privados de REDD+ para o Acre, contemplando o potencial de uso de compensações de emissões por empresas privadas (o chamado offset).
- Cooperação Internacional Oficial (Official Development Assistance, ODA): Por fim, o SISA foi preparado para viabilizar a recepção de pagamentos por resultado disponibilizados pela Cooperação Internacional.

A partir de 2010, foram assinados Memorandos de Entendimento de Cooperação Ambiental entre os Governos do Acre e da Califórnia (EUA) para a venda de créditos de carbono através do sistema cap and trade, visando compensar parte das emissões do estado norte-americano. Memorandos semelhantes foram assinados com os Governos de São Paulo e do Rio de Janeiro e com o BNDES. A despeito do otimismo inicial, as expectativas relativas aos mercados internacionais de carbono e a utilização de mecanismos do tipo cap and trade se desfizeram com a quebra destes mercados e a resistência ao seu uso no âmbito da política nacional de mudança do clima. Com o posicionamento contrário, a ausência de um marco regulatório para essa categoria de transação e a necessidade de alinhamento da estratégia estadual com a federal, as tratativas foram interrompidas.

Já os projetos privados enfrentaram dificuldades metodológicas na integração com os padrões Acre Carbon Standard adotados pelo SISA. Além de problemas fundiários, verificou-se também que os níveis de referência adotados pelos projetos utilizaram o conceito de "desmatamento planejado" para captarem recursos correspondentes aos 20% de desmatamento potencialmente autorizáveis pelo Código Florestal, mesmo não havendo pressão de desmatamento e sem comprovar reduções efetivas. Não houve esforços de adequação aos critérios de qualidade do SISA, seja na adoção da abordagem conservadora para a contabilidade de carbono, seja nos critérios socioambientais e nas salvaguardas. Na ausência de instrumentos legais para impedir as transações destes projetos e com a atuação das iniciativas Verified Carbon Standard (VCS) e Climate, Community and Biodiversity Alliance (CCBA), que certificaram os projetos com base de padrões menos conservadores, os projetos passaram a atuar em um espaço paralelo, não sendo reconhecidos nem na esfera estadual, nem na federal.

Desta forma, o Programa REM foi a única iniciativa concretizada no âmbito do SISA até o momento, revelando-se como elemento estabilizante e de menor risco para o sistema. Associado à ODA, o Programa REM viabilizou pagamentos por resultados sem gerar offsets ou créditos de carbono e sem conexão com sistemas de cap and trade na Europa. Além de permitir o aprimoramento do SISA, o Programa REM também possibilitou o estabelecimento de uma rede de parceiros estratégicos, o que pode resultar em aportes futuros ao sistema.

mas produtivos e com a consolidação de políticas estruturantes. Espera-se assim alimentar um ciclo que, em médio prazo, promova a transição para uma economia de baixo carbono. Esta abordagem está alinhada com a Resolução 8/2017 da CONAREDD+, que define as diretrizes para uso dos recursos e o monitoramento dos acordos de pagamentos por resultados de REDD+.

6. Operacionalização e governança do Programa REM no Acre

6.1. Premiação e remuneração dos resultados de redução de emissões

A primeira fase do Programa REM no Acre foi implementada no período de 2012 a 2018, com o objetivo geral de premiar por meio de remuneração as reduções significativas de emissões oriundas de desmatamento no estado.

Em relação à utilização dos recursos, foi acordado seguir a sistemática de repartição de benefícios estabelecida, combinando a geração de benefícios em nível local com o fortalecimento do Programa ISA Carbono e do próprio SISA. Esta sistemática será tratada em detalhe nos capítulos 6 e 7.

Além disso, o acordo estabeleceu que a redução do desmatamento e da degradação florestal deveria gerar cobenefícios em termos de conservação da biodiversidade. Por meio da repartição de benefícios também deveriam ser geradas contribuições ao bem-estar de populações vulneráveis e ao combate à pobreza.

A implementação ocorreu à base de dois Contratos de Contribuição Financeira, com recursos disponibilizados pelos Ministérios BMZ e BMU da República Federal da Alemanha. Para o cálculo das metas foi considerado um nível de referência de emissões, a chamada linha de base, correspondendo à média de desmatamento verificado no Acre no período de 2001 a 2010. As reduções de emissões foram calculadas pela conversão em toneladas de CO2e da diferença entre o desmatamento previsto pela linha de base e o desmatamento efetivamente verificado no período acordado para a remuneração, de 2011 a 2015. As emissões foram convertidas à base de 5 US$ por tonelada de CO2e, considerando um fator de emissão uniforme de 123,5 tC/ha no estado, abrangendo a densidade de carbono da biomassa das tipologias florestais no Acre (conferir também o Anexo II). Com isto, foi gerado o valor 6,572 milhões de toneladas de CO2 remunerado pelos contratos.

Assim, o nível de referência seguiu a metodologia adotada para o Fundo Amazônia estando devidamente articulado ao ISA Carbono e ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

O nível de referência para o período de contabilização de resultados do Programa REM no período de 2011 a 2015 corresponde à taxa média de 496 km²/ano (referente ao período de 2001 a 2010). Para o cálculo das taxas anuais de desmatamento foram utilizados os dados do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), gerados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para toda a Amazônia Legal.

Foi desenvolvido no Acre um padrão metodológico próprio para contabilizar as reduções de emissões oriundas da redução do desmatamento, denominado Acre Carbon Standard (ACS) e utilizado na fase 1 do Programa REM/Acre (2012-2018). O uso desta metodologia foi aprovado pelo Comitê Científico do SISA e acordado com o KfW para implementação da primeira fase do Programa REM no Acre.

O fator de emissão de 123 tC/ha utilizado pelo ACS está baseado nos estudos de Salimon et al. (2011). Comparado ao nível de referência de 132,3 tC/ha, estabelecido pelo Decreto 7.390/2010 e usado pelo Fundo Amazônia, trata-se de um valor conservador, que considera somente a biomassa viva acima do solo, sem incluir a regeneração natural. As estimativas de reduções foram validadas pelo Comitê Científico do SISA, o que constituiu um pré-requisito para o desembolso dos pagamentos por resultados do Programa REM.

O Estado do Acre se comprometeu a ofertar uma contrapartida de 50% a todas as reduções remuneradas pelo Programa REM, igualmente desativadas de forma permanente. Além de sinalizar o comprometimento do estado com a redução das emissões, a contrapartida se destina a mitigar riscos, como o de deslocamento do desmatamento para áreas não abrangidas pelos esforços de redução (vazamento) e o de reversão futura das reduções (não permanência), bem como a equacionar incertezas relacionadas à aferição dos dados e aos fatores de emissão. Portanto, a contrapartida cumpre um conjunto de funções de gestão de risco no âmbito do Programa.

Na sua primeira fase, a alocação da redução de emissões ao Programa REM foi considerada conservadora, uma vez que utilizou apenas parte das reduções realizadas no Acre no período de aferição, conforme mostra a figura ao lado:

Considerando que a primeira fase do Programa REM antecede a existência das regulamentações nacionais, o Acre estabeleceu uma plataforma de registro para o SISA junto à Markit Environmental Registry[6]. Desde 2016, as reduções de emissões passaram a ser registradas na plataforma Information Hub Brasil (Info Hub) Brasil, criada pelo Ministério do Meio Ambiente, onde os resultados validados serão publicados regularmente[7]. O Info Hub Brasil está conectado ao Lima REDD+ Information Hub da UNFCCC[8].

6 Cf. https://ihsmarkit.com/index.html
7 Cf. http://redd.mma.gov.br/en/infohub
8 Cf. https://redd.unfccc.int/info-hub.html

O Nível de Referência do Estado do Acre, conforme Acre Carbon Standard (ACS)

Em Base do desmatamento ocorrido no período 2001-2010

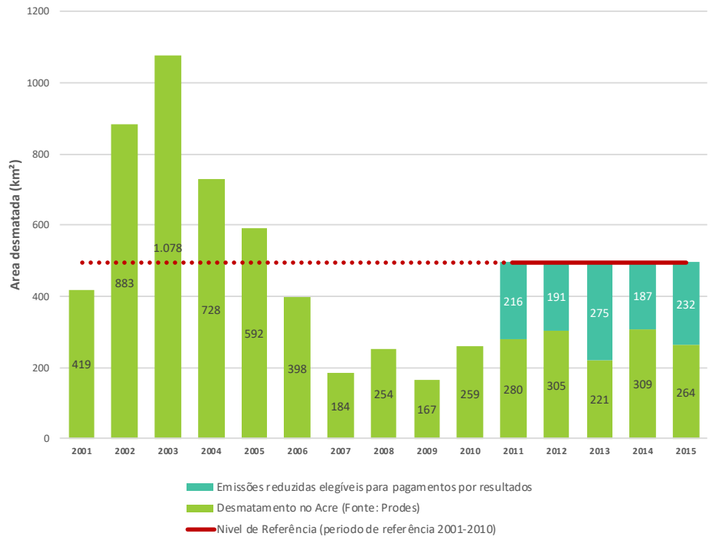


Figura 06: Nível de referência de redução de emissões do ISA Carbono/Acre Carbon Standard adotado na primeira fase do Programa REM no Acre

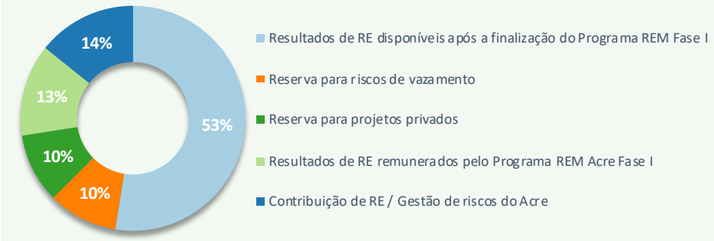


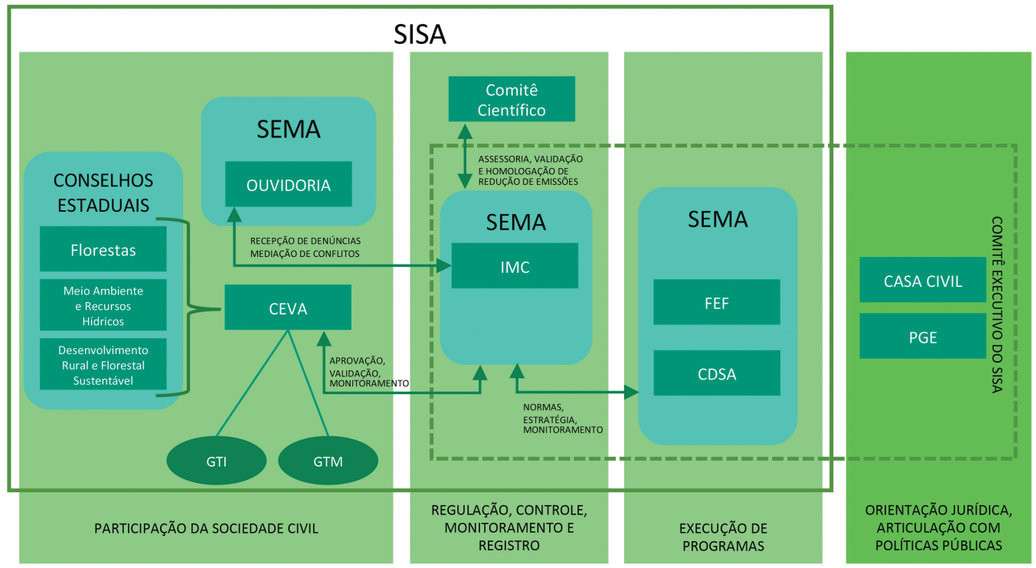
Figura 07: Contribuições do Programa REM Fase I às Reduções de Emissões (RE) no período 2011-2015

É importante frisar que no âmbito do Programa REM não ocorre transferência da titularidade das reduções de emissões, uma vez que se trata de um programa no escopo da cooperação internacional oficial e não de uma compra de créditos de carbono. Para este fim foi necessário adequar o registro na Markit, no sentido de uma remuneração não-comercial. Todas as reduções de emissões são desativadas permanentemente dentro de um sistema de contabilidade de carbono, de forma a evitar a dupla contagem e remuneração, e não podem ser utilizadas para nenhum tipo de transação posterior. No entanto, podem ser reportadas no âmbito da relatoria nacional do Brasil sobre a redução de emissões à UNFCCC.

6.2. Governança do SISA e do Programa REM

O Programa REM no Acre é implementado por meio das estruturas normativas e operacionais estabelecidas para REDD+ no estado, e, portanto, faz uso direto das regulamentações e instituições do SISA. Cabe lembrar que o estabelecimento da maioria destas estruturas é anterior à vigência do Programa REM, sendo a sua operacionalidade um dos critérios que possibilitou o início imediato do desembolso dos pagamentos.

As instâncias e instituições que compõem o SISA são:



Legenda

SISA – Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais | SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente + Floresta | IMC - Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais | FEF – Fundo Estadual de Floresta | CDSA - Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais | CFE - Conselho Florestal Estadual | CEMACT – Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos | CEDRFS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável | PGE - Procuradoria Geral do Estado do Acre | CEVA – Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA | GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena | GTM – Grupo de Trabalho de Mulheres

Figura 08: Estrutura de gestão e governança do SISA vigente durante a primeira fase do Programa REM | Fontes: IMC / KfW

Participação da Sociedade Civil

As instituições da área de participação da sociedade civil que atuam na validação das ações do SISA.

- **Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA (CEVA)**, composta de forma paritária entre sociedade civil e Governo Estadual. A Comissão é vinculada a um colegiado de conselhos estaduais já existente no Acre , visando assegurar uma participação mais ampla. Acompanha e valida as ações no âmbito do SISA e seus programas e aprova as regulamentações complementares, os procedimentos para monitoramento e controle dos ativos ambientais e de salvaguardas socioambientais.
- **Grupo de Trabalho Indígena**, instância vinculada à CEVA para tratar de assuntos relacionados a comunidades indígenas e serviços ambientais. Composto por três entidades governamentais no nível federal e estadual, responsáveis pelas políticas para populações indígenas, bem como por 20 entidades não governamentais e lideranças indígenas de diferentes terras e povos indígenas. Em 2018 o GT foi transformado na Câmara Temática Indígena.
- **Grupo de Trabalho Mulher,** instância vinculada a CEVA para tratar da articulação e mobilização em relação a igualdade de gênero no âmbito do SISA. Em 2018, para facilitar o diálogo entre o grupo de mulheres e o Estado, no que se refere a formulação de estratégias, e à implementação de serviços ambientais, o GT foi transformado na Câmara Temática de Mulheres.
- **Ouvidoria do SISA**, criada para ampliar a mediação pública e a participação social por meio do recebimento de sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade em relação a questões relacionadas ao SISA. Até o começo de 2018 esteve instalada na Procuradoria Geral do Estado (PGE), passando posteriormente para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

Regulação, controle, monitoramento e registro

- **Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC)**, responsável pela execução da Lei do SISA (regulamentar, monitorar e controlar as atividades do SISA e dos mecanismos de REDD+). Exerce a coordenação técnica do Programa REM. O IMC tem o suporte da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (UCEGEO) para o monitoramento dos estoques de carbono.
- **Comitê Científico do SISA**, é um órgão consultivo vinculado ao IMC, composto por pesquisadores de renome nacional e internacional convidados, com a finalidade de opinar sobre assuntos estratégicos, como questões técnicas, jurídicas e metodológicas relativas ao SISA e ao Programa REM. Sua atribuição chave durante a primeira fase do Programa foi a validação das emissões reduzidas no âmbito do Acre Carbon Standard.

Instâncias de atuação e tomada de decisão do SISA

- **Comitê Executivo**, formado pelos órgãos estaduais Casa Civil do Governo do Acre, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Instituto de Mudanças Climáticas e Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais, responsável pelo enquadramento e aprovação das propostas de implementação.
- **Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA)**, responsável pela criação e execução dos subprogramas, além de desenvolver estratégias de captação de recursos financeiros e investimentos para o SISA, buscando também o envolvimento de investidores privados. Entre as suas atribuições estão a gestão dos ativos ambientais, incluindo as ações de registro das reduções de emissões, e a busca por demanda nos mercados de carbono. Atuou nesta busca, por exemplo, por meio de contato com instituições como o Fundo Athelia e outros, mas a viabilização do atendimento a estas demandas não se concretizou.
- **Fundo Estadual de Florestas (FEF)**, vinculado a SEMA, responsável pela gestão administrativa e financeira e acompanhamento dos projetos junto às entidades conveniadas na primeira fase do Programa REM.
- **Secretarias, órgãos estaduais e organizações da sociedade civil** implementam e coordenam as atividades dos diferentes subprogramas.

Articulação com Políticas Públicas e Assessoria Jurídica

- **Casa Civil** do Governo do Acre, tem papel central na articulação entre o SISA e as demais políticas públicas e entre a esfera estadual e os entes nacionais e internacionais.
- **Procuradoria Geral do Estado**, realiza a supervisão jurídica nos diversos sistemas e arranjos institucionais do Programa REM.

6.3. Monitoramento de salvaguardas de REDD+

A definição da abordagem de identificação e monitoramento das salvaguardas de REDD+ no Acre ocorreu paralelamente às discussões e aos processos de consulta do SISA, a partir de 2010, e, portanto, antecede a negociação e implementação do Programa REM. A implementação das salvaguardas no âmbito do SISA esteve desde o início estreitamente orientada aos princípios, critérios e indicadores da Iniciativa Internacional de REDD+ Social and Environmental Standards (REDD+ SES) , que propõe um processo metodológico composto de dez passos, estabelecendo princípios, critérios e indicadores para o monitoramento das salvaguardas. O Acre está entre as primeiras jurisdições do mundo a usar as diretrizes e ferramentas da Iniciativa e a primeira a ter uma avaliação internacional da iniciativa realizada.

Os princípios adotados têm como base aqueles definidos no âmbito do REDD+ SES e dos Princípios Socioambientais de REDD+ na Amazônia e descrevem os objetivos fundamentais do SISA e de seus programas. O Manual de Monitoramento das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ no SISA foi elaborado em 2013 e inclui uma matriz com sete princípios, 22 critérios e 52 indicadores, construídos de forma participativa, conforme a realidade do Acre.

O monitoramento das salvaguardas é realizado em um ciclo de dois anos. Em 2015 foi elaborado um plano de ação para dar continuidade ao monitoramento e aprimorar o cumprimento das salvaguardas, identificar lacunas e propor formas de superá-las. Foram identificadas lacunas nos sete princípios, que abordam direitos fundiários, repartição de benefícios, meios de vida, governança, biodiversidade, participação e legalidade. Uma das principais recomendações para abordar as lacunas foi o aprimoramento do monitoramento e a divulgação de informações atualizadas .

10 Cf. http://www.redd-standards.org

11 Cf. http://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/Autoavaliacao-Salvaguardas-SISA.pdf. O alinhamento brasileiro às salvaguardas de Cancún pode ser consultado em http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas_1sumario.pdf e http://redd.mma.gov.br/images/salvaguardas/2sumariosalv_20170904.pdf.

Aprendizados sobre governança no Programa REM

Sucessos

- Mesmo que a existência de estruturas participativas de governança seja rotineira na maioria das políticas públicas e programas no Acre, foi destacado pelos envolvidos o investimento no funcionamento e na qualidade da atuação das múltiplas instâncias de governança do SISA e do Programa REM. A CEVA, com a sua composição paritária, foi a instância de governança mais atuante do estado no período de implementação da primeira fase do Programa REM e fortaleceu a atuação de povos e comunidades tradicionais na tomada de decisões.
- Os apoios ao funcionamento das instâncias de governança e as ações de capacitação propiciaram a discussão conjunta de temas relacionados à mudança do clima e às políticas de baixo carbono, que antes ocorriam em fóruns específicos.
- A liderança política do próprio governador e da Casa Civil foram considerados fundamentais para a implementação do Programa REM, para as negociações com o governo federal e para o posicionamento do Acre em nível nacional e internacional.
- O estabelecimento do Grupo de Trabalho Indígena (transformado em Câmara Temática Indígena) e, mais recentemente, das Mulheres, associadas à CEVA, são vistos como ganhos substantivos em termos de ampliação dos espaços de construção e interlocução do Programa REM. Contribuíram para efetivar a participação e implementar ações concretas e direcionadas.
- A expertise jurídica presente na CEVA, por meio da participação da Procuradoria Geral do Estado, foi favorável para o tratamento de muitas das questões discutidas.
- O processo de capacitação associado ao estabelecimento do sistema de salvaguardas empoderou os membros da CEVA, gerando interlocutores qualificados para os temas de REDD+ e mudança do clima e assegurou o respeito integral às Salvaguardas de Cancun e sua interpretação.
- O desenho intersetorial e o envolvimento de diversas secretarias de governo é um destaque do Governo do Acre e do Programa SISA. Assim, muitas ações já são planejadas de maneira interdisciplinar e intersetorial.
- O Comitê Científico é uma instância que qualifica os debates no SISA e o direcionamento do SISA e do seu monitoramento, vinculando o SISA aos debates técnicos internacionais.
- As experiências do Acre fomentaram e impulsionaram as discussões e encaminhamentos em nível nacional, em que técnicos e atores da sociedade civil participaram ativamente da construção de ENREDD+ e de suas instâncias. A implementação do Programa REM permitiu ao Acre e aos demais estados avaliar as necessidades de recursos para a operacionalização das estratégias de REDD+, subsidiando assim as propostas e negociações referentes à repartição de benefícios em nível nacional.
- A rede de parcerias e intercâmbios na temática de REDD+ possibilitou valorizar e aprimorar as experiências do Acre, com destaque para instâncias como a Força Tarefa dos Governadores pelas Florestas e pelo Clima, além de inúmeras visitas recebidas e realizadas no contexto do Programa.

Fragilidade e desafios

- A complexidade e o caráter inovador dos conceitos do SISA e do Programa REM demandaram um alto grau de envolvimento e preparação técnica das instâncias de governança, especialmente da CEVA e dos grupos de trabalho, mas também para as demais instâncias envolvidas na implementação.
- Os membros não governamentais da CEVA e dos grupos de trabalho destacaram que o seu engajamento é voluntário, mas acarretou uma alta demanda de tempo e disponibilidade.

- Houve lacunas de representatividade, tal como a ausência de jovens nos fóruns de discussão e tomada de decisão, fazendo com que suas demandas não tenham sido identificadas e atendidas.
- Embora a instalação da Ouvidoria tenha se dado de acordo com os procedimentos previstos, a mesma enfrentou dificuldades no seu funcionamento devido à natureza complexa das demandas encaminhadas, especialmente no que se refere a interpretação jurídica da sua função.
- Processar a complexidade das temáticas REDD+ e mudança do clima no âmbito de uma estrutura de salvaguardas representou um desafio considerável para os atores envolvidos. Mesmo com o apoio de um processo de capacitação e acompanhamento específico, vários atores apontaram os desafios de implementar as ações com a expertise e qualidade necessárias.
- A complexidade técnica do tema REDD+, especialmente em temas de contabilidade de carbono, combinada com diversas mudanças nos quadros técnicos do SISA, geraram fragilidades técnicas que demandaram esforços constantes de capacitação e apoio técnico. Houve lacunas na capacitação dos técnicos responsáveis pela assistência técnica dos projetos na ponta.
- O Comitê Científico cumpriu uma função importante de assessoria na Fase I do programa REM, pois contribuiu para o desenvolvimento dos padrões de nível de referência. Além disso, exerceu o papel de validação independente das emissões reduzidas nos padrões internacionais, ainda que tenha sido constatado que não se tratava de um fórum apropriado para esta tarefa. O comitê é formado por pesquisadores de renome, porém os especialistas não tiveram o tempo necessário para um processo técnico detalhado de verificação e validação.
- A CDSA, embora inovadora, não realizou o seu papel de gestora de ativos ambientais nem de captação de recursos financeiros em maior escala, comprometida também pelas limitações dos mercados de carbono.
- A falta de um plano de comunicação, que desde o início do Programa definisse estratégias claras para todos públicos internos e externos, gerou deficiências na transparência, conscientização e informação do público em geral, e também para a publicação e disponibilização dos resultados do Programa.

Aprendizados e recomendações

- As instâncias de governança necessitam ser continuamente fortalecidas como espaços de discussão e de tomada de decisão.
- A atuação qualificada da CEVA demanda suporte por meio de uma secretaria executiva e recursos para o acompanhamento da implementação do Programa REM, o que está previsto para a segunda fase do Programa.
- É importante prever um processo contínuo de aprimoramento da estratégia de governança, do monitoramento das salvaguardas socioambientais, do monitoramento dos resultados de REDD+ e da repartição de benefícios.
- O desenho da atuação da Ouvidoria foi revisto no âmbito do planejamento da segunda fase do Programa REM (cf. capítulo 10).
- Ao longo da implementação da primeira fase, o sistema de salvaguardas e o seu monitoramento se mostraram complexos e desafiadores na implementação. Há uma demanda por indicativos mais imediatos e práticos para o acompanhamento no nível do programa.
- O treinamento técnico é uma necessidade contínua, não apenas para os membros da CEVA, mas para todo o quadro de técnicos governamentais envolvidos na implementação.
- É recomendável a elaboração de um plano de comunicação que acompanhe todo o período de implementação da segunda fase do Programa.
- A segunda fase do Programa dará maior ênfase ao monitoramento operacional e técnico das ações financiadas. Recomenda-se também o estabelecimento de um sistema de gestão de riscos para o Programa.

6.4. Gestão técnica e financeira do Programa REM

A coordenação técnica do Programa REM coube ao Instituto de Mudanças Climáticas (IMC). Uma equipe técnica exerceu as funções gerais de gestão de projeto, que envolveram o planejamento, o monitoramento de atividades, resultados e salvaguardas, a contratação e o atendimento a auditorias, a realização de estudos e de ações de capacitação sobre o SISA, bem como a comunicação e divulgação do Programa REM.

O Programa REM foi concebido para uma implementação de caráter mais aberto que os projetos de financiamento tradicionais, que seguem rígidos procedimentos de planejamento, em que todos os elementos previstos na implementação via de regra devem ser detalhados em planos operacionais e de aquisições. O próprio processo de aprovação em nível nacional foi diferenciado, sendo que no lugar da aprovação pela Comissão de Financiamento Externos e no Senado Federal, obrigatória para operações de créditos convencionais, foi demandado apenas um processo de consulta.

A implementação do Programa REM se deu a partir dos desembolsos do pagamento de resultados. A utilização das parcelas era orientada por instrumentos de caráter pragmático, mas em consonância com as linhas de ação acordadas para cada subprograma. Para cada pagamento por resultados foi elaborado um plano de investimento, composto pelo volume de recursos a serem investidos em cada Subprograma e Linha de ação, mas com menos detalhamento do que os planos operativos de outros programas. Os planos de investimento eram primeiramente discutidos com a CEVA, aprovados pelo comitê executivo e então submetidos ao KfW. Os rendimentos acumulados na aplicação dos valores de cada parcela cobriram a maior parte dos custos de administração do Programa REM. Conforme a crise financeira no estado foi se intensificando foram aumentando os valores destinados anualmente a gestão administrativa do projeto, excedendo até mesmo os valores obtidos com os rendimentos bancários.

Para pleitear o recebimento dos recursos previstos no plano de investimento, cada proponente devia formular projetos, de acordo com os Subprogramas do SISA (cf. capítulo XX). Os projetos apoiados foram selecionados e aprovados pelo Comitê Executivo. No âmbito do Subprograma Indígena foi realizada uma chamada pública, direcionada às comunidades indígenas (ver capítulo 2.9.1). Os projetos podiam ser apresentados por organizações governamentais, como secretarias estaduais ou prefeituras, e não-governamentais, como cooperativas, associações e organizações da sociedade civil. A partir de 2014 foram especificados e aprovados pela CEVA critérios de elegibilidade para os projetos que o Comitê Executivo passou a utilizar para o enquadramento das propostas e a análise de viabilidade das ações finalísticas:

- Alinhamento com os objetivos do SISA;
- Alinhamento com os objetivos do Programa REM;
- Aprovação pelo Comitê Executivo do SISA;
- Entidades regularizadas, com documentação em dia;
- Entidades com capacidade de execução das atividades propostas;
- Desenvolvimento de atividades finalísticas, promotoras da diversificação da produção (redução da pressão sobre a floresta);
- Entidades representativas das diversas regionais;
- Entidades em áreas críticas de desmatamento;
- Representatividade de gênero.

A responsabilidade pela execução dos recursos ficou a cargo do Fundo Estadual de Florestas (FEF), existente desde 2001. Em 2015, uma reforma administrativa fez com que o FEF fosse alocado à SEMA, seguido da contratação de uma equipe de gestão com um total de dez funcionários. A mudança foi acompanhada pelo fortalecimento das capacidades técnicas, jurídicas e em gestão de projetos da equipe, levando à superação de muitas das deficiências encontradas. Entre outras melhorias, foi elaborada uma versão simplificada do Manual Operacional do Programa, houve capacitação da equipe e intensificação das visitas de acompanhamento da execução em campo e foram implementadas assessorias às entidades conveniadas com baixa capacidade de gestão.

Mesmo que contando com processos de gestão similares aos dos programas de cooperação convencionais, o Programa REM, por ser ancorado em políticas públicas estruturantes e contar com instâncias de governança atuantes, teve uma série de procedimentos mais flexíveis, tais como a realização de licitações com base na legislação brasileira (Lei Federal n° 8.666/1993) e demanda de aprovação apenas dos planos de investimento.

A flexibilidade do Programa possibilitou que os seus recursos fossem utilizados de forma complementar e sinérgica em programas e projetos que necessitavam de recursos financeiros devido a uma ampliação de meta, fragilidades no planejamento e/ou dificuldades na disponibilização de recursos pela fonte financiadora.

Gestão do Programa REM

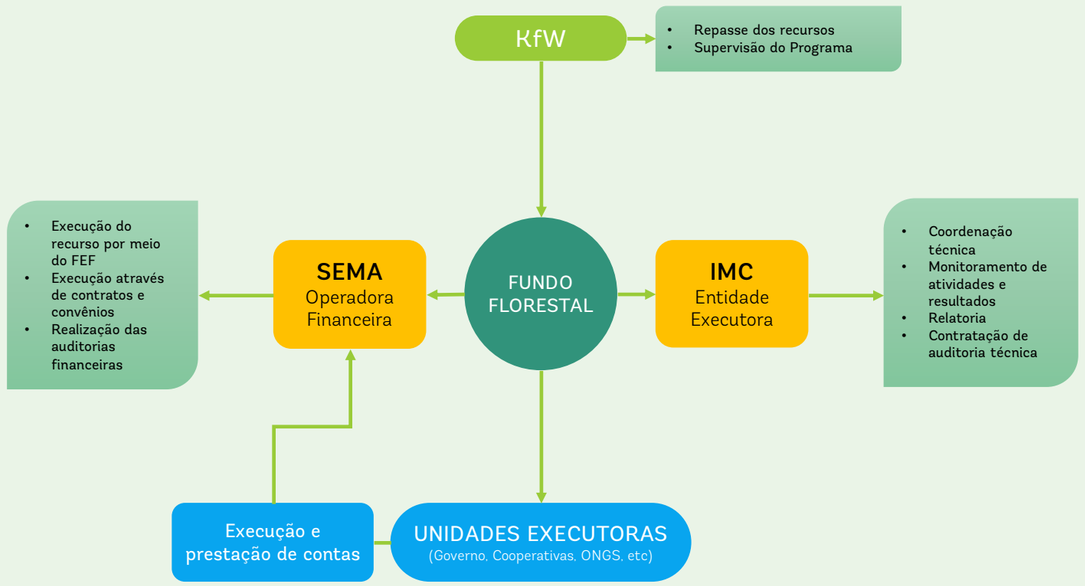


Figura 09: Gestão do Programa REM | Fonte: IMC

Como os recursos são geridos por um agente do sistema público, foram seguidos os dispositivos da legislação brasileira para a aplicação de recursos públicos. Durante a primeira fase, foram usados diferentes instrumentos de repasse dos recursos financeiros aos executores dos projetos: com os órgãos estaduais foram firmados Termos de Cooperação Técnica e Financeira e para as organizações da sociedade civil foram utilizados convênios. Ao longo da implementação da primeira fase do Programa REM, foram processados um total de 130 convênios e termos de cooperação com 64 executores.

A Unidade de Gestão de Projetos, instalada no FEF para a gestão administrativo-financeira do Programa REM, se envolveu de forma intensa no acompanhamento das ações de execução, abrangendo formalização, licitação, aquisição e execução física-financeira. A figura 09 visualiza a estrutura geral do fluxo de gestão (o fluxo específico do Subprograma Indígena é tratado no capítulo 2.9.1). Além disso, foi adotado um acompanhamento in loco de organizações que apresentavam fragilidades na execução, devidas, entre outros, ao baixo grau de organização social e ao baixo nível de escolaridade das comunidades. Isto tornou os processos mais demorados e onerosos, mas contribuiu para superar as dificuldades encontradas.

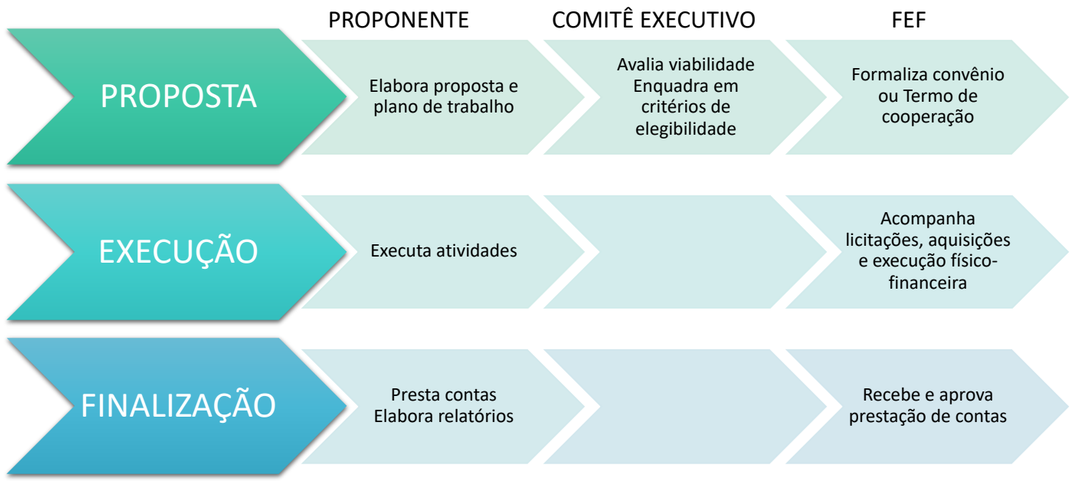


Figura 10: Fluxo de execução dos projetos no Programa REM

Fonte: Elaborado com informações do FEF

O Tribunal de Contas do Estado realizou auditorias na administração pública e demais entidades conveniadas anualmente. Além disso, o Programa REM contratou várias auditorias financeiras externas independentes para avaliação da execução financeira e uma auditoria técnica.

Aprendizados sobre a gestão do Programa REM

Sucessos

- Mesmo considerando um período inicial de estabelecimento e ajuste, a partir de 2014 as estruturas de gestão do Programa REM se mostraram funcionais para o repasse e a execução dos recursos em sua totalidade em um período de aproximadamente cinco anos, levando a um bom desempenho do Programa.
- A flexibilidade inicial nos procedimentos de gestão agilizou o acesso das organizações locais aos recursos, mas a posterior aplicação de procedimentos padronizados e ajustes foi importante para superar as fragilidades de gestão e controle identificados.
- A aplicação dos critérios de elegibilidade conferiu mais transparência às deliberações do Comitê Executivo.
- O apoio intensivo às organizações locais na gestão dos recursos foi relevante para assegurar um bom desempenho dos projetos.
- O grande número de projetos implementados demonstra que o Programa REM conseguiu alcançar um público amplo e diverso.
- A flexibilidade do Programa REM foi propícia para a geração de complementaridade entre os seus apoios e a aplicação de recursos públicos e de outros financiamentos. Assim, os recursos do Programa REM catalisaram a implementação de programas públicos e de outros projetos, contribuindo para a redução de gargalos operacionais e estratégicos.

Fragilidades e Desafios

- A flexibilidade inicial do Programa REM era parte de uma proposta de estabelecimento gradativo das suas estruturas de implementação, mas posteriormente se rebateu na necessidade de empreender esforços consideráveis em ajustes.
- Os órgãos diretamente encarregados da gestão tiveram limitações para gerir uma iniciativa da proporção do Programa REM. A falta de uma unidade de gestão específica e do manual operacional ao início do Programa também contribuíram aos desafios de uma implementação organizada.
- Os mais de cem convênios e termos de cooperação em vigor durante a primeira fase do Programa REM indicam uma pulverização do repasse de recursos. O volume de trabalho burocrático necessário para a sua gestão sobrecarregou a Unidade de Gestão de Projetos em alguns momentos.
- Especialmente as organizações locais tiveram muitas dificuldades com os procedimentos que necessitam ser seguidos na aplicação de recursos públicos. Mas mesmo nos órgãos governamentais houve casos de morosidade na prestação de contas técnica e financeira. O apoio in loco às organizações muitas vezes requereu uma logística onerosa, devido às distâncias e a dificuldade de atender localidades remotas.
- A distribuição das atribuições de coordenação entre o IMC (coordenação técnica) e o FEF/SEMA (coordenação financeira) dificultou a gestão de conhecimentos a relatoria do Programa. O Programa REM, a despeito dos esforços empreendidos, teve dificuldades em estabelecer uma abordagem coordenada de monitoramento e de gestão das informações referentes às ações apoiadas. A demanda de levantamentos primários de informações (por exemplo, georreferenciamento das famílias beneficiadas) foram diferenciais e desafios do Programa REM, comparado a outras iniciativas que costumam utilizar dados estatísticos agregados. O monitoramento e as respectivas capacidades (planejamento, orçamento, recursos humanos e tecnológicos) deveriam ter recebido maior atenção e ter sido fortalecidas para melhores condições de sistematização e avaliação de resultados.
- Houve também grandes dificuldades na contratação de serviços técnicos de alta qualidade por meio do IMC, devido a restrições no âmbito da Lei Federal 8.666/1993, que regulamenta os processos licitatórios de recursos públicos. Com isto, a qualidade técnica do monitoramento, da gestão de conhecimentos e da comunicação do Programa REM ficaram prejudicados, com rebatimentos também na gestão estratégica e programática.

Aprendizados e recomendações

- Mesmo em se tratando de um programa de pagamentos por resultados, a concepção e a implementação do Programa necessitam de um marco de gestão robusto. Elementos como modalidades de implementação funcionais e operacionais, critérios de investimento claros, mecanismos e processos de governança bem estabelecidos e regras de implementação definidas são indispensáveis para

permitir que o Programa adote procedimentos mais flexíveis que os convencionais, tais como a utilização de planos de investimento com pouco detalhamento.

- Vários aprendizados foram aproveitados no desenho da segunda fase do Programa REM (por exemplo, alocação da gestão administrativa-financeira do Programa na Secretaria de Planejamento do Estado, que tem experiência na gestão de programas internacionais, elaboração de um Manual Operacional, cf. capítulo 10). Mas é importante que os ganhos em controle e segurança não levem a uma burocratização excessiva que comprometa a capacidade de fazer os recursos chegarem às organizações locais.
- Espera-se que o repasse da gestão operacional para a SEPLAN possibilite a atuação de uma instituição com maior experiência nos procedimentos licitatórios, além de facilitar a integração do Programa REM com outros programas estruturantes em execução no estado.
- A preparação de editais e a atuação da comissão de seleção de projetos no Subprograma Indígena, com assessoria e acompanhamento pelo Grupo de Trabalho Indígena (agora Câmara Temática Indígena), é considerada uma experiência bem-sucedida em termos de transparência e qualidade das propostas aprovadas, cuja aplicação pode ser recomendada para os demais subprogramas. Recomenda-se, portanto, a ampliação da adoção de chamadas públicas para termos de cooperação técnica e financeira, envolvendo comissões técnicas (com participação da sociedade civil) na análise e avaliação das propostas.
- A abordagem de prover acompanhamento e orientação às organizações locais na execução dos recursos mostrou-se muito positiva para o fortalecimento das capacidades de gestão de projeto destas organizações. Além deste, também poderão ser considerados outros mecanismos para alcançar o fortalecimento, tais como ações de capacitação em gestão de projetos ou a previsão de contratação de mão de obra especializada no âmbito dos projetos, por exemplo, para a gestão financeira.
- Outra forma de facilitar a execução e de evitar a pulverização de convênios e acordos é o uso de desenhos em que várias iniciativas de pequenas organizações são geridas no âmbito de projetos maiores, por organizações com maior experiência na gestão (as chamadas organizações aglutinadoras, cuja utilização já foi experimentada em diferentes arranjos no Fundo Amazônia). No entanto, é importante considerar que, no âmbito destes arranjos, seja assegurado um real fortalecimento das capacidades de gestão das iniciativas locais (por meio de capacitações e assessorias), visando promover o seu empoderamento e capacidade de acessar recursos com maior autonomia no futuro.
- O Programa REM aportou subsídios para uma comparação e avaliação mais específica entre os benefícios da implementação direta por organizações locais (especialmente as relacionadas a atividades produtivas), que apresentam o potencial de gerar benefícios maiores para um conjunto restrito de pessoas, e a execução via órgãos governamentais, que alcançam um número maior de pessoas de forma indireta e com benefícios comparativamente menores.

7. Remuneração da redução de emissões pelo Programa REM

Os recursos desembolsados pelo Programa REM no período de 2012 a 2018, remuneram reduções de emissões correspondentes aos anos florestais 2011-2012, 2012-2013, 2013-2014 e 2014-2015. As reduções foram verificadas, registradas e desativadas na plataforma da Markit Environmental Registry, por meio da CDSA[12]. Uma quantidade igual ou maior de reduções foi registrada e desativada como contribuição própria do Estado do Acre, visando reforçar o mecanismo de gestão de risco, conforme estabelecem os dois contratos (conferir também Anexo II).

O total de 16 milhões de euros desembolsado por meio do Contrato BMZ 2011 97805 dezembro de 2012 e dezembro de 2018 representa a remuneração de resultados de redução de emissões equivalentes a 4,102 MtCO2e. A contribuição própria do Estado do Acre correspondeu a 4,612 MtCO2e. A conversão do valor remunerado em moeda brasileira correspondeu a R$ 53.822.691,44. Somados a rendimentos financeiros no valor de R$ 4.514.033,88, foram totalizados R$ 58.336.725,32. Até 31 de dezembro de 2018 foram repassados R$ 55.504.949,70, por meio de 94 convênios/cooperações técnicas e financeiras e subvenções econômicas firmadas com 52 instituições.

Tabela 02: Resumo dos pagamentos por resultados e investimentos do Programa REM – contrato BMZ (até 31/12/2018)

Discriminação	Receitas EUR	Receitas R$	Despesas R$
Pagamentos por resultados realizados pelo Programa REM			
1ª Parcela	1.900.000,00	5.132.582,68	
2ª Parcela	9.300.000,00	30.377.658,76	
3ª Parcela	3.300.000,00	13.237.950,00	
4ª Parcela	1.500.000,00	5.074.500,00	
Rendimentos		4.514.033,88	
Repasses			
Repassado em convênios (+)			55.504.949,70
Custos administrativos (+)			6.005.649,28
Devolução (-)		3.322.592,18**	
Saldo em banco (+)			148.718,52*
Total	**16.000.000,00**	**61.659.317,50**	**61.361.880,46**

(Extrato até 31/12/2018, 94 Convênios/Cooperações/Subvenções econômicas)

* O saldo em conta será utilizado para custear a última auditora financeira da fase 1 do Programa REM e os três últimos meses da UGP.

**os valores devolvidos pelas entidades executoras dos convênios foram novamente contabilizados, caso contrário haveria uma divergência no saldo bancário. Em grande maioria, a devolução aconteceu devido à não execução da totalidade dos recursos destinados.

Pelo contrato 13_III+_008_BRA_K_REM do BMU foram realizados pagamentos no valor total de 9 milhões de euros, no período de dezembro de 2013 a dezembro de 2017. Este valor corresponde à remuneração de resultados de redução de emissões no ano florestal de 2012-2013, equivalente a 2,47 MtCO2e. Os resultados foram registrados junto com a quantidade adicional de 2,47 MtCO2e, como contribuição própria do Estado do Acre.

Em moeda brasileira, os valores corresponderam a R$ 29.510.100,00. Somados aos rendimentos financeiros de R$ 2.987.454,91 foi totalizado um valor de R$ 32.497.554,91. Até 31 de dezembro de 2017 foram desembolsados R$ 29.857.922,33, por meio de 36 convênios/cooperações técnicas e financeiras e subvenções econômicas firmadas com 24 instituições.

12 Posteriormente registrados no Info Hub Brasil.

Tabela 03: Resumo de desembolsos e investimentos do Programa REM - BMU (até 31/12/2018)

Discriminação	Receitas EUR	Receitas R$	Despesas R$
Pagamentos por resultados realizado pelo Programa REM II			
Parcela única	9.000.000,00	29.510.100,00	
Rendimentos (até 31/12/2018)		2.987.454,91	
Repasses			
Repassado em convênios (+)			29.857.922,33
Custos Administrativos (+)			2.834.428,83
Devolução (-)		196.499,30**	
Saldo em banco (+)			1.703,05*
Total	**9.000.000,00**	**32.694.054,21**	**32.495.982,81**

(Extrato até 31/12/2018, 36 Convênios/Cooperações)

* O saldo em conta não executado.

**os valores devolvidos pelas entidades executoras dos convênios foram novamente contabilizados, caso contrário haveria uma divergência no saldo bancário. Em grande maioria, a devolução aconteceu devido à não execução da totalidade dos recursos destinados.

O Programa REM passou por auditorias financeiras, para avaliar a veracidade dos gastos e saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses gastos na Repartição de Benefícios. Os procedimentos de auditoria contábil relativos aos anos de 2013 a 2018 foram realizados pelas empresas Maciel Auditores S.S e Sá Leitão Auditoria, Consultoria, Governança Corporativa. As referidas empresas atestaram a adequação dos saldos contábeis apresentados pelo Fundo Estadual de Florestas. A auditoria técnica executada concluiu pela conformidade dos projetos apoiados pelo Programa REM.

A figura 11 resume a distribuição anual dos pagamentos de resultados e as reduções de emissões correspondentes, abrangendo os dois contratos:

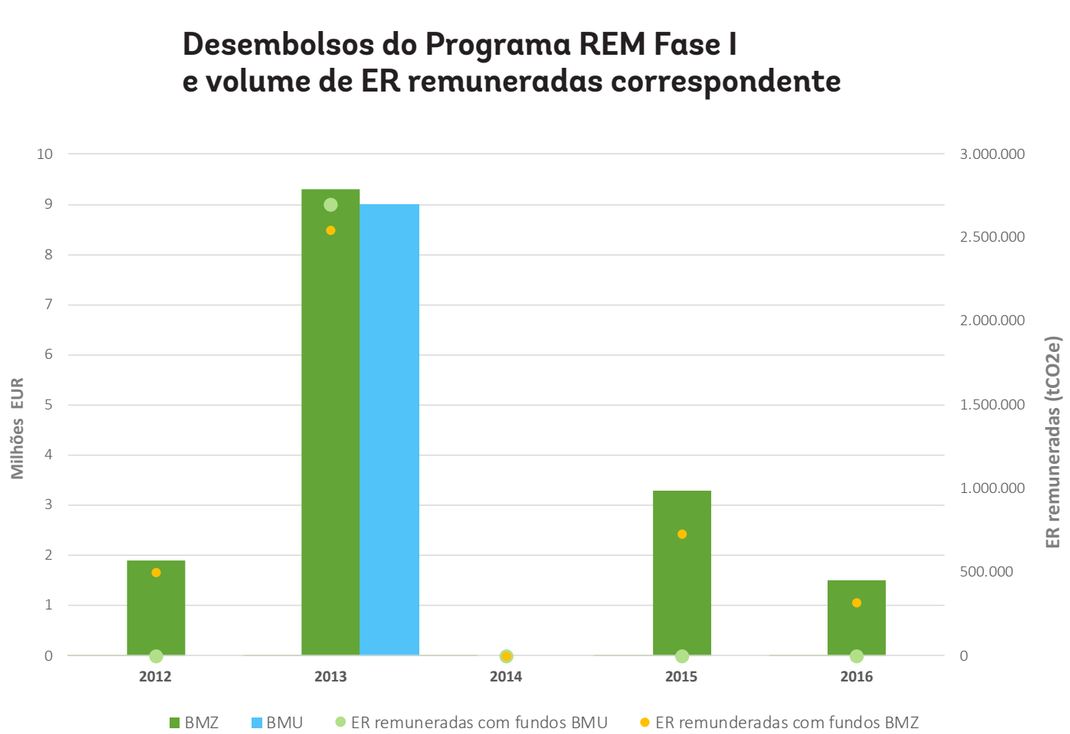


Figura 11: Distribuição anual dos desembolsos para os pagamentos por resultados e reduções de emissões do Programa REM

De dezembro de 2012 a dezembro de 2018, o Comitê Executivo do SISA aprovou a colaboração financeira a 130 projetos, no valor total de R$ 85.362.872,03. A figura 12 apresenta o número de projetos aprovados e o total de recursos repassados, por ano, nesse período:

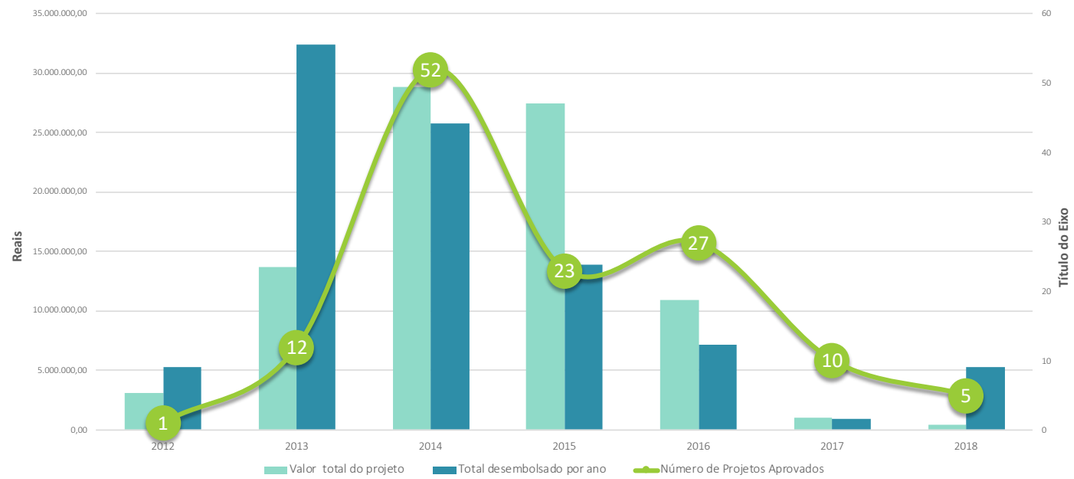


Figura 12: Número de projetos e valores aprovados e desembolsados pelo Programa REM Fase 1

Os recursos foram repassados aos projetos aprovados em parcelas que seguiam os cronogramas físico-financeiros definidos em cada plano de trabalho. Os períodos de execução total dos projetos variaram de um a três anos.

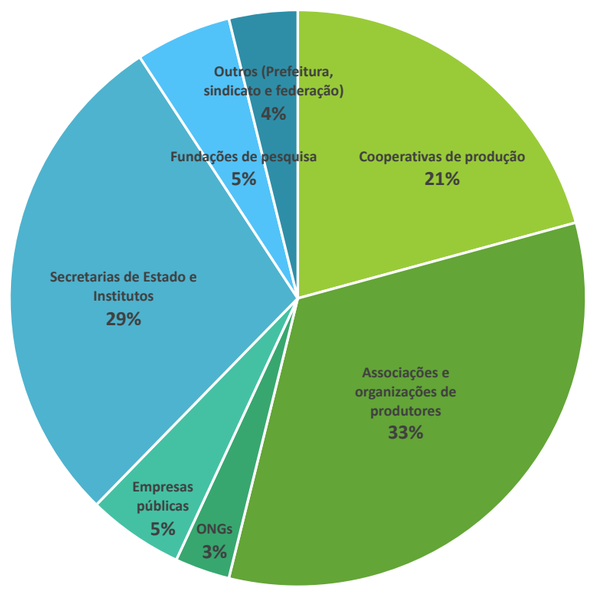


Figura 13: Alocação de recursos de acordo com o tipo de proponente

Dos 130 projetos apoiados, 37 (29% do valor total) são cooperações técnicas e financeiras com Secretarias de Estado e institutos públicos, sete (5% do valor total) com empresas públicas, sete (5% do valor total) com fundações de pesquisa, quatro (3% do valor total) com organizações não-governamentais, 43 (33% do valor total) com associações e organizações de produtores e 27 (21% do valor total) cooperativas de produção.

8. Visão geral e resultados da repartição de benefícios

Na negociação do Programa REM foi previsto que os recursos financeiros fossem desembolsados com base nos resultados de emissões reduzidas e aplicados de acordo com a estratégia de repartição de benefícios.

8.1. Planejamento e implementação da estratégia

Embora nas discussões sobre REDD+ muitas vezes a repartição de benefícios contemple apenas os recursos que compensem os atores imediatamente envolvidos na redução do desmatamento ou na conservação florestal, de fato, a aplicação de todos os resultados remunerados deve gerar benefícios para a sociedade e o território em questão. Desta forma, será adotado aqui um entendimento de repartição de benefícios que abrange ambas as linhas de apoio do Programa REM:

- O aprimoramento das bases e do funcionamento do SISA e das políticas públicas associadas, cujo beneficiário é a população do Acre como um todo;
- O beneficiamento direto dos provedores dos serviços ambientais, ou seja, aqueles que promovam ações de preservação, conservação, recuperação e uso sustentável de recursos naturais.

Quando se trata de beneficiários dos recursos monetários e não-monetários advindos de REDD+, a literatura[13] sugere 6 tipos: (i) atores que contribuíram diretamente para a redução das emissões; (ii) atores que tem direitos legais ao carbono sequestrado; (iii) agentes de preservação que historicamente vem defendendo a floresta, (iv) agentes facilitadores do processo, como o governo; (v) atores mais pobres; (vi) compensação a atores que incorrem em custos diretos para diminuir emissões.

13 https://www.ecologyandsociety.org/vol18/iss4/art52/

Seguindo a tendência mundial, a abordagem adotada no Acre foi de caráter misto, o que possibilitou não apenas beneficiar os agentes de preservação (como os beneficiários extrativistas e indígenas que historicamente vem preservando a floresta), como também adotar estratégias de apoio ao desenvolvimento das demais comunidades rurais (p.ex. famílias de produtores familiares, comunidades mais carentes e remotas, raramente atendidas anteriormente, conseguiram acessar e executar os recursos do Programa REM).

Além disso, o próprio governo também pode ser considerado um beneficiário (correspondendo à categoria de facilitador), uma vez que utilizou recursos para melhorar a implementação do Programa e do SISA. Um exemplo é o aumento da capacidade técnica, não só por meio da contratação de especialistas, mas também pelo aprimoramento dos técnicos já atuantes. Mesmo considerando a rotatividade de gestores e técnicos que, via de regra, acompanha as mudanças de governo, os conhecimentos adquiridos ainda podem ser aproveitados de diferentes formas que podem ajudar o país.

À época da negociação do primeiro contrato do Programa REM, com recursos do BMZ, a expectativa era que a proporção entre o fortalecimento do SISA e das políticas públicas correlatas e o beneficiamento dos atores na ponta fosse ao menos de 50 a 50%, mas encorajava-se o Acre a apresentar uma proposta que privilegiasse a ponta. O Governo do Acre acolheu esta argumentação e o acordo foi fechado com uma distribuição de 70% para a repartição de benefícios na ponta e 30% para a estruturação do SISA e das políticas públicas associadas. Além de sinalizar o comprometimento com a geração de resultados e impactos locais, a proposta considerava que, paralelamente, outros programas e projetos também apoiavam o fortalecimento institucional dos órgãos estaduais ambientais e florestais (financiados, por exemplo, pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Fundo Amazônia).

Esta abordagem foi reforçada quando foi efetivado o segundo contrato de apoio à implementação do Programa REM, com recursos do BMU, em fins de 2013. Este contrato previa que 90% dos recursos fossem alocados à implementação na ponta e 10% para o fortalecimento do SISA.

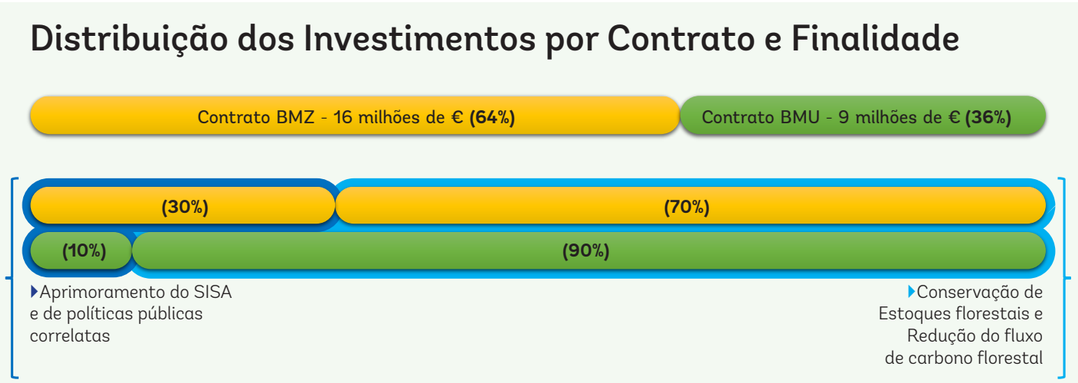


Figura 14: Porcentagem dos recursos alocada pelo Programa REM Acre

Inicialmente, o Programa REM previa uma atribuição clara da repartição dos benefícios de acordo com componentes de estoque e de fluxo. Assim, no primeiro ano de implementação, os recursos foram direcionados aos dois subprogramas que já estavam configurados no SISA: extrativismo, associado à conservação de estoques, e apoio a cadeias sustentáveis da produção familiar, visando a redução de fluxos. Em seguida, foram elaborados dois subprogramas adicionais, de pecuária diversificada sustentável, para a redução de fluxos, e o subprograma indígena, para a conservação de estoques. Essa alocação foi extensivamente discutida e validada pela Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento, que também monitora a execução posterior dos subprogramas.

A distribuição dos recursos entre o fortalecimento do SISA e os componentes de estoque e fluxo foi planejada da seguinte forma (cf. cap. 08):

Tabela 04: Planejamento inicial da repartição de benefícios

Abordagem da repartição de benefícios	Proporções da repartição de benefícios no contrato BMZ	Proporções da repartição de benefícios no contrato BMU
Operacionalização e aprimoramento do SISA e políticas públicas associadas	Apoio à operacionalização e funcionamento das instituições do SISA **30%**	Aprimoramento do funcionamento das instituições do SISA **10%**
Conservação do Estoque do Carbono Florestal	Apoio da conservação de florestas em comunidades indígenas **17,5%**	Apoio a territórios do extrativismo **58,5%**
Redução do Fluxo do Carbono Florestal e do Desmatamento	Apoio das cadeias sustentáveis da produção (agrícola) familiar **52,5%**	Apoio da pecuária sustentável **31,5%**
Total Estoque e Fluxo	**70%**	**90%**

Esse planejamento inicial foi aprimorado, especialmente no sentido de permitir que os diversos programas estaduais de apoio ao desenvolvimento sustentável já existentes fossem contemplados na alocação dos recursos. Esta incorporação levou a uma operacionalização mais ágil, beneficiando tanto os atores em função da proteção florestal e quanto em função da redução de desmatamento que promovem. Com os ajustes, a abordagem foi denominada de "estoque-fluxo-programática",

Inicialmente trabalhou-se com propostas que categorizavam a estrutura de repartição de benefícios associando beneficiários e territórios. Ao longo da implementação, ficou claro que esta associação era demasiado abstrata, não considerava sobreposições, gerando algumas dificuldades no seu entendimento e ajustes na aplicação.

Ainda assim foi composta uma estrutura que associava os elementos e permitia orientar as atividades elegíveis:

Na prática, a operacionalização do Programa REM atendeu à combinação de três elementos:

- as pessoas/famílias, que são potenciais e efetivos beneficiários;
- os territórios onde estas pessoas atuam;
- as atividades executadas.

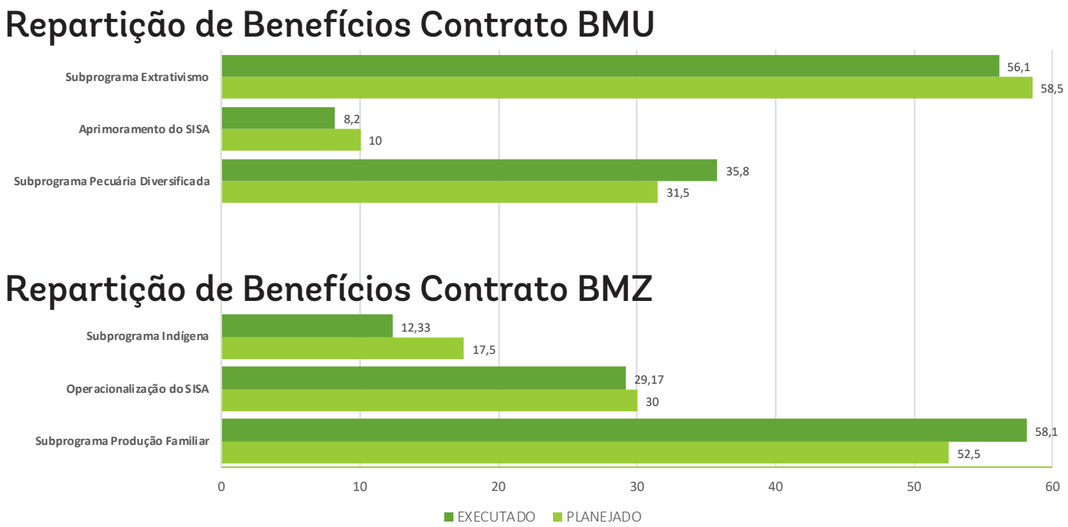


Figura 15: Previsão inicial de repartição de benefícios e distribuição final

Os gráficos acima comparam a estratégia de repartição de benefícios planejada e executada durante a primeira fase do Programa REM. Vale salientar que as metas estipuladas tinham um caráter de orientação estratégica e não de obrigatoriedade[14].

8.2. Execução e resultados por subprogramas e macroatividades

A alocação dos recursos seguiu a lógica dos subprogramas, que constituem os instrumentos de planejamento previstos pelo SISA, sujeitos a regulamentação governamental. Para cada subprograma, a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA) elaborou planos de ação, que foram registrados junto ao Instituto de Mudanças Climáticas (IMC). A formalização dos subprogramas não era pré-requisito para os investimentos do Programa REM, mas constituía uma das metas do Programa.

A operacionalização da repartição de benefícios ocorreu de acordo com o fluxo descrito no capítulo 5.4. Os recursos foram aplicados em projetos relativos a programas e políticas do estado, associados a cada subprograma, pelo Fundo Estadual de Florestas, que recebeu os pagamentos por resultados via KfW.

As ações de fortalecimento e aprimoramento do SISA foram realizadas por meio de acordos de cooperação técnica e financeira com os respectivos órgãos envolvidos. Os recursos destinados a ações na ponta podiam ser acessados e implementados tanto pelas entidades governamentais responsáveis pelas políticas e programas (secretarias estaduais e prefeituras) como por organizações não governamentais parceiras (associações, cooperativas e organizações da sociedade civil), desde que se viabilizasse a chegada dos benefícios na base local.

Originalmente, a proposta de repartição era orientada pelas diferentes categorias fundiárias do estado. Na configuração territorial do Acre, vários territórios contam com objetivos legalmente definidos, facilitando a caracterização e o agrupamento dos beneficiários residentes. Portanto, as ações deveriam se concentrar nas terras indígenas, nas unidades de conservação de uso sustentável e nos projetos de assentamento diferenciados (com maior cobertura florestal), o que permitiria atender a população extrativista, e nos projetos de assentamento convencionais, para alcançar os beneficiários da agricultura familiar. Apenas os médios e grandes produtores privados não poderiam ser associados a uma categoria fundiária específica.

No entanto, na prática, a correlação entre os grupos sociais que ocupam estes territórios e as atividades exercidas não é tão clara. A renda familiar dos beneficiários frequentemente se compõe por diferentes "cardápios" de atividades e cadeias produtivas. Por exemplo, os grupos extrativistas diversificam seu trabalho ao longo do ano. Além da coleta sazonal de produtos florestais como borracha e castanha, dedicam-se à agricultura familiar de autoconsumo e à criação de pequenos animais. Muitos agricultores familiares em projetos de assentamento onde ainda há cobertura florestal significativa também exercem atividades extrativistas. Assim, várias atividades podem ser exercidas por várias categorias de beneficiários, porém, muitas vezes estão associadas a objetivos e escalas distintas. Isto pode ter reflexos diferenciados em termos das estratégias de estoque e fluxo. Por exemplo, a produção de autoconsumo pode ser compatível com a conservação da floresta, enquanto a produção em escala comercial pode ser objeto de estratégias de redução de fluxo.

Estas dinâmicas foram acolhidas na execução do Programa REM, resultando em um desenho em que (com exceção do subprograma indígena, onde a associação às terras indígenas era clara) as ações dos subprogramas passaram a incidir em várias categorias fundiárias:

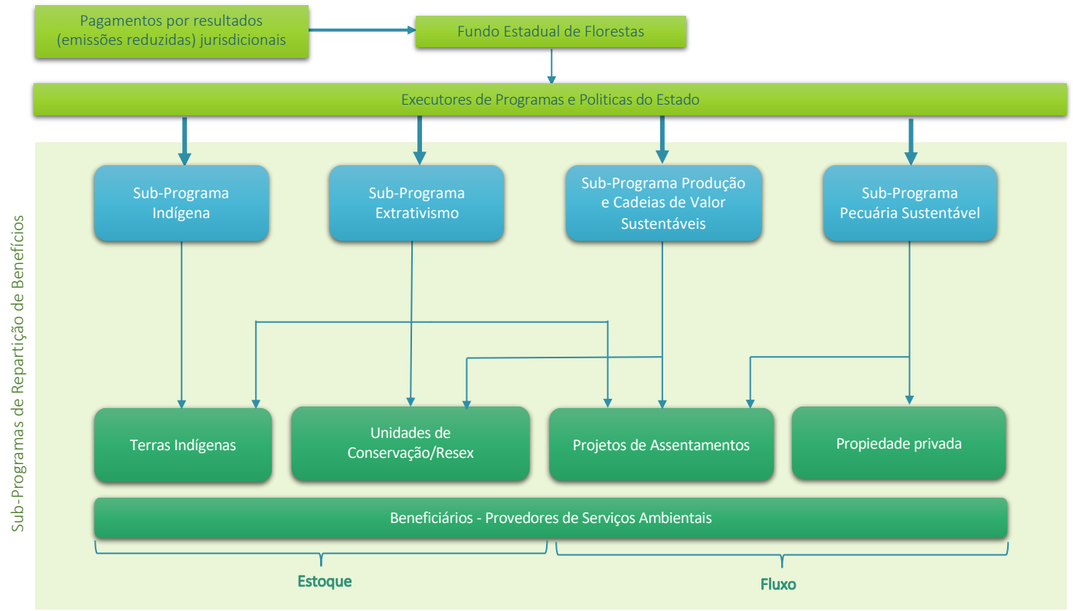


Figura 16: Arranjos de alocação dos recursos via subprogramas **Fonte:** IMC

Ao longo da execução do Programa REM, foram empreendidos vários esforços de análise mais precisa da interrelação entre territórios, beneficiários e atividades apoiadas. A alocação geral das principais atividades econômicas, com base nas informações contidas nos relatórios dos convênios, indica que atividades foram apoiadas em mais de um subprograma, embora em diferentes territórios. É importante enfatizar que a escala e o escopo dos apoios podiam variar entre os subprogramas, de modo que a mesma atividade poderia ser incentivada visando a garantia de segurança alimentar em um subprograma e buscando a inserção no mercado em outro (um exemplo é a piscicultura, ver capítulo XX). Além disso, também foram apoiadas algumas atividades com finalidade não econômicas, por exemplo, para incentivar a integração social e o resgate cultural (ver capítulo XX).

Tabela 05: Alocação de recursos no Programa REM e de acordo com os subprogramas (situação em 31.12.2018)

Subprograma	Valores Repassados R$	Porcentagem %
Subprograma Indígena	6.842.590,00	10,25
Subprograma Extrativismo	16.742.322,33	25,09
Estoque		**35,34**
Subprograma Produção Familiar	32.473.743,11	48,66
Subprograma Pecuária Sustentável	10.675.600,00	16,00
Fluxo		**64,66**
Total Subprogramas	**66.734.255,44**	**100,00**

14 Os capítulos a seguir apontarão elementos que permitem compreender os motivos pelos quais os Subprogramas Indígena e Extrativista terminaram apresentando participações menores do que as inicialmente propostas. Entre estes, estão particularidades relacionadas aos próprios públicos, tais como dificuldades de acesso, fragilidades das organizações etc. (cf. capítulos 9.2.1 e 9.2.2).

Em relação aos recursos previstos para o aprimoramento do SISA, ao final da primeira fase do Programa REM, as percentagens executadas foram ligeiramente menores do que previsto (29 de 30% e 8 de 10%, respectivamente). Todavia, a operacionalização do FEF, no período de 2014 a 2018, foi integralmente custeada com os rendimentos do Programa REM, não entrando na repartição de benefícios acima.

Nos primeiros anos de implementação esteve em vigor o Programa de Certificação da Propriedade Rural (para pequenos produtores), posteriormente substituído pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este programa previa o georreferenciamento das propriedades rurais participantes, bem como o pagamento de um bônus e outros serviços, visando reverter os processos de desmatamento. Em alguns convênios do Programa REM também foi realizado o georreferenciamento dos beneficiários, mas a tabela inserida na Figura XX mostra que apenas parte dos públicos beneficiários foi mapeada. Estes levantamentos, ainda que não exaustivos, permitiram obter uma visão geral dos principais focos geográficos da atuação do Programa REM (cf. Figura 17).

É possível identificar a associação entre os beneficiários e as categorias fundiárias priorizadas, mas também a distribuição de apoios, como o fomento à pecuária diversificada, por todas as categorias (cf. capítulo 9.3.2). Além disso, visualiza-se a concentração das atividades relacionadas à conservação de estoque fora das áreas de expansão do desmatamento no estado. Vale salientar que, além do Programa REM, outros programas e iniciativas atuam nos focos de desmatamento do estado.

Para a visualização dos resultados agregados do Programa REM também foram disponibilizadas representações da alocação de recursos por grandes linhas de atividades (cf. Figura 18).

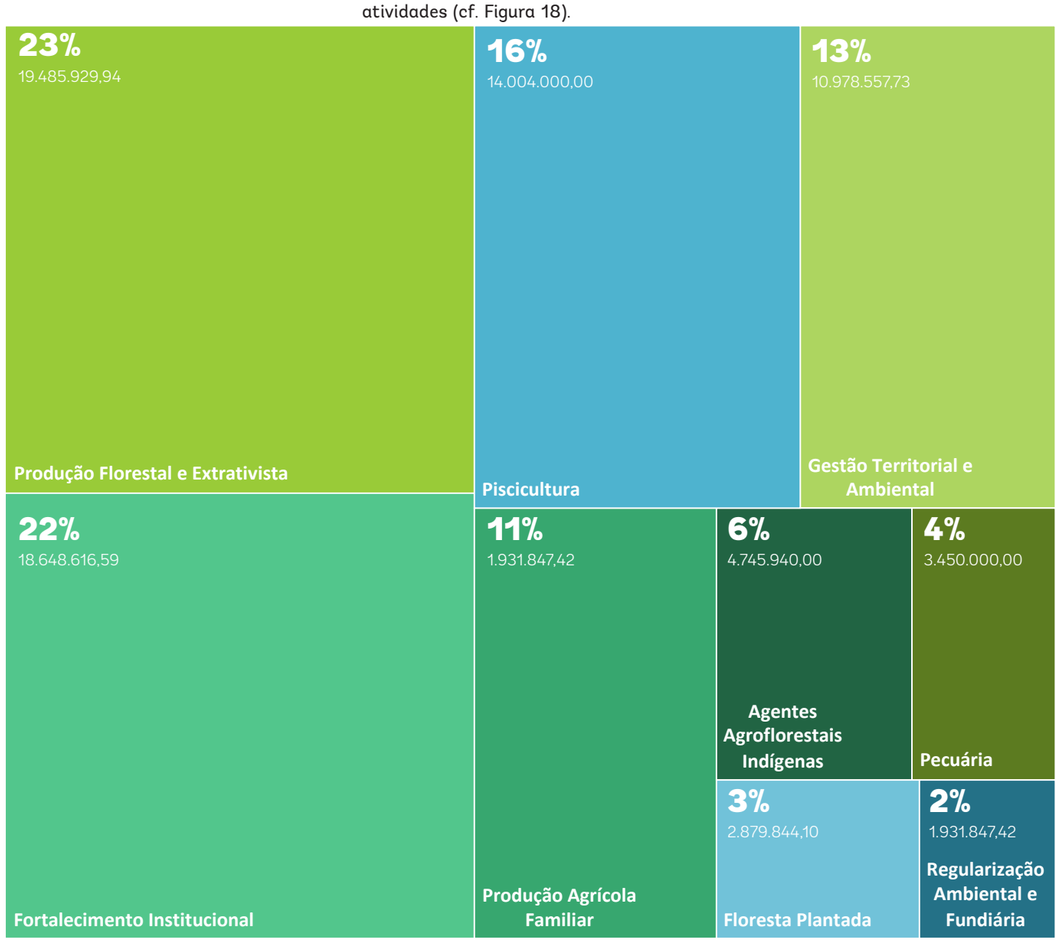


Figura 18: Distribuição dos recursos do Programa REM por macroatividades

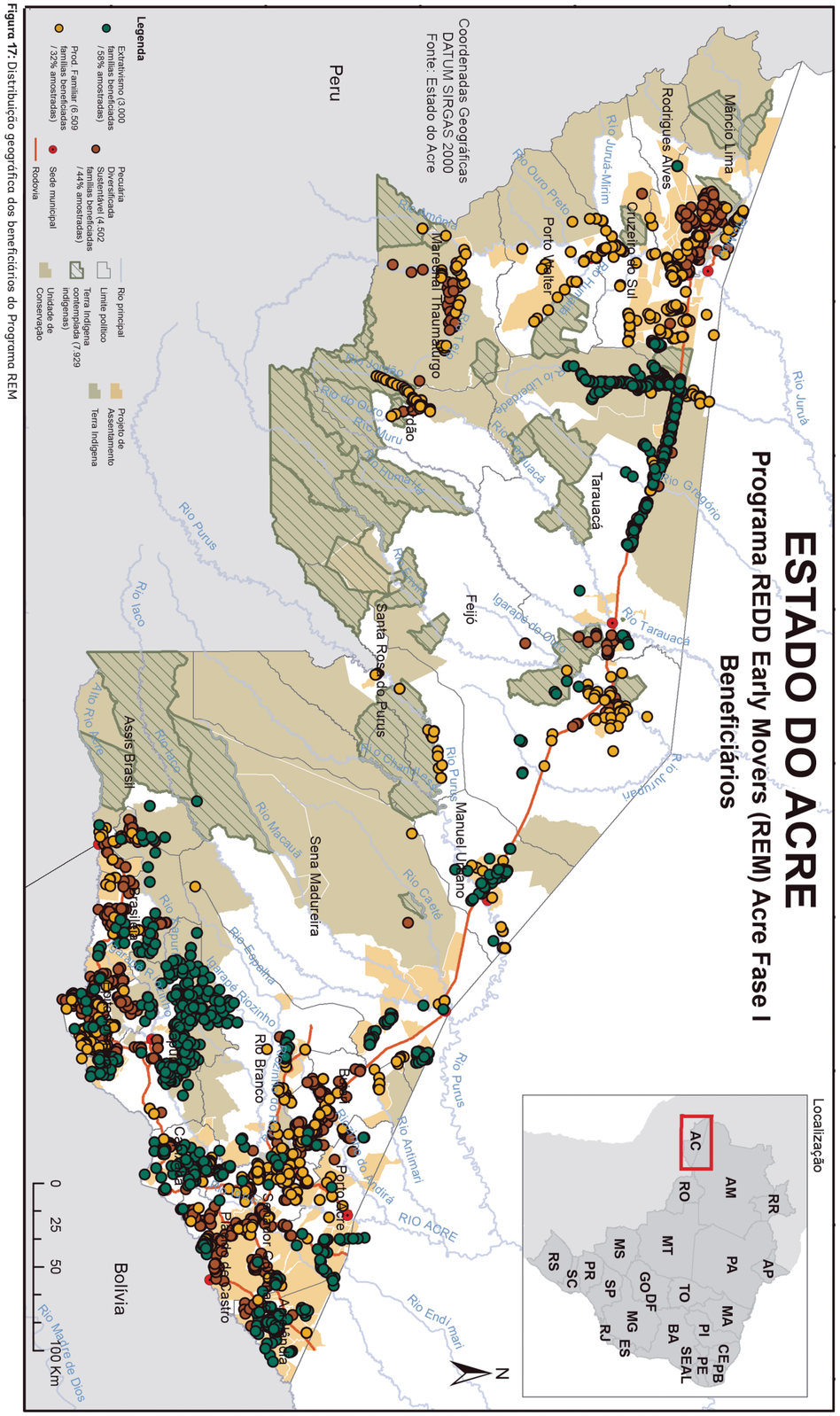
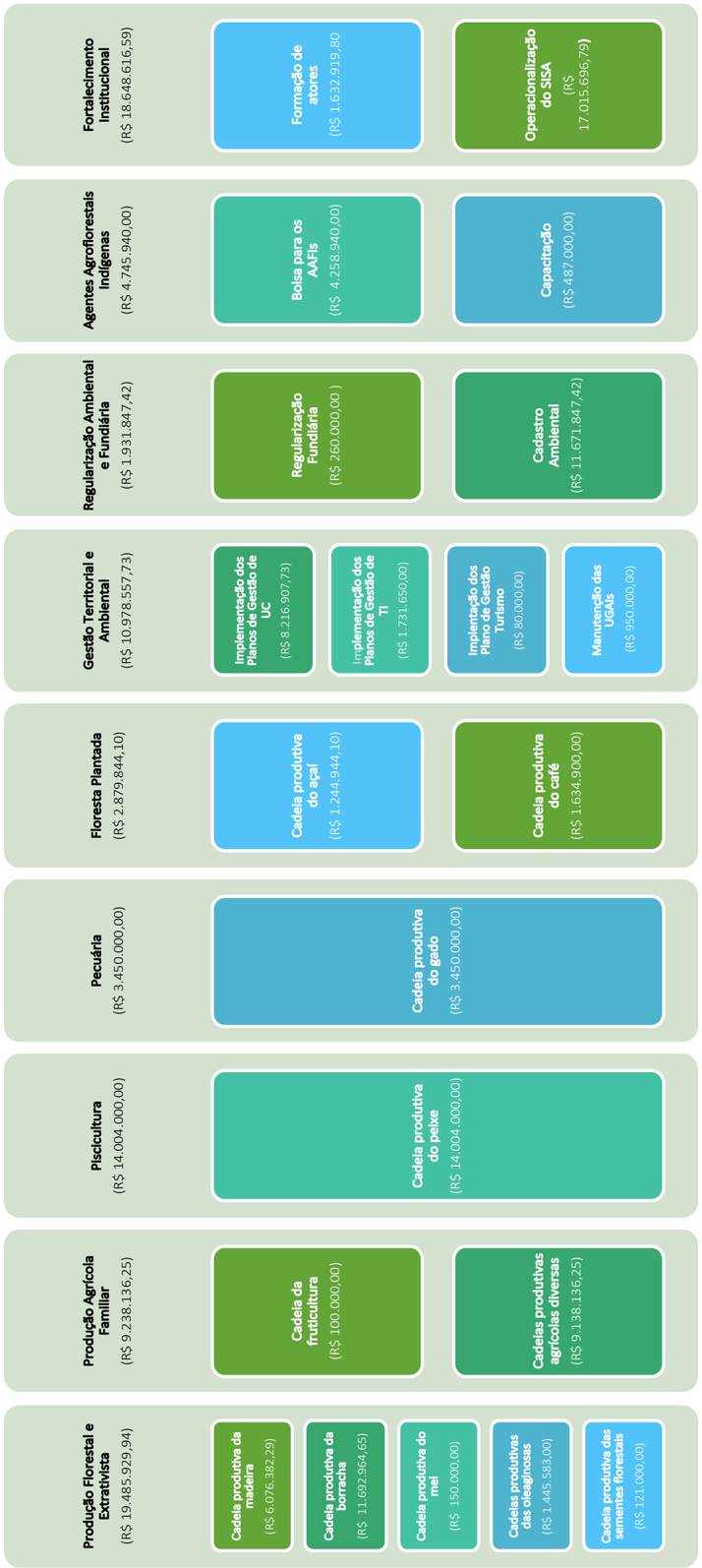


Figura 17: Distribuição geográfica dos beneficiários do Programa REM

Em cada linha, a distribuição pode ser alocada às macroatividades mais relevantes da seguinte maneira:



8.3. Quadro de indicadores gerais e monitoramento

Diferentemente de projetos tradicionais, inicialmente a concepção do Programa REM não previa uma ênfase específica no monitoramento dos resultados e impactos da aplicação dos recursos, posto que eram percebidos como remuneração de resultados já alcançados anteriormente. Portanto, não foram previstos requerimentos detalhados quanto à coleta, sistematização e monitoramento de informações sobre os resultados e impactos da aplicação dos investimentos realizados com os recursos do Programa REM.

No entanto, ao longo da implementação, as demandas de prestação de contas em relação aos investimentos se intensificaram, por parte tanto da sociedade civil quanto dos doadores, do próprio KfW, e dos demais stakeholders do SISA. Assim, paulatinamente foram tomadas medidas no sentido de aumentar as capacidades e ações de monitoramento.

É importante enfatizar que a abordagem de pagamento por resultados não prevê o estabelecimento de uma sistemática de metas e monitoramento de resultados no nível da implementação. Ainda assim, foi estabelecido um quadro de indicadores e metas gerais no âmbito do Programa REM, a serem alcançadas ao final da implementação da primeira fase:

Tabela 16: Indicadores, metas e resultados gerais da primeira fase do Programa REM

Indicadores	Metas	Resultados
Aprimoramento do SISA		
Novos subprogramas em implementação	2	2
Novas parcerias de financiamento	1	1
Atores capacitados sobre temas prioritários para o SISA	400	1.191
Intercâmbios de experiências com outras jurisdições em nível nacional e internacional	7	19
Beneficiários		
Produtores familiares beneficiados (famílias)	6000	6509
Beneficiários extrativistas (famílias)	1400	3000
Beneficiários da pecuária diversificada (famílias)	600	4502
Beneficiários indígenas (indivíduos)	2000	7.929

Verifica-se, portanto, que todos os indicadores quantitativos foram atingidos ou (largamente) superados. É importante levar em conta que não houve uma padronização da definição de beneficiários no âmbito dos convênios, que adotaram várias formas de contabilização. No cômputo geral, a maior parte dos grupos de beneficiários são contabilizados por famílias, correspondendo às unidades produtivas beneficiadas pelo Programa REM. Para os povos indígenas é computado o número de indivíduos, abrangendo todos os residentes das terras indígenas beneficiadas pelo Programa REM, de modo que não foi realizado um cálculo do número total de beneficiários, mas estima-se que tenham sido alcançadas um total de aproximadamente 14 a 16 mil famílias.

Aprendizados gerais sobre a repartição de benefícios

Sucessos

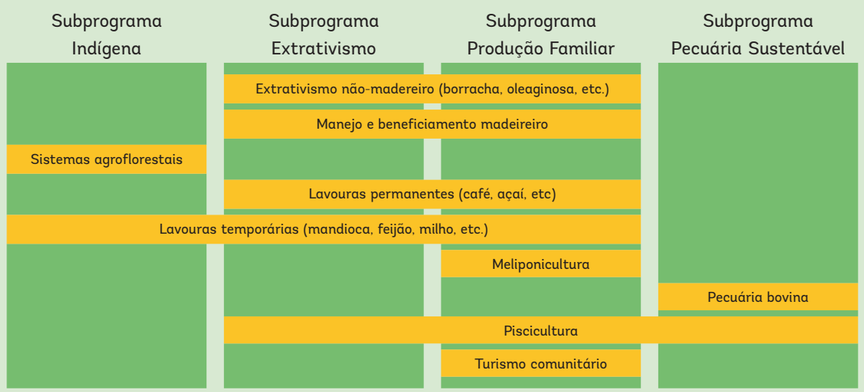
- O Programa fomentou uma série de atividades associadas ao conceito de REDD+: redução do desmatamento e da degradação florestal, manejo sustentável de florestas, conservação e aumento de estoques florestais (embora apenas a redução do desmatamento seja considerada como base para o cálculo do pagamento).
- A proposta de repartição de benefícios, que previu a canalização de 70% e 90% dos recursos financeiros para os beneficiários ponta nos dois contratos, é percebida como ousada, além da expectativa discutida em nível internacional à época da negociação (50/50%).
- O critério explícito de uma alocação alta de recursos para investimentos em nível local é percebido como positivo por parte da sociedade civil e de beneficiários.
- A opção do Acre, de propor 70% e 90%, respectivamente, como meta para investimentos em nível local, tem servido como exemplo e incentivos para outros países e parceiros de também fazerem propostas ambiciosas neste sentido.
- A execução do Programa REM se mostrou consistente com a distribuição de estoque e fluxo com base fundiária e com a distribuição planejada.

Fragilidades e Desafios

- A proposta conceitual de subprogramas que permitissem articulações claras e consistentes entre territórios, grupos sociais e atividades enfrentou dificuldades de implementação prática. Em diferentes graus, as três categorias se misturam no âmbito dos quatro subprogramas apoiados pelos dois contratos financeiros.
- A lógica do SISA estabelece que os recursos devem gerar incentivos para a manutenção e ampliação de serviços ambientais, entre os quais, a redução de desmatamento e degradação florestal e das emissões relacionadas. No entanto, não é possível avaliar em curto prazo se os incentivos apoiados efetivamente contribuem à continua redução do desmatamento.
- As metas formuladas para a repartição de benefícios são os números de beneficiários que deveriam ser apoiados no âmbito das ações de cada subprograma. No entanto, a contabilização dos beneficiários não foi realizada com base em critérios uniformes e há dificuldades no entendimento das linhas de base e no cálculo das metas.
- As dificuldades no acompanhamento do número de beneficiários, entre outros aspectos, se devem ao fato de que o cadastramento e georreferenciamento dos beneficiários requer conhecimentos técnicos que os comunitários não dispõem. A realização pelos órgãos gestores não foi considerada prioridade e nem era condição primordial durante a assinatura dos contratos/convênios. Além disso, teria sido extremamente morosa e onerosa.
- Embora a lógica do pagamento por resultados já alcançados anteriormente não contemple uma associação entre fundos investidos e futuras reduções do desmatamento, seria importante que as políticas públicas apoiadas fossem monitoradas de forma mais consistente, inclusive para permitir a priorização das linhas de ação mais efetivas.
- A priorização do levantamento de percepções da avaliação técnica gerou dificuldades para a aferição agregada de resultados e benefícios. O georreferenciamento individual dos beneficiários não foi realizado de forma abrangente e a contabilização de beneficiários não foi realizada com base no georreferenciamento.

Aprendizados e recomendações

- Recomenda-se analisar se uma implementação baseada em macroatividades poderia facilitar o monitoramento e a aferição dos resultados do Programa REM em termos da redução de fluxos e da conservação dos estoques de carbono.



Fonte: Elaborado com informações do FEF

Figura 20: Distribuição das principais atividades econômica apoiadas nos subprogramas

- A relação entre os indicadores diretamente atrelados à lógica da remuneração de resultados e indicadores adicionais (que poderiam ser considerados de caráter voluntário) é um tema ainda a ser mais bem explorado no contexto das abordagens de REDD+. Indicadores adicionais podem exercer um papel relevante na orientação das políticas públicas e na geração de aprendizados, mas também na orientação de investimentos futuros (por exemplo, a relação entre geração de renda e redução do desmatamento). As análises deveriam explorar até que ponto o monitoramento dos resultados de aplicação dos recursos reflete um entendimento de "resultados duplos", quais seriam os custos de transação do seu levantamento face a considerações de custo/benefício, entre outros.
- Para a segunda fase do Programa REM foram previstos maiores investimentos em monitoramento e na gestão de conhecimento.

9. Resultados e aprendizados da repartição de benefícios

Por meio do Programa REM foi implementada uma grande diversidade de ações de quase 70 instituições proponentes. A sistematização e análise de todas ações se mostrou um desafio considerável para o Programa, que já foi objeto de várias iniciativas em auditorias e avaliações. Os capítulos a seguir abordam os resultados e aprendizados sem visar uma descrição exaustiva de todas as frentes de implementação, mas destacam algumas experiências emblemáticas em termos de aprendizados sobre a implementação de abordagens de REDD+.

9.1. Aprimoramento do SISA e fortalecimento institucional de políticas públicas associadas

Ao início da implementação do Programa REM, a estruturação do SISA havia atravessado um amplo processo de consulta e normatização. No entanto, havia um consenso que o fortalecimento e aprimoramento do sistema ainda necessitava de apoios adicionais. Além disso, a lógica do SISA previa que os investimentos deveriam propiciar a continuidade e ampliação das reduções de emissões e a transição para uma economia de baixo carbono. Estes objetivos seriam promovidos pelos incentivos às mudanças nos sistemas produtivos, mas também dependiam da efetividade das ações de enfrentamento do desmatamento e da degradação florestal. Vale enfatizar que as ações priorizadas complementavam apoios aportados pelos demais programas e projetos em execução no estado.

Ambas as linhas demandavam investimentos nos órgãos responsáveis por estas pautas, de modo que foram previstas e realizadas no Programa REM as seguintes ações de fortalecimento institucional:

9.1.1. Operacionalização e aprimoramento do SISA

a) Apoio à estruturação e operacionalização do arranjo de governança e demais instrumentos do SISA

O Programa apoiou a atuação da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento e suas vinculadas (Câmara Temática Indígena e Câmara Temática de Mulheres), bem como a participação das populações tradicionais e povos indígenas nestas instâncias e a atuação do Comitê Científico.

Também apoiou integralmente as atividades do IMC e do FEF referentes a implementação e ao monitoramento do Programa REM e do SISA, garantindo a estruturação desses órgãos e a integração entre eles. Os técnicos foram capacitados em temas relacionados ao gerenciamento, tais como gestão de convênios, contratos na administração pública, licitação, gestão de conflitos e elaboração de projetos, mas também em assuntos técnicos como serviços ambientais, mudança do clima, REDD+, valoração ambiental, legislação ambiental, entre outros.

b) Capacitação de beneficiários e realização de intercâmbios de experiências

O Programa REM apoiou a capacitação de agentes públicos em mudança do clima e florestas, serviços ambientais e outros temas relacionados ao SISA e ao Programa REM. Os intercâmbios ocorreram entre instituições e entre governos subnacionais no nível nacional e internacional.

Tabela 07: Eventos de formação, difusão e participação social

Tipos de eventos	Número de eventos	Número de participantes
Número de oficinas e cursos de formação para fortalecimento do SISA e engajamento dos beneficiários	56	
Número de atores formados		**1.191**
Número de seminários, workshops, encontros e feiras para difusão do SISA	48	
Número de intercâmbios e visitas técnicas de implementadores e interessados em REDD+	19	
Número de participantes		**783**

Fonte: IMC, 2018

c) Participação de atores do SISA em fóruns relacionados a REDD+, especialmente os relacionados à elaboração da Estratégia Nacional de REDD+.

O Programa REM apoiou a participação de membros do Comitê Executivo do SISA na Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), na Câmara Consultiva Temática do Pacto Federativo e na Câmara Consultiva Temática de Captação de Recursos, contribuindo para o alinhamento do SISA com a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Também foi apoiada a participação de duas representantes da CEVA na Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas Socioambientais da CONAREDD+.

d) Apoio à atuação da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA)

O Programa REM apoiou a estruturação e operacionalização da CDSA, possibilitando o estabelecimento de parcerias e a realização de prospecções e estudos dos ativos ambientais do estado do Acre e o desenvolvimento de dois novos subprogramas (Pecuária Diversificada Sustentável e Indígena).

e) Financiamento de estudos relacionados à mudança do clima, dinâmica do uso da terra e inventário de emissão de gases de efeito estufa

Foram realizados cinco estudos em cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para subsidiar a elaboração do inventário de gases de efeito estufa do Estado do Acre:

- 2° Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado do Acre, abordando o monitoramento dos setores produtivos de energia, transporte, agricultura, pecuária, mudança de uso da terra e resíduos sólidos;
- Mapeamento dos estoques de carbono nas Florestas Estaduais do Mogno e Gregório;
- Mapeamento de estoque de carbono por classes de solo;
- Etnoconhecimento e agrobiodiversidade na Terra Indígena Kaxinawa, do Nova Olinda;
- Estudos pedológicos de alta resolução nos municípios de Jordão, Mâncio Lima e Santa Rosa do Purus.

f) Comunicação e difusão de informações relacionados ao SISA e ao Programa REM

Foram apoiados o desenvolvimento da página eletrônica do SISA e do Programa REM, a produção de vídeos e spots para rádio, boletins e artigos e a participação em eventos nacionais e internacionais correlatos ao Programa.

Atuação da Força Tarefa de Controle do Desmatamento e Queimadas

A Força Tarefa foi instalada em 2015, como resposta ao aumento do desmatamento, visando promover a integração das ações dos órgãos do Governo Federal e Estadual em três grandes linhas (Comando e Controle, Produção Sustentável e Comunicação e Educação Ambiental). Foi também instalada uma sala de situação permanente para a geração de informações e subsídios à tomada de decisão, sob coordenação geral do Gabinete Civil do Governador, visando monitorar não somente a dinâmica de desmatamento e degradação florestal, mas também atuar frente aos eventos climáticos extremos que atingiram o Acre nos últimos anos.

A atuação conjunta dos órgãos em várias operações de campo terrestres e aéreas contribuiu para manter as taxas de desmatamento sob relativo controle, permitindo alcançar reduções após anos em que se verificavam aumentos. Também permitiu a realização de ações concentradas nas áreas críticas de desmatamento do estado em complementaridade aos incentivos propiciados pelo Programa REM.

9.1.2. Fortalecimento do comando e controle

O Programa REM apoiou ações de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental, incluindo o aprimoramento do mapeamento e monitoramento do desmatamento e dos usos do fogo, tendo em vista a sua importância em termos de degradação florestal. Destaca-se o apoio à atuação da Força Tarefa de Controle do Desmatamento e Queimadas.

As atividades apoiadas foram concentradas nas regiões sob maior pressão de desmatamento no estado. Além disso, foram formadas cinco brigadas de incêndios comunitárias nos municípios prioritários.

9.1.3. Fortalecimento do ordenamento territorial e fundiário

Foram apoiadas ações de regularização fundiária, visando identificar e resolver parte do processo de ocupação ilegal iniciado nas florestas públicas do estado. Os recursos do Programa REM possibilitaram a realização de laudos de identificação fundiária nas quatro Florestas Estaduais e a emissão de 245 títulos para famílias residentes nos Polos Agroflorestais dos municípios de Capixaba, Epitaciolândia, Xapuri, Plácido de Castro, Brasiléia e Mâncio Lima.

Aprendizados sobre o aprimoramento do SISA e fortalecimento institucional

Sucessos

- O Programa REM cumpriu o papel de conferir efetividade prática ao funcionamento do SISA, por meio do Programa ISA Carbono. Sem os recursos aportados, a implementação não teria ocorrido.
- Os apoios à governança fortaleceram estruturas que, em comparação à situação de outras jurisdições, são consideradas bastante robustas.
- O Programa REM fortaleceu a visibilidade internacional e a participação do Acre em eventos internacionais. O SISA e o Programa REM são considerados exemplos para outros governos e a comunidade de REDD+ internacional.
- Os membros do governo do Acre, os representantes da CEVA e a própria coordenação do Programa REM no KfW realizaram aportes relevantes e reconhecidos para a construção da ENREDD+, o avanço das salvaguardas socioambientais, as resoluções da CONAREDD+ e o aprimoramento do REDD+ no país.
- Juntamente com outros programas e iniciativas em andamento no Acre, foram realizados investimentos estratégicos nos temas controle do desmatamento e queimadas e regularização fundiária.
- O Programa REM foi um catalisador para a reflexão sobre um conjunto maior de mecanismos de financiamento verde. Foi possível estruturar uma rede ampla de parceiros potenciais para financiar a transição do Acre para uma economia de baixo carbono.
- Durante o período de implementação do Programa REM o Acre ampliou seus esforços de monitoramento efetivo de informações relacionadas à mitigação e adaptação à mudança do clima. Atualmente, vários relatórios são elaborados rotineiramente, permitindo planejamentos antecipados à

base da análise de tendências.

- As ações de comunicação asseguram a transparência e são fundamentais no contexto de pioneirismo do programa.
- Foi apoiada a construção do Programa de Sociobiodiversidade do SISA.

Fragilidades e Desafios

- É inerente ao caráter de pioneirismo do SISA e do Programa REM que nem todas as soluções iniciais tenham tido continuidade ao longo do tempo. Foram necessárias mudanças associadas ao alinhamento com a estruturação da Estratégia Nacional de REDD+, elaborada paralelamente ao período de implementação da primeira fase (por exemplo, abandono do registro das reduções de emissões em plataforma comercial em função do estabelecimento da plataforma nacional).
- Outros ajustes se mostraram necessários com o alinhamento à implementação do novo Código Florestal a partir de 2012 (por exemplo, substituição do Programa de Certificação Rural pelo Cadastro Ambiental Rural, previsto pelo Código).
- Os marcos regulatórios de REDD+ evoluíram de forma muito dinâmica no período de implementação do Programa REM, levando a situações de volatilidade e insegurança para os atores pioneiros.
- A aposta do Acre na viabilidade da negociação de offsets não se concretizou, demandando mudanças na estratégia inicial de ampliação rápida dos financiamentos com esta perspectiva. Ainda assim, o Programa REM contribuiu à redução de riscos e à geração de transparência para potenciais futuros investidores.
- A Força Tarefa representou um avanço na atuação integrada das instituições de controle ambiental, mas a implementação de suas ações em campo ainda enfrenta desafios. A tradição de atuação por instituição ainda é muito presente, esforços de articulação são realizados, mas sua operacionalização muitas vezes ainda é incipiente. Gargalos estruturantes, como os baixos efetivos de pessoal permanente nas instituições, seguirão não sendo objetos de financiamentos externos, mas impactam fortemente na efetividade das ações.
- A cooperação entre os órgãos ambientais estaduais e federais (IMAC e IBAMA) foi afetada pelo agravamento da crise política no país, que teve rebatimentos na manutenção da atuação em campo dos órgãos federais.
- O caráter extremamente técnico e complexo do desenho do Programa REM dificultou as ações de comunicação.
- A gestão de conhecimento foi um desafio para o programa, devido à complexidade técnica, o grande número de parceiros e atividades apoiados e a falta de planejamento inicial para o enfrentamento deste desafio.
- A forma de comunicação priorizada pelo governo gerou um déficit de informações públicas concretas sobre o programa.
- O quadro técnico do SISA e de seus parceiros conta com poucos funcionários públicos de carreira. Com isso, o SISA se torna muito vulnerável à perda de memória institucional em situações de mudança de governo.

Aprendizados e recomendações

- Na busca de modelos para a transição à economia de baixo carbono, devem ser combinados investimentos programáticos e a construção de acesso a mercados para produtos sustentáveis.
- Recomenda-se um maior alinhamento entre as ações de comando e controle e os incentivos aos sistemas produtivos do Programa REM. Em médio prazo, o monitoramento deve poder informar de forma consistente sobre a evolução do desmatamento nas áreas de concentração dos investimentos do Programa REM.
- Deve ser previsto um maior investimento em ações de comunicação, seja para a mobilização de beneficiários, seja para a difusão de resultados. Recomenda-se definir um plano de gestão de conhecimento e comunicação antes do início da implementação. A nova fase do Programa REM prevê mais instrumentos e recursos neste sentido.
- É fundamental investir mais em funcionários públicos de carreira e fortalecer a sua atuação.

9.2. Abordagens de conservação de estoques de carbono

Conceitualmente, os subprogramas associados à manutenção dos estoques de carbono são aqueles que beneficiariam os grupos que tradicionalmente contribuem à conservação das florestas. De acordo com a estrutura contratual e de gestão do Programa REM, abrange os Subprogramas Indígena e Extrativista. No entanto, com base na definição dos critérios de elegibilidade, os subprogramas também apoiaram atividades que estão presentes em outros subprogramas.

9.2.1. Subprograma Indígena

As terras indígenas são as categorias fundiárias que apresentam o menor índice de desmatamento no Acre (menos de 2%). Entretanto, dado a sua dimensão geográfica (2.436.306 hectares), é crescente a pressão de agentes externos sobre os recursos naturais presentes nessas áreas, que se acentua nas localizadas às margens das rodovias e na fronteira internacional, com as concessões florestais presentes no lado peruano.

As 37 terras indígenas existentes no estado[15] estão distribuídas em 11 municípios e ocupam cerca de 14% do território acreano. Dados populacionais da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) contabilizam 23.248 indígenas vivendo em 230 aldeias no estado.

Historicamente é grande a busca desses povos pelo reconhecimento de sua identidade cultural, a proteção de seus territórios e a autonomia administrativa e financeira de suas organizações. Diante disso, praticamente todas as ações do Subprograma Indígena foram implementadas diretamente por associações indígenas (com exceção dos convênios com a Prefeitura do Jordão e do programa de formação dos agentes agroflorestais, ver abaixo).

Foram firmados 25 convênios, beneficiando 7.929 indígenas residentes em terras indígenas, no montante de R$ 6.842.590,00, correspondendo a 10,25% do volume total desembolsado na primeira fase do Programa.

O Subprograma Indígena apoiou a realização de três linhas de ações principais:

- A implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas, um instrumento participativo que integra o arcabouço de ordenamento territorial e ambiental do estado. Os planos devem expressar a autonomia e autodeterminação dos povos no estabelecimento de acordos que permitam a proteção territorial, bem como subsidiar a orientação do planejamento e da execução das políticas públicas relevantes. Foi realizada uma priorização das terras indígenas mais afastadas para a implementação dos planos, levando em consideração que também havia outros programas e projetos apoiando a elaboração dos planos no estado (cf. Figura 21).
- A atuação de 149 Agentes Agroflorestais Indígenas, por meio do pagamento de bolsas de apoio à sua formação e suas atividades em campo, dando continuidade a uma iniciativa em andamento desde 1996 (cf. Box XX). Os agentes agroflorestais atuaram em 131 aldeias, pertencentes a 28 Terras Indígenas (82,3% do total), numa extensão de 1.822.131 hectares (74,8% do total).
- Ações de fortalecimento e resgate da cultura indígena, especialmente pela reforma de centros comunitários tradicionais e com a realização de festivais culturais.

A implementação do Subprograma Indígena apresentou dois importantes diferenciais em relação aos demais subprogramas do SISA e do Programa REM:

- Foi o subprograma em que mais claramente estava dada a associação entre recorte territorial, beneficiários e atividades apoiadas.
- O subprograma contou com mecanismos distintos de seleção de projetos, que ocorreram por meio de edital. Sua elaboração foi conduzida e acompanhada pelo Grupo de Trabalho Indígena, que assessora a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento em relação a todos assuntos relacionados à temática indígena. Além disso, foi constituída uma comissão de seleção para a avaliação das propostas apresentadas com base no edital.

Em síntese, através da implementação do subprograma Indígena foram fomentadas ações que visam reduzir a pressão de atividades exploratórias que levem à degradação dos recursos naturais, por meio do apoio de monitoramento ambiental, fortalecimento cultural e fomento às atividades produtivas sustentáveis em 28 Terras Indígenas do estado do Acre. As ações desenvolvidas foram:

- Aquisição de barcos motorizados e insumos para a realização de missões de monitoramento e proteção do território, o escoamento da produção agroflorestal e a realização dos eventos culturais;
- Aquisição de equipamentos e insumos para a produção familiar agrícola;
- Realização de cursos de boas práticas de coletas de sementes florestais para posterior certificação e comercialização;
- Apoio ao desenvolvimento do artesanato indígena através da aquisição de insumos e da realização de intercâmbios entre as mulheres indígenas artesãs;
- Capacitação dos indígenas nos temas relacionados ao projeto; e
- Pagamento de bolsas para os Agentes Agroflorestais Indígenas.

15 Incluindo três terras indígenas ainda sem reconhecimento pela FUNAI (Terras Indígenas Estirão, Kuntanawa e Jaminawa do Guajará).

Os Agentes Agroflorestais Indígenas

A formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas teve início em 1996, com um primeiro curso realizado pela organização indigenista Comissão Pró-Índio do Acre. A formação abrange, além de técnicas e conceitos científicos sobre o uso, manejo e a conservação dos recursos naturais, os saberes indígenas sobre o meio ambiente. Além de cursos intensivos anuais, a formação também se dá através de intercâmbios, oficinas e assessorias realizadas nas aldeias.

Os Agentes Agroflorestais Indígenas exercem a função de mediadores da gestão territorial e ambiental das terras indígenas, mobilizando as comunidades para a reflexão e o desenvolvimento das estratégias e atividades previstas nos acordos comunitários que fortalecem o uso e conservação da biodiversidade local. Os Agentes Agroflorestais Indígenas realizam trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural junto às comunidades, no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional por meio da diversificação da produção, com a implementação e manejo dos quintais e Sistemas Agroflorestais, criação de animais domésticos e silvestres, enriquecimento de capoeiras com espécies de interesse, implantação de hortas orgânicas, manejo de resíduos sólidos, vigilância e monitoramento das terras indígenas, entre outros.

O processo de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas para a gestão ambiental das terras indígenas no Acre foi pioneiro na Amazônia e no Brasil, influenciando experiências similares promovidas por outras organizações indígenas e indigenistas, bem como a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas, promulgada em junho de 2012.

Em 2002, foi criada a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAC) para organizar os trabalhos da categoria e realizar a representação política dos Agentes Agroflorestais Indígenas junto ao poder público, organizações indígenas, indigenistas e parceiros. O trabalho dos Agentes Agroflorestais Indígenas ainda não conta com uma política pública permanente e efetiva que garanta recursos para a sua formação e prestação de serviços às suas comunidades, mas, desde o seu início, recebeu apoios por vários programas e projetos.

Fonte: Comissão Pró-Índio Acre (cpiacre.org.br)

Fotos: Acervo AMAAIAC

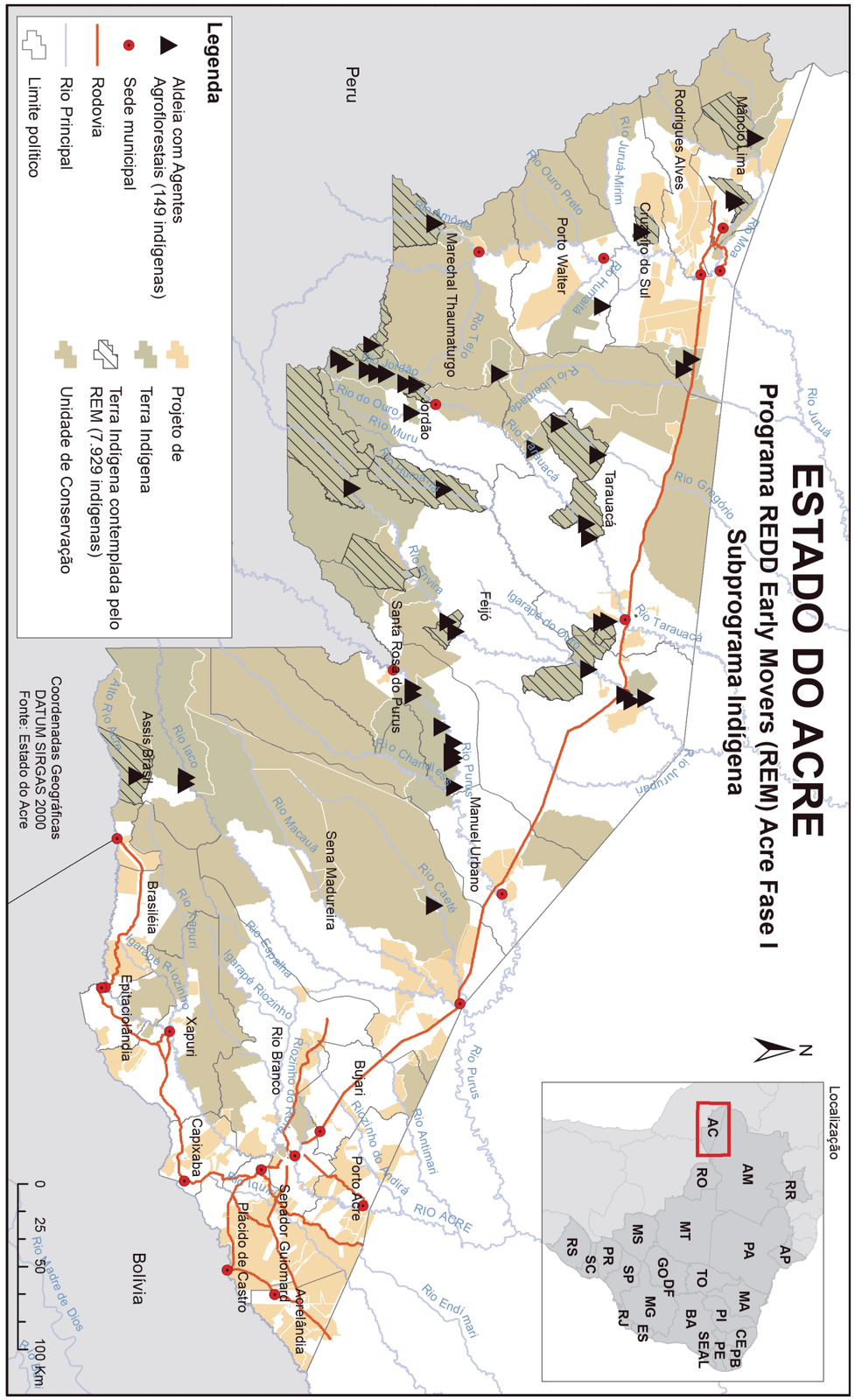


Figura 21: Especialização das ações do Subprograma Indígena

Aprendizados específicos sobre o Subprograma Indígena

Sucessos

- O Subprograma Indígena adotou uma estratégia que combinou a continuidade de experiências já consolidadas, como o financiamento dos Agentes Agroflorestais Indígenas e da implementação dos planos de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas, com propostas inovadoras, como o apoio à realização dos festivais culturais.
- O papel ativo do Grupo de Trabalho Indígena no acompanhamento das propostas foi fundamental. Os processos de discussão e consulta foram longos e intensos, mas propiciaram um nível de participação não presente em outros programas. Resultaram, entre outros na redação de uma "Carta de Princípios" para o Subprograma Indígena.
- A execução direta dos recursos pelas organizações indígenas trouxe ganhos efetivos, tanto em gestão quanto em termos da implementação e dos resultados alcançados.
- O apoio às atividades de resgate cultural através do desenvolvimento do artesanato indígena e da realização dos festivais foi percebido como grande destaque do Programa REM, permitindo a revalorizar a cultura indígena, que em vários casos vinha se enfraquecendo.

Fragilidades e Desafios

- O Programa REM propiciou apoios consistentes a iniciativas com caráter de política pública, no entanto, também gerou expectativas e apreensão quanto à sua continuidade em um cenário de restrição de recursos e apoio político.
- Devido à localização remota e o difícil acesso a muitas das terras indígenas, bem como às fragilidades das organizações, vários convênios demandaram grandes esforços de acompanhamento e ajustes para atender às exigências de prestação de contas do Programa REM.
- A possibilidade do aumento de exigências burocráticas para o acesso aos recursos da segunda fase do Programa REM pode gerar desafios para a operacionalização do Subprograma Indígena.
- Como nos demais subprogramas, os mecanismos de monitoramento não focaram na efetividade das ações. O grande número de beneficiários indígenas foi estimado pela contabilização de todos os habitantes das terras indígenas contempladas com os convênios do Programa REM, sendo que é difícil avaliar até que ponto todos os habitantes foram diretamente beneficiados sem um monitoramento mais detalhado.
- A gestão dos recursos para os agentes agroflorestais por parte da organização indígena AMAIAC apresentou desafios. Por um lado, o programa atendeu à demanda de autonomia na gestão dos recursos e contribuiu significativamente para o aumento das capacidades de gestão da organização. Por outro lado, a gestão enfrentou problemas como atrasos no pagamento das bolsas aos agentes agroflorestais e nas prestações de contas, bem como na relatoria e sistematização dos resultados.

Aprendizados e recomendações

- Recomenda-se assegurar o equilíbrio entre as exigências formais e a manutenção das condições de operacionalização do Subprograma Indígena na ponta.
- Recomenda-se ampliar os investimentos no fortalecimento das capacidades de gestão das organizações indígenas.
- Prever análises qualitativas das ações de fortalecimento cultural, para aprofundar o entendimento e dar maior ênfase às conexões entre cultura indígena e proteção da floresta.

9.2.2. Subprograma de Extrativismo

De acordo com o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Acre (2018), 33,60% do território acreano é constituído por Unidades de Conservação e 14,55% por Terras Indígenas. A dificuldade de gerir essas áreas, se deve, em parte, a sua enorme extensão territorial. No entanto, é possível elencar vários outros desafios, especialmente nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tais como o aumento populacional, a questão fundiária, a falta de fomento as alternativas produtivas sustentáveis, a ausência de recursos humanos e financeiros para a gestão, a deficiência das infraestruturas de acesso e o pouco envolvimento dos atores sociais locais nas tomadas de decisão.

No estado do Acre, os números mostram a efetividade dessas áreas na manutenção da cobertura florestal. Do total acumulado no período de 1988 a 2018, foi desmatado apenas cerca de 2% do território das Unidades de Conservação. Para assegurar a efetividade da gestão dessas unidades, foi implementada uma série de políticas públicas com recursos do Programa REM, tais como:

- fomento as cadeias produtivas sustentáveis, por meio de parcerias com instituições governamentais e associações/cooperativas de produtores,
- acesso logístico e escoamento da produção agroextrativista, por meio de parcerias com instituições governamentais, associações e cooperativas de produtores,
- acesso a serviços públicos básicos, por meio de parcerias com as respectivas secretarias estaduais.

A implementação e integração dessas políticas visa proporcionar as condições necessárias para a fixação, o sustento e o progresso econômico das comunidades locais.

Durante a implementação da primeira fase do Programa REM, observou-se a existência de produtores agroextrativistas em territórios de produção familiar e territórios extrativistas (Unidades de Conservação de Uso Sustentável). A renda familiar desses produtores se compõe com frequência por diferentes "cardápios" de atividades e cadeias produtivas, a exemplo dos extrativistas das regiões do Purus, Alto e Baixo Acre, que diversificam seu trabalho durante o ano para poderem permanecer na floresta. Além do tradicional corte de seringa e da coleta de castanha, se dedicam à agricultura familiar de subsistência e, recentemente, à piscicultura em pequena escala para a segurança alimentar da comunidade.

Essas características não se aplicam para a maioria dos produtores agroextrativistas das regiões do Tarauacá-Envira e Vale do Juruá, a exemplo das famílias das Reservas Extrativistas do Rioginho da Liberdade, Alto Tarauacá e Alto Juruá, áreas onde, desde meados da década de 90, as populações tradicionais têm como principal fonte de renda a produção de farinha de mandioca. É importante ressaltar que essas famílias detêm características de populações tradicionais, como hábitos e costumes. O principal exemplo é a Reserva Extrativista Rioginho da Liberdade, que conta com cerca de 350 famílias vivendo da renda da farinha e que ainda apresenta 98% do seu território preservado.

O Subprograma de Extrativismo foi implementado visando promover o reconhecimento das comunidades extrativistas por sua atuação na preservação de seus estoques florestais, de suas culturas e meios de vida. No decorrer da primeira fase do Programa REM, foram firmados 28 convênios e repassados R$ 16.742.322,33, beneficiando 3.000 famílias (cf. Figura 22)

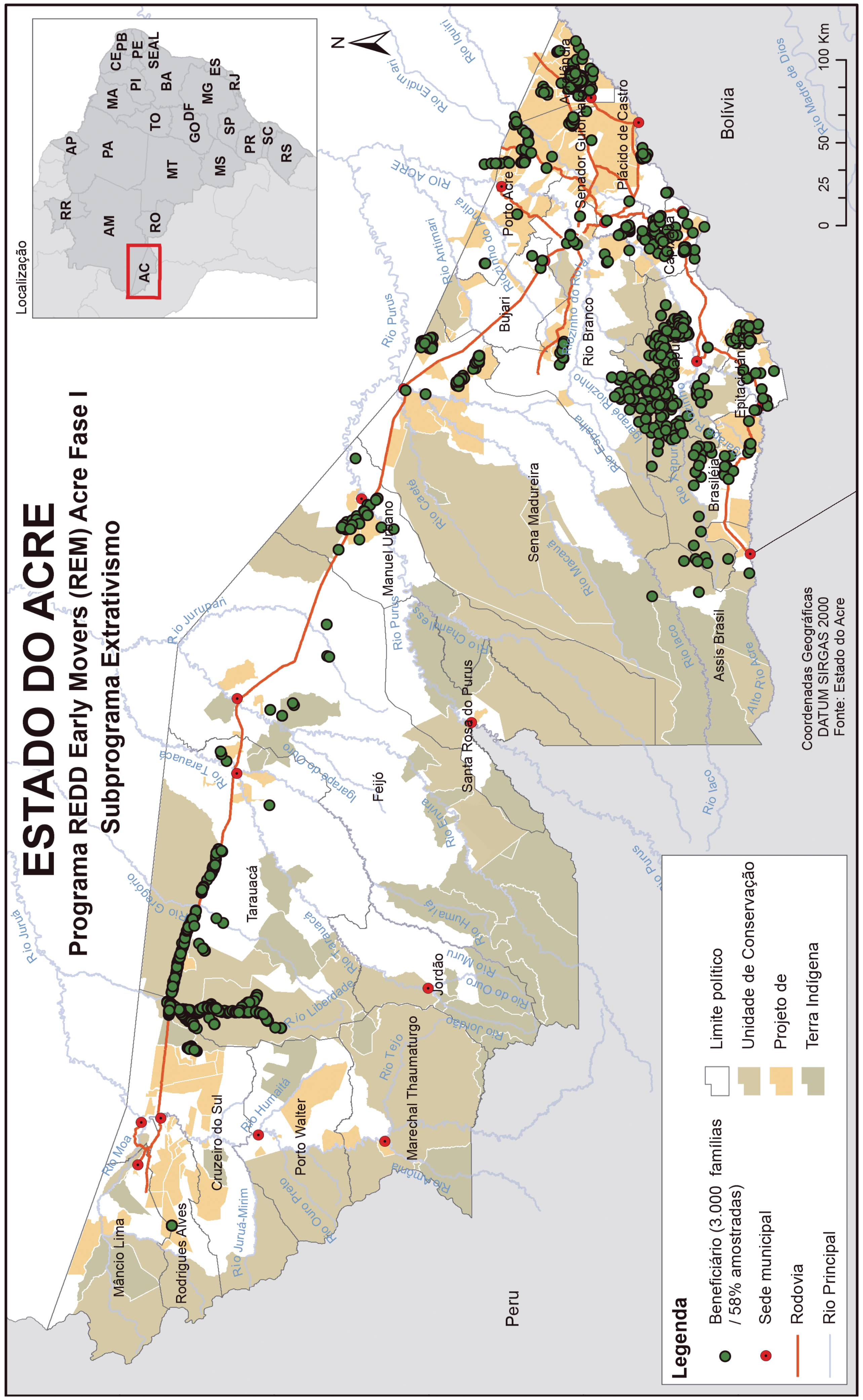


Figura 22: Espacialização das ações do Subprograma Extrativismo

a) Ações de apoio ao extrativismo da borracha

O Subprograma Territórios de Extrativismo e Produção Sustentável foi concebido em 2013, a partir do reconhecimento de que não era possível atribuição clara de macroatividades a beneficiários e categorias fundiárias específicas. Desta forma, o subprograma contemplou tanto atividades relacionadas ao manejo madeireiro e não-madeireiro, quanto de agricultura familiar e de piscicultura. Para permitir um foco em atividades que efetivamente são associadas à extração de produtos florestais, serão destacados aqui alguns apoios do Programa REM ao extrativismo da borracha.

No Acre, a maior parte do látex se destina à Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (Natex), às usinas que transformam o cernambi virgem prensado (CVP) em granulado escuro brasileiro (GEB), uma das matérias-primas para a fabricação de pneus, e à produção de folhas defumadas líquidas (FDL), usadas em artefatos emborrachados (por exemplo, artesanatos, sapatos, colares) e solas de calçados, a exemplo da produção vendida anualmente para empresa francesa VERT Shoes.

A Natex, à época gerida pela Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), tem capacidade de produzir 100 milhões de camisinhas por ano, além de ser a única fábrica de preservativos do mundo a utilizar látex proveniente de seringais nativos da Amazônia como matéria-prima. Toda a produção de preservativos é comprada pelo Ministério da Saúde do Brasil. A demanda atual por borracha natural demonstra a necessidade de incentivar o plantio de seringueiras, visando aumentar a produção.

A extração de borracha é o exemplo de manejo florestal não-madeireiro mais emblemático do Acre. Historicamente associado à ocupação territorial do estado e às iniciativas de conservação florestal, foi a motivação original para a criação das reservas extrativistas, primeiro modelo de unidade de conservação que contempla o uso sustentável dos recursos naturais pelos seus habitantes.

Ao longo dos últimos anos, os mercados da borracha nativa atravessaram várias crises, contribuindo para a perda de atratividade da extração, especialmente entre a população mais jovem. Para contrabalancear esta tendência, o governo havia instituído em 1999 a concessão de um subsídio, que funciona por meio do pagamento de um valor adicional estipulado por lei para cada quilo de borracha natural aos seringueiros cadastrados em associações ou cooperativas.

Devido à sua importância simbólica, o pagamento deste subsídio com recursos do Programa REM foi o primeiro apoio acordado, viabilizado pela Secretaria Estadual Extensão Agroflorestal e Produção Familiar, com um investimento total de 4 milhões de reais. No âmbito do Programa REM, o subsídio é considerado como uma forma de pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos extrativistas. É visto como caso de investimento em um programa estadual já existente, demandando baixo esforço de estruturação e operacionalização.

Foram apoiadas as seguintes ações:

- No período de 2013 a 2018, o Programa REM subsidiou a produção de 1.443.596,30 quilos de látex, sendo 38,79% de látex nativo e 61,20% de látex de cultivo. O Programa também adquiriu 468.108,71 quilos de látex para a Fábrica de Preservativos Masculinos, gerando emprego e renda na região. A produção de borracha no estado envolveu aproximadamente 20 associações e cooperativas, totalizando 955 famílias, localizadas em Reservas Extrativistas, Projetos de Assentamentos Agroextrativistas e propriedades privadas.
- Um exemplo de apoio executado diretamente por uma organização local no âmbito da cadeia foi o convênio firmado com a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil, que viabilizou a recuperação de 93 estradas de seringa (caminhos que interligam as árvores na floresta, percorridos pelos seringueiros) e a instalação de 66 novas estradas.
- Outro exemplo de apoio executado por uma cooperativa de produtores foram os dois convênios firmados com a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista no Acre – Cooperacre, que possibilitou a recuperação e manutenção de 867 km de ramais (estradas vicinais) e recuperação de pontes para escoamento da produção agroextrativista.

O total investido na cadeia da borracha foi de R$ 9.132.964,65, correspondendo a 10,70% do total desembolsado na primeira fase do Programa REM.

b) Ações de apoio ao manejo florestal madeireiro

Até o final da década de 90, cerca de 90% da matéria-prima florestal do estado do Acre era oriunda de desmatamento e pouco mais de 5% vinha de áreas de manejo. Com o início das políticas estaduais de desenvolvimento sustentável foram buscadas abordagens para o fortalecimento das cadeias produtivas florestais e o empoderamento das populações tradicionais com modos de vida associados ao uso da floresta.

Para estruturar o setor e alavancar uma economia de base florestal foram adotadas seis estratégias principais:

- Criação de florestas públicas de produção;
- Promoção do manejo florestal;
- Fomento à indústria de base florestal;
- Fortalecimento da atividade extrativista;
- Incentivo a florestas plantadas; e
- Intensificação da fiscalização ambiental.

Destaca-se a convergência entre as estratégias adotadas no Acre e as propostas pelo PPCDAm como estratégias para conter o desmatamento na Amazônia. O manejo florestal, em escala empresarial e comunitária, é uma das alternativas produtivas sustentáveis priorizadas no PPCDAm e consta como meta da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris.

O manejo florestal madeireiro consiste em um conjunto de técnicas que permite a extração madeireira, reduzindo os impactos da atividade sobre a floresta e conservando os recursos florestais para futuros ciclos de corte, além de gerar benefícios socioeconômicos e ambientais adicionais. No Acre, o manejo florestal comunitário vem contribuído de forma para a organização comunitária e para o aumento da renda das famílias envolvidas e fazendo com que novas comunidades se interessem em manejar suas florestas.

No entanto, atualmente o aumento das áreas de manejo florestal, em especial o comunitário, ainda enfrenta um conjunto entraves:

- Políticas públicas incipientes, inadequadas e ineficientes para o manejo florestal;
- Investimentos insuficientes;
- Sistema de monitoramento e controle da extração ilegal de madeira tropical e promoção de ações de combate ao comércio ilegal ineficientes;
- Baixo grau de organização comunitária;
- Ausência de assistência técnica;
- Burocracia e morosidade dos órgãos fundiários e de licenciamento ambiental; e
- Condições de infraestrutura muito deficientes, prejudicando o acesso dos produtos amazônicos aos polos industriais e mercados consumidores.

Em nível estadual, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente executa o Programa de Manejo Florestal Comunitário, que fomenta a elaboração dos Planos de Manejo Florestal Sustentável, necessários para a autorização da extração, além de viabilizar a assistência técnica e a manutenção de parte da infraestrutura de acesso. Este programa também apoia a Planos Operacionais Anuais, o processo de licenciamento dos planos junto aos órgãos responsáveis e a construção e manutenção de infraestrutura de produção comunitária.

No período de 2010 a 2018 foram licenciados 301.088,691 m³ de madeira pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre, oriundos de planos de manejo florestal comunitário, envolvendo mais de 500 famílias agroextrativistas, residentes em projetos agroextrativistas, projetos de assentamento florestal e reservas extrativistas. A matéria-prima abasteceu o setor, constituído por 54 serrarias e 266 marcenarias, contribuindo para a geração de emprego e renda no estado.

O Programa REM contribuiu de forma expressiva para o fortalecimento do setor florestal no Acre, com destaque para as seguintes intervenções:

- Elaboração de planos de manejo comunitários em 32 mil hectares, beneficiando 157 famílias nas florestas públicas;
- Revisão de planos de manejo em 37 mil hectares em florestas públicas;
- Disponibilização de recursos a serem utilizados como capital de giro para a compra antecipada de madeira oriunda de três planos de manejo florestal, beneficiando 226 manejadores;
- Contratação de assistência técnica para 226 famílias, totalizando 93.458,22 hectares de áreas de manejo florestal;
- Manutenção de 235 km de ramais para a logística de acesso e escoamento do Manejo Florestal de Uso Múltiplo (madeira e produtos florestais não madeireiros) nas unidades de conservação;
- Contratação de assistência técnica e apoio administrativo para organizar sete polos moveleiros e viabilizar o fornecimento de matéria-prima de origem legal para o setor, tornando possível a comercialização da produção moveleira através dos editais de compras públicas governamentais;
- Realização de um estudo de coeficiente de rendimento volumétrico de madeira serrada;
- Manutenção do Centro de Treinamento de Manejo Florestal do Estado do Acre, viabilizando a realização de cursos e treinamentos para estudantes, manejadores, produtores e técnicos; e
- Atualização do arcabouço legal e aprimoramento das capacidades técnicas, de gestão e de comercialização da madeira para ambas as escalas de extração madeireira (incluindo também recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Em resumo, a estratégia do Estado para ampliar a oferta de madeira legal no mercado local se baseia na expansão e consolidação das florestas públicas estaduais para a concessão florestal, e apoio ao manejo de pequena escala executado pelas comunidades.

O Programa REM repassou R$ 7.026.382,29, através de oito convênios, correspondendo a 8,23% do total desembolsado.

9.3. Abordagens de redução do fluxo de carbono

Os subprogramas associados à redução do fluxo de carbono florestal foram desenhados para beneficiar territórios e grupos sociais empenhados em reduzir as suas contribuições ao avanço do desmatamento. A perspectiva inicial era de implementar um Subprograma de Produção Familiar Sustentável, com foco nos projetos de assentamento, que atualmente concentram grande parte das áreas de expansão do desmatamento, e um Subprograma de Pecuária Sustentável, direcionado à adoção de práticas sustentáveis na atividade que ocupa a grande maioria das áreas desmatadas. Como nos outros subprogramas, a implementação na prática levou a ajustes neste desenho, que serão exemplificados a seguir.

9.3.1. Subprograma de Produção Familiar

Os produtores familiares são parte de um grupo bastante heterogêneo, constituído por produtores agroextrativistas, ribeirinhos e assentados da reforma agrária, que possuem imóveis de até quatro módulos fiscais (até 400 hectares). Estima-se que são aproximadamente 45.000 pequenos produtores, residindo, em sua maioria, em projetos de assentamento e unidades de conservação (informações do Cadastro Ambiental Rural).

Como dito anteriormente, no Acre predominam os desmatamentos em pequena escala. Na grande maioria dos casos, estes desmatamentos refletem as condições precárias dos produtores familiares assentados nos projetos de reforma agrária, caracterizados pela precariedade das infraestruturas de acesso e escoamento da produção, pela escassez dos serviços de assistência técnica, pela ausência de organização comunitária e pela limitada e esporádica presença governamental.

Assim, reduzir as emissões associadas à pequena produção é uma importante prioridade para o SISA. No âmbito do Programa REM foram fomentadas, por meio da implementação do Subprograma de Produção Familiar, as seguintes atividades:

- Regularização fundiária e ambiental;
- Investimento em infraestruturas de armazenamento, comercialização e acesso para os pequenos produtores;
- Fortalecimento das organizações locais;
- Promoção de produtos agroextrativistas por meio da realização de feiras e eventos;
- Fornecimento de serviços de assistência técnica para pequenos produtores;
- Aquisição de insumos e equipamentos para pequenos produtores.

Na primeira fase do Programa REM foram firmados 50 convênios, beneficiando 6.509 famílias de produtores rurais residentes em Projetos de Assentamento, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e propriedades privadas, no montante de R$ 32.473.743,11, correspondendo a 48,66% do volume total desembolsado no Programa (cf. Figura XX).

a) Ações de recuperação de áreas abertas e degradadas

O Programa REM realizou investimentos na recuperação de áreas já abertas e degradadas por meio da aquisição de mudas e insumos para a ampliação dos plantios de açaí, seringueira e café, visando o abastecimento das indústrias de beneficiamento. O foco em florestas plantadas também envolveu outros tipos de apoio, como plantios de mudas, mecanização, integração com outras culturas agroflorestais, assistência técnica e apoio à logística de transporte, etc. As atividades foram apoiadas tanto pelo Subprograma de Produção Familiar quanto pelo Subprograma de Extrativismo. Foi possível identificar três linhas de apoio:

- Aquisição de 800.000 mudas de café, mecanização para preparo de 267 hectares, resultando no plantio de 347 hectares de área plantada, beneficiando 338 famílias nos municípios de Acrelândia, Brasiléia, Capixaba, Manuel Urbano, Plácido de Castro e Sena Madureira.
- Aquisição de 195.243 mudas clonadas de seringueiras para o plantio de 389 hectares, beneficiando 170 famílias nos municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Manoel Urbano, Senador Guiomard e Xapuri.
- Financiamento da produção de 362.358 mudas de açaí, mecanização para preparo do solo em 300 hectares e plantio das mudas em 544 hectares, beneficiando 390 famílias, nos municípios de Feijó, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rio Branco, Rodrigues Alves e Tarauacá. O incentivo visava ampliar a utilização de capacidades ociosas de beneficiamento nas agroindústrias já instaladas.

Os investimentos para a recuperação de áreas já abertas com florestas plantadas foram de R$ 5.139.844,10, correspondente a 6,02% do total desembolsado pelo Programa REM.

b) Ações de apoio à produção agrícola diversificada

A produção agrícola familiar detém um papel importante no autoconsumo e no abastecimento do mercado local, em especial a produção de farinha. Nas regiões do Tarauacá – Envira e Vale do Juruá, no geral, os roçados não são muito diversos, predominando a produção de mandioca, seguido de banana, arroz, feijão, milho, jerimum e abacaxi. Essa modalidade, quando não acompanhada de assistência técnica, tende a recorrer à prática de corte e queima, ainda que de poucos hectares (geralmente até três hectares/família/ano). Em geral, as áreas abertas são abandonadas após dois ou três anos de uso, entrando em um processo de regeneração natural.

No entanto, o impacto cumulativo de abertura dessas áreas, especialmente nos projetos de assentamento, contribui de forma expressiva para o aumento do desmatamento no estado. Com base nisso, as ações do Subprograma de Produção Familiar foram concentradas, prioritariamente, nas unidades de conservação e projetos de assentamento localizados às margens das rodovias e rios.

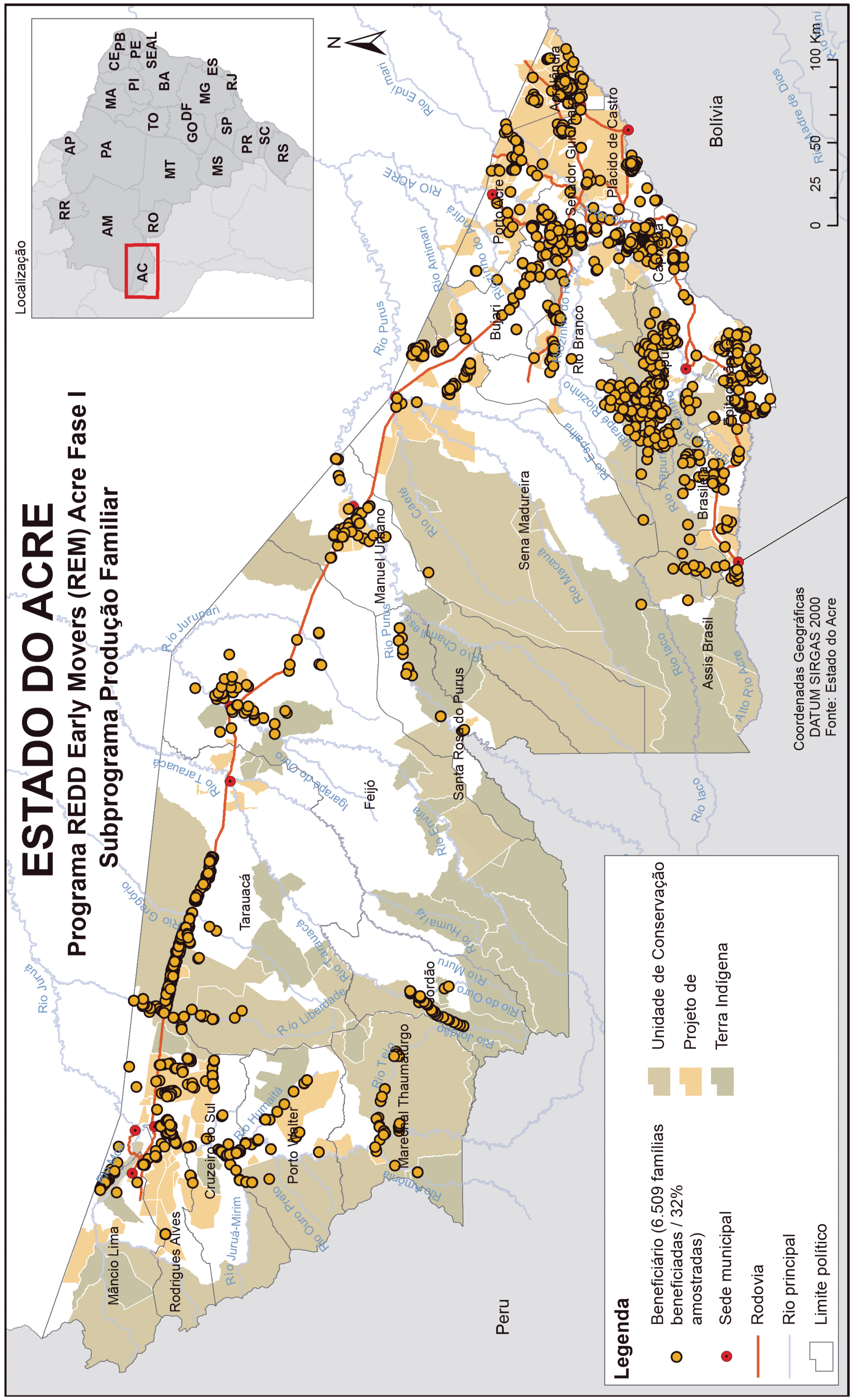


Figura 23: Espacialização das ações do Subprograma Produção Familiar

Uma ação prioritária do Programa REM consistiu no fortalecimento das associações e cooperativas locais, através do assessoramento técnico e do acesso a projetos e programas governamentais, contribuindo para a autonomia e diminuição da dependência das comunidades.

Os convênios estabelecidos com as associações apoiaram as seguintes linhas:

- Aquisição de insumos e equipamentos para a construção de roçados sustentáveis, com metodologias que reduzem o uso de fogo na manutenção, casas de farinha e engenhos, beneficiando 1.435 famílias de agricultores familiares;
- Mecanização agrícola de 2.394 hectares para o plantio de produtos agrícolas diversos, beneficiando 1.197 famílias;
- Recursos visando a disponibilização de capital de giro para a cooperativa de mulheres produtoras de biscoitos de goma de mandioca, 115 mulheres beneficiadas;
- Recursos visando a disponibilização de capital de giro para compra antecipada da produção de farinha e feijão e posterior beneficiamento e comercialização, beneficiando 243 famílias;
- Construção de dois galpões para armazenamento e comercialização da produção agroextrativista, beneficiando aproximadamente 1.000 famílias da região;
- Abertura e manutenção de 19 km de ramais (estradas vicinais) e recuperação de dez pontes para viabilizar o escoamento da produção e acesso dos moradores da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.
- Apoio à comercialização dos produtos agroextrativistas, através da participação dos produtores nas feiras de produtores locais e nas feiras agropecuárias do estado;
- Assistência técnica para cerca de 700 famílias residentes nas Florestas Estaduais e no seu entorno.

Na primeira fase do Programa REM foram firmados 20 convênios, beneficiando diretamente 2.990 famílias de produtores rurais residentes em Projetos de Assentamento, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e propriedades privadas, no montante de R$ 8.467.536,25, correspondendo a 9,92% do volume total desembolsado no Programa REM.

c) Ações de apoio à meliponicultura

Diferente do caso da borracha, as ações do Programa REM na meliponicultura (criação de abelhas nativas) são um exemplo em que o investimento não foi direcionado a um programa já existente, mas sim ao incentivo a uma atividade produtiva de caráter inovador. Apesar de ser uma atividade produtiva associada à conservação de estoques florestais – a criação das abelhas nativas é favorecida pela proximidade da floresta –, foi alocada no Subprograma de Produção Familiar.

As famílias beneficiadas residem em projetos de assentamento e unidades de conservação, localizados em 12 municípios do estado. Os recursos foram executados pela Secretaria Estadual Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (150 mil reais), que realizou as seguintes ações:

- Elaboração de um diagnóstico para identificar os produtores e principais problemas na cadeia produtiva no estado;
- Acompanhamento e assistência técnica a 1.120 famílias ao longo de um ano; e
- Disponibilização de 9.000 embalagens para padronização do produto, ofertado no mercado;
- Realização da Primeira Feira do Mel e do Primeiro Encontro de Meliponicultores e Apicultores do Acre.

Foi identificado que a meliponicultura possui um bom potencial de mercado, mas também pode ser apoiada como estratégia de segurança alimentar em localizações mais remotas, de difícil acesso a mercados.

9.3.2. Subprograma da Pecuária Diversificada Sustentável

O foco do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável está nas atividades em áreas já consolidadas, visando associar a recuperação e restauração de áreas degradadas com uma maior rentabilidade para os produtores, a fim de evitar novos desmatamentos.

No âmbito do subprograma foram elencadas cinco cadeias produtivas prioritárias no estado: bovinocultura de corte e de leite, piscicultura, avicultura, suinocultura e ovinocultura. O Programa REM repassou, por meio do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável, um valor total de R$ 10.675.600,00, correspondendo a 16% do recurso total desembolsado. O investimento beneficiou 4.502 famílias inseridas nas cadeias produtivas da bovinocultura e da piscicultura, com mecanização para preparo de área, construção de tanques para criação de peixes, aquisição de insumos (alevinos e ração), assistência técnica, entre outros (cf. Figura 24).a) Ações de apoio a boas práticas na bovinocultura

O apoio a um subprograma específico para a pecuária sustentável estava previsto desde o início do Programa REM. A expectativa inicial era de incentivar mudanças no setor produtivo historicamente identificado como um dos principais vetores de avanço do desmatamento na Amazônia como um todo e também no Acre.

Segundo dados do Censo Agropecuário, em 2016 o Acre detinha um rebanho bovino de 2.133.001 animais, sendo a bovinocultura a atividade econômica mais importante no setor agropecuário do estado. No entanto, o setor apresenta baixa produtividade e rentabilidade e tem gerado um grande passivo ambiental, resultando em altas emissões de carbono e um número grande pastagens abandonadas.

Potenciais atividades a serem contempladas seriam principalmente a intensificação da bovinocultura de corte e a melhoria da base de produção de leite, com medidas como programas de extensão para o manejo de pastos, a mecanização de pastos degradados, a introdução de máquinas de ordenha e o fomento à implantação de queijarias artesanais e industriais, entre outras ações. Visava-se assim que o setor buscasse o aumento de sua sustentabilidade e a redução do desmatamento associado às suas atividades. Ao início da implementação foram realizadas algumas ações nesta linha, custeando principalmente a mecanização de uma área de 8.650 hectares para a implantação de sistemas agrossilvipastoris (execução pela Secretaria Estadual Extensão Agroflorestal e Produção Familiar no valor de 3,2 milhões de reais), beneficiando 3.796 famílias de pequenos e médios produtores.

Outra frente de atuação no tema foi o apoio à realização de 16 reuniões em todo o estado, com participação de 156 produtores rurais, para a difusão da pecuária diversificada e do sistema agrossilvipastoril, pela Federação dos Trabalhadores do Estado do Acre. O sistema agrossilvipastoril é recomendado no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (também conhecido como Plano ABC) como uma alternativa para enfrentar a degradação das áreas de pasto. Em uma mesma área, são consorciados o plantio de lavouras, a criação de animais (pecuária) e a preservação da floresta, aumentando, assim, a quantidade de alimentos produzidos com práticas que não agridem a natureza.

b) Ações de apoio à piscicultura

A partir de 2014, o estado promoveu uma reorientação do Subprograma, que passou a ser denominado de Subprograma de Pecuária Diversificada Sustentável. A perspectiva era de diversificar as espécies dos animais criados, contemplando, além da bovinocultura, ovinos, aves, peixes, com o objetivo de criar fontes alternativas de proteína e de geração de renda para as populações rurais.

Efetivamente, a implementação do subprograma passou a ter um foco maior na piscicultura, que se tornou uma iniciativa econômica estratégica do governo estadual. Assim foram atraídos grandes investimentos na cadeia como um todo, mas especificamente para a implantação de infraestrutura, a aquisição de insumos, a disponibilização de assistência técnica e de recursos a serem utilizados como capital de giro.

Avaliou-se que a piscicultura encontrava condições ambientais e sociais favoráveis no estado, tais como abundantes recursos hídricos, espécies valorizadas pela população e inseridas na cultura alimentar, além de oportunidades para a realização de parcerias público-privada-comunitárias inovadoras. Assim, o Governo do Acre apoiou a instalação da empresa Peixes da Amazônia, como iniciativa de integrar produtores, governo e indústria numa alternativa econômica.

As contribuições do Programa REM foram executadas tanto por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS) como por cooperativas e associações e estão distribuídas por todos os subprogramas, com exceção do Subprograma Indígena.

As principais ações executadas foram:

- A construção de tanques para viabilizar a criação de peixes, seja para o consumo próprio, seja para a comercialização. Uma estimativa a partir dos relatórios de convênios aponta que, nos três subprogramas, foram investidos ao menos 7,9 milhões de reais para a instalação de aproximadamente 282 tanques, abrangendo uma lâmina d'água de 460 hectares. Foram beneficiadas 282 famílias, residentes em projetos de assentamento, reservas extrativistas, florestas estaduais e propriedades privadas;
- A aquisição de equipamentos e insumos para os produtores, como alevinos e ração, no valor total de cerca de 2 milhões de reais;
- · Disponibilização de assistência técnica para cerca de 100 produtores de peixes, no valor total de cerca de 2,3 milhões de reais.
- Apoio à comercialização da produção por meio da participação de feiras e eventos de produtores (500 mil reais);
- Disponibilização de recursos no valor de 150 mil reais para a compra da produção por meio da cooperativa Coopeixe Bujari, com o objetivo de formação de capital de giro para a cooperativa.

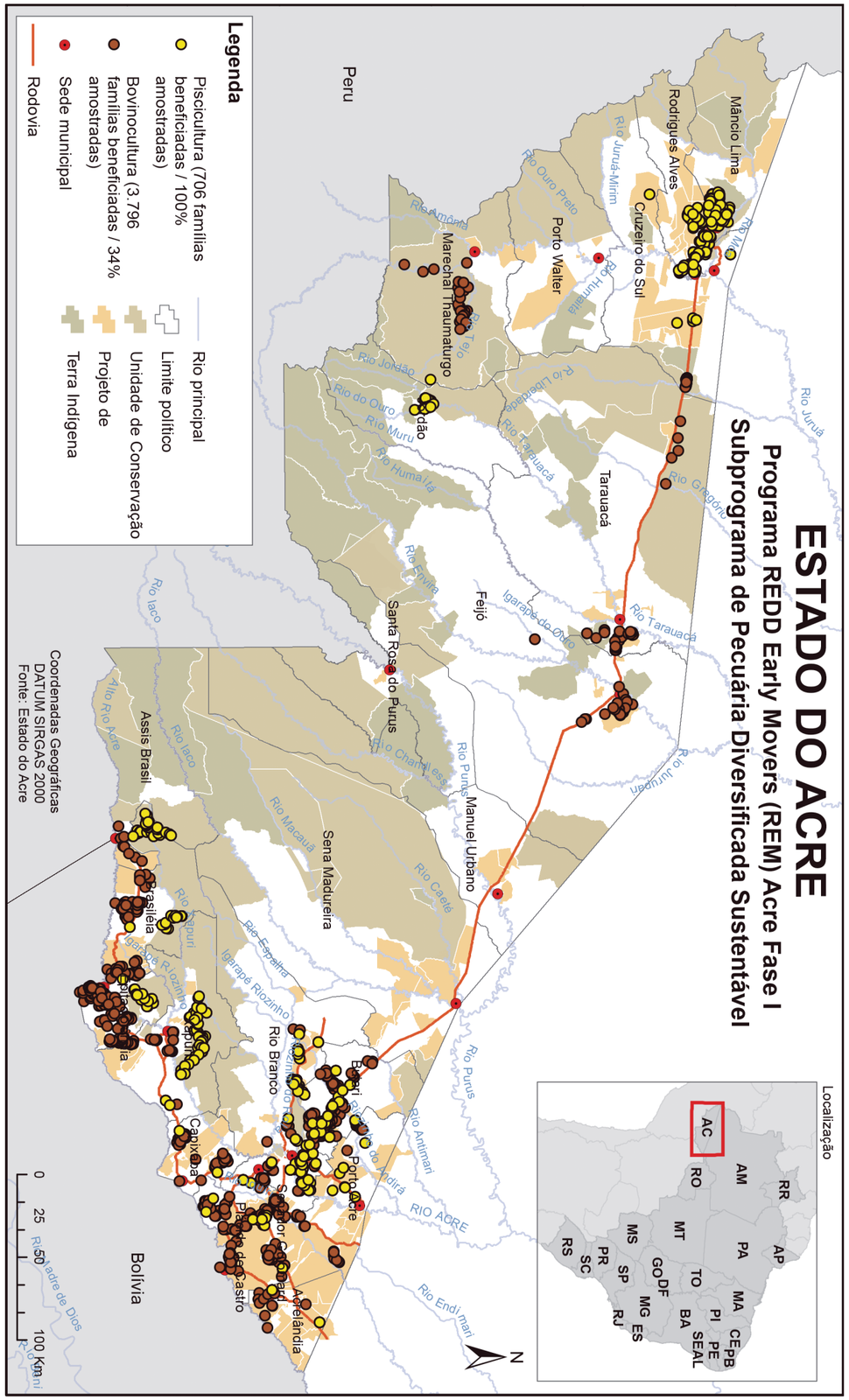


Figura 23: Espacialização das ações do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

Aprendizados sobre apoios no âmbito dos subprogramas

Sucessos

- O Programa REM possibilitou investimentos em um leque diversificado de atividades produtivas sustentáveis, abrangendo tanto produtos extrativistas, como os característicos da agricultura familiar.
- A combinação da execução por meio dos órgãos governamentais e das cooperativas e organizações locais possibilitou o alcance de um grande número de beneficiários, muitos dos quais em localidades remotas e muitas vezes não alcançadas por outras iniciativas.
- A execução pelas organizações locais contribuiu para fortalecer as suas capacidades de gestão de projetos.
- Vários investimentos se inserem em linhas continuadas de fortalecimento, apoiadas pelo governo estadual e por um conjunto de programas e projetos, contribuindo assim para a consolidação de cadeias de valor prioritárias no estado.
- Ao mesmo tempo, houve iniciativas de testar a viabilidade de novas opções produtivas compatíveis com a proteção da floresta, tais como a meliponicultura.

Fragilidades e Desafios

- O Programa REM apoiou as cadeias consideradas estratégicas em nível estadual, que receberam aportes de vários programas e projetos. No entanto, não foram dedicados esforços para gerar uma visão do efeito agregado destes apoios e das complementaridades e sinergias das contribuições do Programa REM com as demais iniciativas.
- Muitos investimentos se concentraram nos elos iniciais das respectivas cadeias de valor, de modo que contribuições efetivas em termos de geração de renda só poderão ser verificadas em prazos mais ampliados e através de análises mais profundas.
- Os investimentos foram realizados para beneficiar cadeias em diferentes estágios de consolidação, mas não havia uma orientação conceitual que permitisse detalhar expectativas e resultados de ações que incidiam em elos ou formatos de apoio diferenciados. Assim, os apoios se referem a um grande número de ações de caráter distinto, que abrangem desde a implantação de infraestrutura, a aquisição de insumos e equipamentos para a produção e o beneficiamento, prestação de serviços de assistência técnica, compra de produção com vista à formação de capital de giro para as organizações, disponibilização de transporte para a comercialização de produtos, investimento no desenvolvimento de produtos, entre outros mais.
- De forma geral, as iniciativas centradas em apoiar insumos e fomento pelos órgãos governamentais não realizaram um acompanhamento mais efetivo dos tipos de públicos beneficiados e dos territórios abrangidos. São reportadas fragilidades no acompanhamento e na assistência técnica aos beneficiados.
- Várias atividades foram apoiadas em mais de um subprograma, de modo que uma verificação agregada de resultados por subprograma é praticamente impossível. Da mesma forma, não é possível aferir outras formas de agregação, por exemplo, por território ou por cadeias de valor. Várias atividades não foram direcionadas de acordo com os recortes territoriais inicialmente previstos (por exemplo, em projetos de assentamento).
- Repasses de recursos para formação de capital de giro nas organizações locais não se mostraram efetivos, devido à falta de acompanhamento técnico e capacitação para que os beneficiários operassem capital de giro.
- Chama atenção que, mesmo para linhas de atuação que receberam aportes substantivos do Programa REM, há poucas informações consolidadas disponíveis sobre os resultados e impactos. No caso da piscicultura, os consideráveis investimentos na instalação de tanques não foram seguidos de acompanhamento e assessoria técnica em sua totalidade, considerando que se trata de uma atividade que demanda aptidão e capacidade técnica para gerar resultados exitosos. Não foram levantadas informações sobre o real potencial da piscicultura como alternativa à pecuária bovina e os seus impactos sobre o desmatamento.

Aprendizados e recomendações

- Recomenda-se a gestão dos investimentos à base de análises mais abrangentes das cadeias de valor, que considerem a integração dos aportes do Programa REM com as contribuições de outros programas e projetos. Assim, possibilita-se a proposição e o acompanhamento de resultados mais específicos, criando bases mais sólidas para o estabelecimento de conexões entre os incentivos e os seus efeitos em termos de redução do desmatamento e emissões.
- A proposta de estabelecer mecanismos de gestão em nível de subprograma, já discutida na preparação da segunda fase do Programa REM, pode ser uma opção para a gestão mais estratégica do portfólio de investimentos. A proposta facilita a aferição de efeitos agregados e o aproveitamento de sinergias e complementaridades entre os apoios.
- Um aprendizado é que programas como o REM, com uma estrutura aberta, requerem o estabelecimento de processos estratégicos ao início da implementação, o que está sendo recomendado para a segunda fase do Programa REM no Acre e outras iniciativas, como o Programa REM no Mato Grosso.

10. O futuro do Programa REM

A primeira fase do Programa REM, com recursos disponibilizados pelos ministérios BMZ e BMU, foi encerrada em 2018. Ao longo do ano de 2017 foi negociada e definida uma segunda fase de execução do Programa. Foram assinados dois novos contratos com o KfW, um relativo a recursos disponibilizados pelo Governo da Alemanha e outro relativo a recursos disponibilizados pelo Governo do Reino Unido, com execução prevista de 2018 a 2022. O valor total das contribuições é de até 10 milhões de euros do BMZ e 17,8 milhões de libras do Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS, na sigla em inglês), referentes a uma estimativa de 7,2 milhões tCO2e de emissões reduzidas entre 2015 e 2019. Paralelamente, a segunda fase conta com aportes da Cooperação Técnica Alemã (GIZ), que também assessora a implementação do Programa REM no Mato Grosso.

No âmbito da negociação da segunda fase foi proposto que a estrutura básica de operação do Programa REM deve ser mantida, incluindo a implementação com base nas estruturas do SISA, os subprogramas, as instâncias de governança e os mecanismos de execução. No entanto, foram propostos alguns ajustes baseados nas experiências e lições aprendidas da primeira fase, entre as quais se destacam:

- A segunda fase está sendo implementada em amplo alinhamento com a Estratégia Nacional de REDD+, que se encontra em operação desde 2016. Isto vale para cumprimento dos limites de captação acordados entre a União e os estados, todo o sistema de registro e relatoria nacional de emissões florestais previsto no âmbito da UNFCCC e demais aspectos, tais como a relatoria de salvaguardas.
- A gestão administrativo-financeira do Programa REM foi alocada na Secretaria de Estado de Planejamento, onde já são coordenados os demais programas e projetos de cooperação internacional no estado, agregando um maior potencial de coordenação e sinergias entre os programas. Espera-se que expertise da Secretaria em gerenciamento de programas e projetos contribua para agilizar processos de aquisição e aprimorar o monitoramento das atividades e seus respectivos resultados. A Secretaria elaborou um Manual Operacional para a orientação da execução e padronização dos procedimentos.
- No âmbito da nova estrutura de gestão deverão ser ajustadas e melhoradas as sistemáticas de monitoramento e as abordagens de gestão de conhecimento e comunicação do Programa REM.
- A Ouvidoria do SISA, que enfrentou gargalos na primeira fase, deve ser redesenhada para cumprir com as funcionalidades a ela atribuídas.

11. Conclusões: os diferenciais do Programa REM no Acre

A implementação da proposta de pagamento por resultados do Programa REM no Acre representou uma iniciativa pioneira no âmbito das experiências de REDD+, mas também em relação aos formatos operacionais da cooperação internacional. Seu desenho inicial foi baseado em um conjunto de premissas e hipóteses que foram testadas ao longo da execução e revisitadas nos exercícios de sistematização, levando às seguintes considerações:

- A expectativa em relação a um programa baseado em uma lógica de pagamentos por resultados ex-post era de uma maior autonomia e flexibilidade para os executores. Desde que respeitadas as regras previamente acordadas, haveria menos condicionamentos e controles e procedimentos mais simples do que em projetos tradicionais. Vários executores do Programa REM de fato constataram a maior flexibilidade no planejamento e na reação a dinâmicas não esperadas no Programa REM. Um exemplo é que, diferente de outros programas, mesmo elaborando planos de trabalho, não havia necessidade de definir e detalhar todas as atividades antes do início da implementação.
- A maior flexibilidade no uso dos recursos também permitiria uma implementação mais rápida e com maior efeito catalizador, por exemplo, por meio da execução de ações co-financiadas com recursos governamentais e de outros financiadores. A velocidade de execução do Programa REM realmente foi comparativamente alta. Desconsiderando atrasos iniciais e devidos a períodos de transição administrativa, as parcelas transferidas foram integralmente executadas em menos de quatro anos. É possível que tenha havido efeitos catalizadores propiciados pelas várias oportunidades de co-financiamento, uma vez que a composição e a complementaridade da atuação entre programas e projetos são sempre observadas nas rotinas operacionais no Acre. No entanto, noções mais concretas e precisas sobre estes efeitos demandariam um acompanhamento específico que não foi realizado ao longo da primeira fase do Programa REM.
- Uma premissa era que os desembolsos do Programa REM em grandes parcelas e a canalização de recursos para o apoio a políticas e programas existentes no estado promoveriam o fortalecimento dos sistemas e iniciativas já estabelecidos e permitiriam a realização de investimentos estratégicos em escala. De fato, a destinação dos apoios do Programa REM a programas ou sistemas já existentes foi parcial e mais concentrada no início da implementação, uma vez que posteriormente vários investimentos foram direcionados a iniciativas e experiências novas. Mesmo com o histórico de investimento no desenvolvimento de políticas públicas e programas do Acre, uma parte relevante das iniciativas existentes ainda não se configura como programa ou política pública consolidada, ainda que o Acre se mostre avançado quando comparado a outros casos. Muitos programas ainda se encontram em estágios iniciais, recebendo financiamentos intermitentes por meio de projetos. Assim, a dependência destes recursos é considerável e são comuns as descontinuidades na implementação em períodos de finalização ou transição de financiamentos (ocorridas inclusive no próprio Programa REM).
- A negociação da repartição de benefícios gerou a expectativa de que uma parte mais substantiva do apoio efetivamente beneficiasse os provedores diretos dos serviços ambientais. Vários atores destacaram que o Programa REM realmente mostrou esta capacidade de direcionar os recursos à ponta, especialmente por meio da execução direta pelas organizações locais. Comunidades mais carentes e remotas, raramente atendidas anteriormente, conseguiram acessar e executar os recursos do Programa REM. No entanto, há algum grau de dilema e desafio entre os objetivos concomitantes do Programa REM de fortalecer programas e sistemas públicos existentes e de fazer com que os recursos alcancem os beneficiários na ponta. Os mecanismos de execução e de controle de recursos públicos no Brasil envolvem procedimentos burocráticos que, via de regra, demandam capacidades de gestão que extrapolam as possibilidades de pequenas organizações locais. A busca de um ponto de equilíbrio entre a acessibilidade e a garantia do bom uso dos recursos representou um desafio para o Programa REM.
- Finalmente, havia a expectativa que os custos de transação relacionados à gestão de projetos, tais como planejamento, acompanhamento e monitoramento, seriam menores, quando comparados a projetos tradicionais. Este aspecto necessita ser analisado de forma diferenciada:

a) No nível do esforço geral de administração e gestão do Programa no Acre: Há indicativos que os mecanismos de execução do Programa REM foram comparativamente mais simples e expeditos do que de outros programas e projetos (por exemplo, na comparação com apoios de desenho semelhante, como algumas iniciativas contempladas pelo Fundo Amazônia), mas não houve análises específicas sobre o tema. Os custos de gestão do Programa REM, alocados entre os apoios à operacionalização e aprimoramento do SISA, não foram objeto de atenção ou controvérsia ao longo da execução. Algum esforço adicional também foi causado pela gestão paralela dos dois contratos que financiaram a primeira fase, com demandas específicas de relatoria e avaliação.

b) No entanto, os esforços relacionados ao acompanhamento intensivo dos executores locais foram um destaque do Programa REM, sendo que se espera que os mesmos se mantenham na segunda fase. A atuação mais incisiva em temas como monitoramento e comunicação foi sentida ao final da implementação e também demandará mais investimentos no futuro.

c) O esforço de acompanhamento por parte do KfW foi maior do que o esperado e em boa parte relacionada ao alto nível de demandas de informação e atenção internacional, que, por outro lado, também recaíam sobre as equipes e o Governo do Acre, demandando duplos esforços em alguns casos.

Destas considerações podem ser derivadas as seguintes conclusões gerais:

- De forma geral, o Programa REM no Acre pode ser considerado uma iniciativa bem-sucedida de implementação de uma abordagem pioneira de REDD+. A implementação forneceu uma prova de conceito para a abordagem jurisdicional subnacional.
- As estruturas de governança e gestão, a despeito de todos os desafios enfrentados, viabilizaram a operacionalização dentro dos prazos estipulados e geraram contribuições relevantes para a implementação das políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento no Acre, além de contribuir como insumos relevantes para as discussões nacionais e internacionais de REDD+.
- Os ganhos em termos de capilaridade e agilidade na implementação do Programa REM implicaram em um custo na qualidade da documentação e no monitoramento, destacando que ambos não haviam sido priorizados nos planejamentos iniciais.
- As fragilidades na documentação quantitativa de resultados levaram ao aprendizado de que mesmo (ou até especialmente) programas de desenho flexível e aberto necessitam ser embasados em processos de planejamento estratégico, com critérios de elegibilidade e prioridades claras e aplicação de requerimentos de documentação e monitoramento mínimos.
- Um planejamento estratégico mais explícito também favorece o enquadramento de ajustes nas macroestratégias em nível estadual e federal.
- Um aprendizado do Programa REM tanto no Acre quanto nos demais regiões de implementação é que Subprogramas Indígenas, devido às suas especificidades de construção participativa, tendem a apresentar planejamentos mais consistentes que aqueles subprogramas em que estas exigências não são promovidas com o mesmo rigor.
- Para o apoio a programas e políticas já existentes e com mecanismos de implementação em operação, é importante assegurar a aplicação de rotinas robustas de documentação de ações e resultados, especialmente quando estas iniciativas recebem recursos de diferentes fontes nacionais e internacionais.
- Estes elementos são relevantes para a prestação de contas aos financiadores e ao público em geral, mas também são de importância fundamental para avaliar o alcance e os impactos dos programas e suas estratégias.
- A implementação da primeira fase do programa REM presenciou dois ciclos administrativos do governo estadual, com mudanças significativas tanto nas prioridades políticas quanto nos seus rebatimentos no arcabouço institucional da administração pública. Ainda assim, foi mantida a continuidade da implementação.
- O funcionamento das instâncias de governança do SISA asseguraram a transparência e participação necessárias para garantir a legitimidade e promover a negociação da equidade da alocação dos recursos de REDD+.
- O Programa REM deve ser visto como peça importante de uma trajetória de transição de médio a longo prazo. Não é um programa isolado, mas um espaço de experimentação e aprendizado de uma nova abordagem de financiamento e de política pública de transição para uma economia de baixo carbono.

Após os cinco anos de implementação inicial, a segunda fase do Programa REM já está em curso no Acre, sendo que uma série de aprendizados aqui abordados foram incorporados no seu desenho.

Neste período, os desafios da redução de emissões oriundas do desmatamento e da degradação florestal não ficaram menores: Devido às questões políticas e econômicas presenciadas pelo Brasil, com os seus efeitos no Acre, a dinâmica do desmatamento também segue em transformação, incluindo a atuação de velhos e novos protagonistas. Com a maior dispersão e a ocorrência de polígonos menores de desmatamento, os custos do seu enfrentamento aumentaram significativamente. Portanto, os casos do Brasil e do Acre demonstram que manter a trajetória de redução do desmatamento requer atenção constante e continuidade na priorização política.

As mudanças políticas recentes em nível federal e estadual constituirão a prova de fogo para o REDD+ no Brasil e no Acre. Mas também poderão gerar oportunidades de experimentação de estratégias diferentes e de avanços nos conceitos e mecanismos de implementação.

Anexo I
Lista de especialistas nacionais e internacionais em REDD+ entrevistados

Instituição	Nome
Fundo Verde para o Clima – Green Climate Fund, GCF	Juan Chang
Iniciativa Internacional de Clima e Florestas da Noruega Norway's International Climate and Forest Initiative, NICFI	Livia Costa Kramer
Universidade Norueguesa de Ciências da Vida Norwegian University of Life Sciences, UMB	Arild Agelsen
Instituto Europeu de Floresta European Forest Institute, EFI	Valérie Merckx
Centro Internacional de Pesquisa Florestal Center for International Forestry Research, CIFOR	Amy Duchelle
Aliança pelo Clima e Uso da Terra Climate and Land Use Alliance, CLUA	Dan Zarin
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM	André Guimarães e Paulo Moutinho
Instituto Socioambiental, ISA	Adriana Ramos
Ministério do Meio Ambiente, MMA	Jair Schmitt
Agência de Cooperação Técnica Alemã Deutsche Gesellschaft für international Zusammenarbeit, GIZ	Ute Sonntag

Anexo II
Quadro de avanços do Acre em relação aos critérios de REDD+

Este quadro reflete os entendimentos acordados para dar início aos pagamentos do Programa REM em 2012.

Critérios para iniciar pagamentos do Programa REM	Estágio alcançado pelo Acre em 2012
Nível de referência de emissões es tabelecido. Em nível subnacional, o sistema estabelecido deve ser coerente com o marco nacional.	Nível de referência subnacional estabelecido conforme o Acre Carbon Standard (ACS) do SISA e com validação técnica do Comitê Científico do SISA.
Metas estabelecidas para enfrentar **o desmatamento e reduzir emissões**	O PPCD do Acre define metas de redução do desmatamento em alinhamento com o PPCDAM e o PNMC, estabelecendo uma redução de 80% da taxa de desmatamento verificada no período de 1996 a 2005 até 2020.
Os **propulsores/motores** do desmatamento estão identificados e foram desenvolvidas medidas para o seu enfrentamento	· Estudos e planos existentes · Monitoramento estadual · Programas do SISA desenvolvidos
Disponibilidade de dados básicos sobre a **situação fundiária**	Dados disponibilizados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico e estudos técnicos associados
Existência de **sistema de monitoramento, reporte e verificação (MRV) e registro de REDD**	· Adoção das metodologias de monitoramento de desmatamento e degradação florestal usadas em nível nacional · Existência de sistema de monitoramento adicional em nível estadual · Registro próprio de emissões existente
Existência de sistema para abordar **riscos de permanência**	Previsão de detalhamento no âmbito da implementação do Programa REM
Distribuição de benefícios quantificada: pelo menos 50% dos recursos devem chegar no nível local, inclusive a agricultores familiares, extrativistas e comunidades indígenas	Previsão da repartição de benefícios e investimentos para comunidades no âmbito do SISA: 70%
Participação de mulheres	Previsão de monitoramento por meio da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) em nível estadual e no âmbito da repartição de benefícios; posteriormente, criação do Grupo de Trabalho Mulher
Sistema de REDD transparente	Previsão de desenvolvimento no site do SISA, atuação da CEVA e da Ouvidoria do SISA
Mecanismo financeiro operacional	Fundo Estadual de Florestas (FEF)
Salvaguardas e processos de consulta e participação estabelecidos	· Salvaguardas: Monitoramento e diálogo em nível estadual, insumos ao debate e reporte em nível nacional. Consulta/ Participação: atuação da CEVA e do GT indígena e processos de consulta específicos · Atuação da Ouvidoria do SISA
Contribuição própria do país/estado, visando a gestão de riscos de incerteza, vazamento e não-permanência	Previsão de negociação com o Acre

Anexo III
Resultados de redução de emissões remunerados pelo Programa REM Acre na fase 1 (2012 a 2017)

Anos florestais (agosto-julho)	Limite de captação do Acre (Res. 6 CONAREDD+)	Resultados de RE remunerados do Programa REM Acre Fase I	Contribuição de RE / Gestão de riscos do Acre	Saldo de RE do Acre não usado - Limite de Captação Acre	Remuneração de resultados	Taxa de câmbio	Taxa de câmbio	Remuneração de resultados
	tCO2e	tCO2e	tCO2e	tCO2e	EUR	data	USD:EUR	USD
2005-2006	12.310.263,36			12.310.263,36				
2006-2007	11.562.972,53			11.562.972,53				
2007-2008	10.221.699,85			10.221.699,85				
2008-2009	17.229.361,55			17.229.361,55				
2009-2010	17.692.426,73		1.530.000,00	16.162.426,73				
Subtotal	**69.016.724,01**		**1.530.000,00**	**67.486.724,01**				
2010-2011	12.449.033,44			12.449.033,44				
2011-2012	13.425.506,24	500.000,00	500.000,00	12.425.506,24	1.900.000	21/01/2013	1,33	2.527.000
2012-2013	12.122.232,31	5.020.000,00	4.000.000,00	3.102.232,31	18.300.000	24/01/2014	1,37	25.071.000
2013-2014	12.687.357,32	732.000,00	732.000,00	11.223.357,32	3.300.000	11/11/2015	1,07	3.531.000
2014-2015	12.405.905,24	320.000,00	320.000,00	11.765.905,24	1.500.000	02/02/2017	1,08	1.620.000
Subtotal	**63.090.034,54**	**6.572.000,00**	**5.552.000,00**	**50.966.034,54**	**25.000.000**			**32.749.000**

A resolução 6 da CONAREDD+ estabeleceu para o Acre reduções de emissões de 2,32% das reduções de emissões do Bioma Amazônia para 2006 a 2010 e 2% de 2011-2015

Anexo IV – Lista de convênios/projetos apoiados pelo Programa REM

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2012_001	BMZ	Fortalecimento do SISA	IMC	Estado do Acre	N/A	Eficiência do SISA e Monitoramento do Programa Global REDD Early Movers	Convênio IMC/ Comissão Pró-Índio: realizou 01 curso de agente agroflorestal indígena; 03 intercâmbios de indígenas de fora do estado para conhecer o trabalho do AAEFIs; 02 oficinas com lideranças indígenas. Os eventos aconteceram no Centro de Formação Povos da Floresta e contaram com 113 indígenas.	137.296,80
							Convênio IMC/SOS Amazônia = 01 cartilha didática; 01 Oficina sobre gênero e mudanças climáticas para beneficiárias do REM; 06 Oficina de Capacitação sobre o SISA, Mudança Climática e o Programa REM (beneficiários do REM do Alto Acre, Baixo Acre, Tarauacá, Juruá e técnicos governamentais); Oficina para Construção do Subprograma Indígena; Oficina de Construção das Salvaguardas Socioambientais; 02 cursos para integrantes da CEVA. Esses eventos envolveram no total 296 participantes.	629.925,00
							Cooperação Técnica IMC/ Batalhão da Polícia Ambiental: Viabilizou diárias e combustível para a capacitação de seis brigadas de combate a incêndios florestais; e 20 missões de fiscalização da Operação Floresta Viva nos municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Xapuri.	250.000,00
							Cooperação Técnica IMC/EMBRAPA/UFAC = A Cooperação viabilizou diárias e combustível para as equipes da EMBRAPA e da UFAC elaborarem o 2° Inventário de Gases de Efeito Estufa; Mapeamento dos estoques de carbono nas florestas estaduais e do solo; Etno conhecimento entre os Kaxinauawas do Nova Olinda; Estudos pedológicos de alta resolução na região de influência da Transacreana; *Não houve repasse de recursos financeiros. Os recursos foram desembolsados (para diárias e combustível) pelo IMC.	250.000,00
							Entre as atividades diárias para operacionalização e funcionamento do SISA destacam-se: Visitas em campo para monitoramento dos convênios; Implementação da Força Tarefa de Combate ao Desmatamento; Apoio as três reuniões do Comitê Científico; Apoio ao funcionamento da CEVA e GT indígena; Monitoramento do cumprimento das salvaguardas socioambientais; Formação de Gestores e Técnicos para gestão de serviços ambientais; Elaboração de IN 001/2016 disciplinando a admissão de projetos especiais; realização de intercâmbios; participação na COP 21.	1.851.778,20
2013_001	BMZ	Fortalecimento do SISA	CDSA	Estado do Acre	N/A	Subvenção Econômica para a custeio e manutenção das atividades administrativas na execução dos programas e subprogramas do SISA	Manutenção das atividades da CDSA (contratação de mão-de-obra - técnica e administrativa, diárias, aquisição de insumos e equipamentos etc).	3.300.582,00
2013_001	BMZ	Produção Familiar	SEDENS	Bujari, Sena Madureira; Tarauacá; Cruzeiro do Sul	567	Apoio na operacionalização de parte do Programa de Certificação Voluntária de Unidades Produtivas Sustentáveis e implantação inicial de cadeias produtivas sustentáveis.	Elaboração do diagnóstico socioeconômico e ambiental das UCs Estaduais; Assistência técnica para as famílias das Florestas Estaduais e Projeto de Assentamento do entorno; Assessoramento das oito associações e cooperativas existentes nas Florestas Estaduais; Manutenção e operacionalização das UGAIs; e Acompanhamento da entrega de benefícios do Programa REM/ KfW.	919.647,73
2013_002	BMZ	Produção Familiar	COOPERMOGNO	Cruzeiro do Sul; Tarauacá	278	Assistência técnica para a operacionalização de parte do Programa de Certificação Voluntária de Unidades Produtivas Sustentáveis.	278 famílias cadastradas no Programa de Certificação da Propriedade, e acesso ao bônus de certificação; 04 Oficinas de Planejamento; e Avaliação de uso e cobertura do solo das 278 unidades produtivas.	222.000,00
2013_003	BMZ	Produção Familiar	COOPERCINTRA	Rodrigues Alves	61	Assistência técnica para a operacionalização de parte do Programa de Certificação Voluntária de Unidades Produtivas Sustentáveis.	61 famílias cadastradas no Programa da Certificação da Propriedade; 02 Oficinas realizadas nas comunidades para planejamento e organização da safra.	20.000,00
							O capital de giro possibilitou a aquisição de 75.033,28 k de murmuru para posterior beneficiamento e comercialização pela cooperativa.	130.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2013_004	BMZ	Produção Familiar	COOPERPEIXE	Cruzeiro do Sul; Rodrigues Alves; Tarauacá	255	Assistência técnica para a operacionalização de parte do Programa de Certificação Voluntária de Unidades Produtivas Sustentáveis.	254 famílias cadastradas no Programa da Certificação da Propriedade e acessando o bônus; 07 reuniões de mobilização das comunidades para viabilizar o acesso ao bônus da certificação.	1.000.000,00
2013_005	BMZ	Fortalecimento do SISA	COMISSÃO PRÓ--ÍNDIO	Estado do Acre	27	Recolher subsídios para a criação do Grupo de Trabalho Indígena e Subprograma Indígena- SISA	27 agentes agroflorestais capacitados; Relatório síntese das três oficinas sobre mudanças climáticas para construção do subprograma indígena; Produção didática do jornal indígena; 38 mapas georreferenciados de três terras indígenas (localizadas em Assis Brasil; Jordão; Mâncio Lima; Marechal Thaumaturgo; Porto Walter, Santa Rosa; Tarauacá)	120.000,00
2013_006	BMZ	Fortalecimento do SISA	CDSA	Estado do Acre	N/A	Elaboração e implementação dos programas e subprogramas do SISA.	Assessoramento jurídico especializado, com desenvolvimento de pareceres auditorias e elaboração de minutas de contratos jurídicos e de outros componentes; realização de serviço de registro e rastreabilidade de ativos ambientais. Elaboração dos subprogramas do SISA: Pecuária Diversificada Sustentável, Produção Familiar e Extrativismo e Indígena.	660.000,00
2013_007	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Estado do Acre	1197	Apoio a Produção Familiar Sustentável na Zona de Atendimento Prioritário.	Mecanização de 2.394 hectares para produção agrícola diversa (arroz, feijão, milho, mandioca, jerimum e outros), beneficiando 1.197 produtores familiares nos municípios de Acrelândia; Assis Brasil; Brasiléia; Cruzeiro do Sul; Epitaciolândia; Feijó; Mâncio Lima; Manuel Urbano; Plácido de Castro; Porto Acre; Rio Branco; Rodrigues Alves; Senador Guiomard; Tarauacá.	2.606.169,92
2013_008	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Estado do Acre	955	Pagamento do Subsídio Estadual a Cadeia Produtiva da Borracha - Lei Chico Mendes	Pagamento de subsídio da produção de borracha (cernambi virgem prensado - CVP nativo 224.552; CVP cultivo 223.047,97; folha defumada líquida - FDL 1.368; látex nativo 38.407,04; látex cultivo 230.435,92 kg) para beneficiários dos municípios de Acrelândia; Assis Brasil; Brasiléia; Epitaciolândia; Feijó; Mâncio Lima; Manoel Urbano; Plácido de Castro; Porto Acre; Rio Branco; Senador Guiomard; Tarauacá.	2.199.554,50
2013_009	BMZ	Produção Familiar	UNIMMAC	Cruzeiro do Sul; Mâncio Lima; Porto Acre; Rio Branco; Rodrigues Alves; Sena Madureira; Xapuri.	112	Fortalecimento da economia florestal, assistência técnica e monitoramento das ações de fomento à produção primária.	Contratação de ATER para: (a) organizar os pequenos moveleiros e viabilizar matéria-prima legal para o setor; viabilizar que pequenos moveleiros comercializassem a produção através dos editais de compras públicas governamentais; assistência técnica aos planos de manejo florestal sustentável comunitário dos Projeto de Assentamento Pedro Firmino e Paraná dos Mouras e Projeto de Assentamento Florestal Havaí; e também viabilizou apoio técnico e administrativo para a cinco Polos Moveleiros; 185 unidades georreferenciadas de famílias envolvidas no manejo florestal; 02 oficinas realizadas para organização dos produtores; 02 seminários para moveleiros realizados.	250.000,00
	BMU	Extrativismo						2.108.416,85
2013_010	BMZ	Fortalecimento do SISA	IMAC	Estado do Acre	N/A	Consolidar e ampliar as atividades de fiscalização, controle e monitoramento ambiental das cadeias produtivas sustentáveis.	Atividades de vistorias de monitoramento do setor moveleiro; fiscalização de empreendimentos licenciados para piscicultura; fiscalização de planos de manejo comunitários; vistoria de monitoramento dos polos industriais; licenciamento de frigoríficos e matadouros; totalizando 94 unidades fiscalizadas.	100.000,00
2013_011	BMZ	Fortalecimento do SISA	ITERACRE	Bujari; Tarauacá	278	Regularização Fundiária e inclusão no Programa de Certificação Florestal.	Georreferenciamento das florestas do Rio Gregório, Mogno e Rio Liberdade para adequação dos decretos de criação. Identificação de 173 novas ocupações nas florestas estaduais. Ainda permanecem nas florestas 61 lotes sem ocupações conhecidas.	60.000,00
2014_001	BMZ	Indígena	AMAAIAC	Estado do Acre	149	Implementação do componente do subprograma indígena, visando o fortalecimento de sistemas agroflorestais e viveiros localizados nas TI com a participação direta dos agentes agroflorestais indígenas.	Pagamento de bolsas de agentes agroflorestais para 149 AAFIs trabalhando em 131 aldeias de 28 terras indígenas (82,3% do total), numa extensão de 1.822.131 hectares (74,8% da extensão total). Nessas terras, vivem 15 povos indígenas e uma população agregada de 22.377 indígenas. Entre as atividades de implementação do PGTIs destacam-se a assistência técnica para os sistemas agroflorestais - SAFs e o monitoramento ambiental.	4.258.940,00
2014_002	BMU	Pecuária Sustentável	SEAPROF	Estado do Acre	3796	Apoio a produção familiar no Estado do Acre e a médios produtores inseridos em sistema agrossilvipastoris das regiões do Alto e Baixo Acre.	8.650 hectares de áreas mecanizadas para viabilizar sistemas agrossilvipastoris (integração floresta, pecuária bovina e plantio de milho) para pequenos produtores rurais, nos municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Feijó, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard, Tarauacá e Xapuri.	3.200.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2014_003	BMZ	Fortalecimento do SISA	IMAC	Estado do Acre	N/A	Desenvolvimento de Metodologia de Monitoramento Ambiental das Unidades de Produção Familiar Sustentável capaz de quantificar e verificar a contribuição das atividades apoiadas pelo SISA, pare redução de desmatamento.	45 Vistorias realizadas, resultando em 21 multas aplicadas e 10 embargos em áreas desmatadas; 22 multas aplicadas e 10 embargos em áreas de desmate e queima; 243 caminhões vistoriados; 710 m^3 de madeira apreendidos; 06 PMFS analisados e licenciados, com liberação de 127,550 metros cúbicos de madeira; Desenvolvimento de uma metodologia de verificação do impacto das ações do SISA no desmatamento e uso do fogo em áreas prioritárias do SISA.	600.000,00
2014_004	BMZ	Produção Familiar	SEDENS	Bujari; Sena Madureira; Tarauacá	567	Assistência produtiva agroflorestal e social junto às famílias residentes no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório e na Floresta Estadual do Antimary e entorno.	Elaboração dos planos de manejo florestal sustentável - PMFS da Floresta Estadual do Antimary - FEA, Mogno e Tauari. Assistência técnica durante a safra da castanha na FEA, resultando na coleta e comercialização de 250 toneladas de castanha. Recuperação de 75 km de ramais na FEA. Assistência técnica na implementação do Programa Nacional da Habitação Rural - PNHR, viabilizando a construção de 199 casas para moradores das florestas estaduais. Apoio logístico no transporte da produção e de moradores para as reuniões e oficinas realizadas nas sedes das UCs. Aquisição de insumos e equipamentos para a realização das atividades de capacitação, monitoramento e organização comunitária das UCs. Assistência técnica para cerca de 567 famílias das Florestas Estaduais.	1.913.765,44
							Contratação de pessoal de apoio para manutenção das atividades das três Unidades de Gestão Ambiental Integrada - UGAIs; Apoio logístico durante todo o ano de 2014, viabilizando as atividades de capacitação, Programa de Habitação Rural, Bônus de Certificação, a implementação dos Planos de Gestão das UCs e das ações dos Programas REM e PDSA/BID. Aquisição de materiais de escritório, combustível e alimentação.	950.000,00
2014_005	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO PUYANAWA	Mâncio Lima	757	Apoio para Reforma da Arena Puyanawa para permitir a realização de eventos de intercâmbio de experiências entre comunidades indígenas sobre Serviços Ambientais.	Reforma da Arena Puyanawa - De Mãnã Ywbabu na Terra Indígena localizada no município de Mâncio Lima, através da adequação e ampliação dos espaços para a realização de intercâmbios culturais entre os povos indígenas.	100.000,00
2014_008	BMU	Extrativismo	COOPERACRE	Xapuri; Rio Branco; Bujari; Capixaba	274	Apoio Logístico à Cadeia Produtiva do Látex para abastecimento da Fábrica de Preservativos NATEX	Recuperação e manutenção de 338 km de ramais e recuperação de 16 pontes para viabilizar o escoamento da produção extrativista, na Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri e Projetos de Assentamentos do entorno.	300.000,00
2014_009	BMZ	Produção Familiar	COOPERBISCOITO	Cruzeiro do Sul; Mâncio Lima	115	Apoio para Agregação de Valor à Cadeia Produtiva da Mandioca na Produção de Biscoitos de Goma na Região do Juruá, por meio de pagamento per capita.	O capital de giro para a cooperativa de mulheres possibilitou a compra de insumos para produção de biscoitos de goma de mandioca e posterior comercialização pela cooperativa.	100.000,00
2014_010	BMZ	Produção Familiar	COOPERPEIXE	Estado do Acre	391	Apoio a Piscicultura para pequenos produtores na Região do Juruá	Aquisição de 400.000 alevinos e distribuição aos 391 pequenos produtores familiares dos municípios de Cruzeiro do Sul, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Santa Rosa do Purus e Tarauacá.	200.000,00
2014_011	BMZ	Produção Familiar	AMOPREAB	Assis Brasil	68	Apoio a Cadeia Produtiva da Borracha, Valorização dos Serviços Ambientais na área da RESEX de Assis Brasil.	Recuperação e manutenção de 93 estradas de seringa (varadouros na floresta com cerca de 1,5 metro de largura); Abertura de 66 novas estradas de seringa; Reforma de 15 unidades de produção de folha defumada líquida; Oficina com produtores para planejamento da produção agroflorestal; Assistência técnica.	100.000,00
	BMU	Extrativismo					O capital de giro possibilitou a compra imediata de 2.401 kg de CVP e 4.105 kg de FDL para posterior comercialização pela associação.	119.000,00
2014_012	BMU	Extrativismo	AMOPREX	Xapuri	55	Apoio a Piscicultura para Moradores da Resex Chico Mendes de Xapuri.	Construção de 55 tanques (1925 hectares de lâminas d'água) para criação de peixe beneficiando 55 famílias da Reserva Chico Mendes em Xapuri.	660.000,00
2014_013	BMU	Extrativismo	AMOPREAB	Assis Brasil	30	Apoio a Piscicultura para Moradores da Resex Chico Mendes de Assis Brasil.	Construção de 30 tanques (1.050 hectares de lâminas d'água) para criação de peixe beneficiando 30 famílias da Reserva Chico Mendes em Assis Brasil.	360.000,00
2014_014	BMU	Extrativismo	COOPGRAOS	Brasiléia	40	Apoio a Piscicultura para Moradores da Resex Chico Mendes de Brasiléia e Epitaciolândia	Construção de 40 tanques (1.400 hectares de lâminas d'água) para criação de peixes beneficiando 40 famílias na Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasiléia.	480.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2014_015	BMU	Extrativismo	PREFEITURA DO JORDÃO	Jordão	20	Implementação de ações elegíveis, visando o desenvolvimento da Cadeia Produtiva Prioritária da Piscicultura, na Reserva Extrativista do Alto Tarauacá	Construção de 20 tanques (700 hectares de lâminas d'água) para criação de peixe, beneficiando moradores da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá e das Aldeias Kaxinawa, Altamira, São Joaquim no Baixo Rio Jordão.	310.000,00
2014_016	BMU	Extrativismo	FUNTAC	Bujari; Capixaba; Plácido de Castro; Senador Guiomard; Xapuri	567	Operacionalização e custeio para a compra de LATEX dos produtores extrativistas para o abastecimento da Fábrica de Preservativos NATEX	Aquisição de 311.858,71 kg de borracha (nativo 48.271,45 e cultivo 263.587,27), viabilizando a produção de 93.750 milhões de preservativos.	2.487.000,00
2014_017	BMZ	Fortalecimento do SISA	CDSA	Estado do Acre	N/A	Elaboração e a implementação dos programas e subprogramas do SISA.	Elaboração a estratégia de comercialização dos créditos de carbono; Assinatura do memorando de entendimento com a BVRio e FGV, com o propósito de cooperação na estruturação de uma Plataforma de Comercialização de Créditos de Carbono; Pagamento da Markit; Articulação e realização de reuniões com investidores; Assinatura do MoU entre os estados Membros do GCF e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).	1.529.960,00
2014_018	BMU	Extrativismo	PREFEITURA DO JORDÃO	Jordão	85	Conservação dos ativos florestais na Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, através da implantação de roçados sustentáveis.	Aquisição e distribuição de kits roçados (enxada, terçado, boca de lobo, plantadeira manual, machado, pá de bico e esmeril) e kits casa de farinha (motor estacionário, bola de catitu, correia a-51, chapa de forno, peneira, polia a 100, caixa d´água) para indígenas residentes no município do Jordão.	277.666,00
2014_019	BMZ	Indígena	PREFEITURA DO JORDÃO	Jordão	433	Aquisição de Barcos motorizados para o aprimoramento da gestão ambiental das Terras Indígenas pertencentes ao Município de Jordão.	Aquisição de 24 barcos motorizados para viabilizar o monitoramento da Terra Indígena Kaxinawa do Seringal Independência.	220.000,00
2014_020	BMZ	Produção Familiar	COOPERMOGNO	Tarauacá	61	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Prioritárias da Piscicultura.	Construção de 61 tanques (3.000 hectares de lâminas d'água), beneficiando 61 famílias na Floresta Estadual do Mogno.	740.000,00
2014_021	BMZ	Produção Familiar	ASSOCIAÇÃO FORTALEZA ACREANA	Tarauacá	158	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Prioritárias e a Produção Agroextrativista Familiar Sustentável.	Aquisição de 125 kits casas de farinha (motor estacionário a gasolina - 5,5 HP, bola de catitu, correia, polia A 100, chapa para forno, peneira e caixa de água); 37 kits roçados (enxada, terçado, boca de lobo, plantadeira manual, machado, pá de bico, esmeril); 06 engenhos de cana.	287.000,00
2014_022	BMZ	Produção Familiar	ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE	Tarauacá	559	Desenvolvimento e fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias (Construção Centro de Comercialização de Produtos da Floresta.	Construção do Centro de Armazenamento e Comercialização do Rio Gregório na comunidade São Vicente na Floresta Estadual do Rio Gregório, beneficiando um número estimado de 559 famílias.	500.000,00
2014_023	BMZ	Produção Familiar	COOPEIXE	Bujari; Rio Branco	23	Fomento a Comercialização da produção sustentável (Piscicultura).	O capital de giro possibilitou a aquisição de 17.045 kg. de pescado (tambaqui) para posterior processamento e comercialização.	150.000,00
2014_024	BMZ	Fortalecimento do SISA	FUNTAC/UCEGEO	Estado do Acre	N/A	Operacionalização e funcionamento da UCEGEO para o apoio as ações de monitoramento do desmatamento	Avaliação dos processos de degradação e/ou regeneração da cobertura florestal no Estado do Acre, visando subsidiar políticas públicas.	77.403,30
2014_025	BMZ	Indígena	COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO	Estado do Acre	30	Formação dos agentes agroflorestais, para consolidação da produção sustentável nas terras indígenas.	Realização do XX Curso de Formação de Agentes Agroflorestais; 1.000 cópias do livro Diversidade Agroflorestal em 04 Terras Indígenas.	220.000,00
2014_026	BMU	Pecuária Sustentável	CFTT/ FETACRE	Estado do Acre	152	Difusão e organização dos produtores rurais para implantação de pecuária sustentável.	Realização de 16 reuniões para difusão da Pecuária Diversificada e dos Sistemas Agrossilvipastoris nos municípios de Acrelândia, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Rodrigues Alves, Sena Madureira, Senador Guiomard e Xapuri.	250.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2014_027	BMU	Extrativismo	SEPN	Estado do Acre	414	Incentivo à Produção Sustentável do Café para pequenos produtores rurais e extrativistas visando a redução do desmatamento e do uso do fogo.	Distribuição de 684.133 mudas de café e insumos para correção do solo; Georreferenciamento de 414 produtores de Café nos municípios de Acrelândia; Brasiléia; Capixaba; Manuel Urbano; Plácido de Castro; Sena Madureira.	447.500,00
2014_028	BMU	Extrativismo	SEAPROF	Estado do Acre	338	Incentivo à Produção Sustentável do Café e do Açaí para pequenos produtores rurais e extrativistas	Mecanização de 267 hectares para plantio de mudas de café; Aquisição de 800.000 mudas de café, resultando em 347 hectares de área plantada, beneficiando 338 famílias nos municípios de Acrelândia, Brasiléia, Capixaba, Manuel Urbano, Plácido de Castro e Sena Madureira.	1.187.400,00
2014_029	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Feijó	231	Incentivo à Produção Sustentável do Café e do Açaí para pequenos produtores rurais e extrativistas	Mecanização de 300 hectares para plantio de mudas de açaí; Produção de 240.000 mudas de açaí, resultando em 300 hectares de área plantada, beneficiando 231 famílias no município de Feijó.	944.944,10
2014_029	BMU	Extrativismo	ASAREAL	Cruzeiro do Sul	317	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Prioritárias (Produção Sustentável).	Aquisição e distribuição de 131 kits roçados (enxada, terçado, boca de lobo, plantadeira manual, machado, pá de bico, esmeril); Aquisição e distribuição de 237 kits casas de farinha (motor estacionário a gasolina - 5,5 HP, bola de catitu, correia a-51, chapa para forno medindo 2x1, polia a 100, peneira, caixa de água); Aquisição e distribuição de sete engenhos de cana de açúcar.	327.300,33
2014_030	BMZ	Produção Familiar	ASSOCIAÇÕES DO ANTIMARY	Bujari; Sena Madureira	53	Fomentar a comercialização da produção de madeira certificada da FEA	O capital de giro possibilitou a aquisição antecipada da safra do Plano de Manejo Florestal Sustentável da Floresta Estadual do Antimary, correspondente a 11.389 m^3 de madeira em pé.	529.200,00
2014_032	BMU	Extrativismo	COOPERFLORESTA	Xapuri	49	Fomento a Comercialização, por meio do mecanismo de pagamento per capita da produção sustentável.	O capital de giro viabilizou o pagamento antecipado da safra de 9.333 m^3 de madeira em pé. A matéria-prima manejada foi posteriormente beneficiada e vendida pela cooperativa.	230.000,00
2014_034	BMU	Extrativismo	ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Cruzeiro do Sul; Tarauacá	441	Desenvolvimento e fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias na Reserva Extrativista do Rioginho Liberdade	Construção do Centro de Armazenamento e Comercialização do Rio Liberdade beneficiando os moradores da Resex Rioginho da Liberdade e da Floresta Estadual do Rio Liberdade.	600.000,00
2014_035	BMZ	Produção Familiar	ACREPEIXE	Bujari; Rio Branco	104	Desenvolvimento e fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias (Assistência Técnica).	Aquisição de equipamentos de informática e insumos	7.597,80
					50		Realização do diagnóstico de produção em 80 unidades produtivas; elaborado 50 planos de produção para produtores familiares.	292.402,20
2014_036	BMU	Extrativismo	ASAJURUA	Marechal Thaumaturgo	219	Desenvolvimento e fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias, na Resex do Alto Juruá	Aquisição de 69 kits casa de farinha (motor, correia, bola de catitu, peneira, chapa e polia); 08 debulhadores de milho; 07 máquinas de beneficiar açaí; 11 engenhos de cana de açúcar; 163 kits roçados (terçado, enxada, esmeril e machado); 05 trilhadoras de feijão; 04 barcos de alumínio.	202.000,00
2014_037	BMU	Extrativismo	ASATEJO	Marechal Thaumaturgo	385	Implantação de ações elegíveis visando o desenvolvimento e fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias (Produção Sustentável), na RESEX do Alto Juruá	Aquisição de 14 barcos motorizados; 03 engenhos de cana de açúcar; 02 roçadeiras; 150 kits roçados (esmeril, terçados, enxadas, machados); 55 plantadeiras de grãos; 28 kits casa de farinha (motor estacionário a gasolina; correia; chapa para forno; polias 100; peneiras; caixas de água).	186.000,00
2014_038	BMU	Extrativismo	ASAREJ	Marechal Thaumaturgo	144	Implantação de ações elegíveis visando o desenvolvimento e fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias (Produção Sustentável), na RESEX do Alto Juruá	Aquisição de 04 barcos motorizados; 10 engenhos de cana de açúcar; 04 roçadeiras; 03 trilhadeiras de feijão; 63 plantadeiras de grãos; 100 terçados; 20 enxadas; 09 máquinas de beneficiamento de açaí; 07 peladeiras de arroz; 47 motores estacionários a gasolina; 47 correias; 47 chapas para forno; 47 polias; 47 peneiras; e 47 caixas de água.	228.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2014_039	BMZ	Indígena	APIWTXA	Marechal Thaumaturgo	757	Fortalecer e modernizar a Aldeia Apiwtxa, através da adequação, ampliação e instrumentalização e construção de uma casa de passagem.	Reforma do Centro Yorenka Ãtame e adequação, ampliação e instrumentalização do referido centro e construção de uma casa de passagem na Aldeia Apiwtxa para atender demandas associadas na Região do Alto Juruá.	171.000,00
2014_040	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO PUYANAWA	Mâncio Lima	757	Fortalecer a base de produção de mandioca na TI Puyanawa para reduzir desmatamento e ampliar a provisão de serviços ambientais	Mecanização de 30 hectares de área já convertida para cultivo de mandioca; Manutenção dos tratores da Associação; e Construção da linha de base do desmatamento na Terra Indígena dos Puyanawa.	160.000,00
2014_041	BMU	Extrativismo	ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Bujari; Crugeiro do Sul; Sena Madureira; Tarauacá	976	Implantação de ações elegíveis visando a realização do II Copão da Floresta.	Os eventos esportivos contaram com a participação de 77 jogadores da Floresta Estadual do Antimary, PAE Canary e Limoeiro e PDS Ivo Neves; 721 jogadores (sexo masculino) e 178 jogadoras (sexo feminino) do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório, da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, dos Projetos de Assentamento Tauari e Taquari e da Terra Indígena Katukina do Campinas.	300.000,00
2014_042	BMU	Extrativismo	ASAREAL	Crugeiro do Sul	41	Implantação de ações elegíveis visando o desenvolvimento das Cadeias Produtivas Prioritárias da Piscicultura da RESEX do Riozinho Liberdade. (tanques e ramal e ponte)	Manutenção de 9 km de ramal e recuperação de 10 pontes para viabilizar o escoamento da produção e acesso dos moradores das Comunidades Monteiro, São Raimundo, Garapa e Morro da Pedra na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.	163.400,00
					30		Construção de 30 tanques (1.500 hectares de lâminas d'água) para criação de peixe beneficiando 30 famílias da Reserva Riozinho da Liberdade (nas comunidades Vai - Vem e Mauricio Mappes).	375.000,00
2014_043	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA DO RIO HUMAITÁ (ASPIRH)	Feijó	510	Implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawa Rio Humaitá	Elaboração do plano de vigilância da Terra Indígena; 02 expedições pelo Rio Muru e Iboaçu; Abertura de estrada do Taraya e no Maronawa; Implantação de um ponto de monitoramento na boca de Taraya; Implantação de um ponto de apoio para os índios isolados.	47.740,00
							Aquisição de 5 mil mudas de espécies frutíferas (açaí de touceira, acerola, araçá boi, biribá, cacau, caju, graviola, ingá de metro, pupunha e cupuaçu); Construção de cinco viveiros de mudas; Implantação de cinco horas orgânicas; Aquisição de 500 frangos e construção de 05 galinheiros.	75.860,00
2014_045	BMU	Extrativismo	ASSOCIAÇÃO DO RIO ENVIRA	Feijó	127	Implantação de ações elegíveis visando o desenvolvimento e fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias (Produção Sustentável) no Rio ENVIRA	Aquisição dos seguintes equipamentos e insumos : 30 plantadeiras manuais; 27 máquinas de beneficiar açaí; 28 motores estacionários a gasolina 5,5 HP; 28 bolas de catitu; 28 correias; 28 chapa de forno; 28 polia A 100; 28 peneiras; 28 caixas de água; 28 roçadeiras; 02 Beneficiadoras de arroz, com motos a diesel; 02 Refrigeradores a ar, potência de 10 HP; 01 Barco de alumínio, 8m com motor 13 HP; 01 trator agrícola de pneus; 01 grade aradoura; 01 Gerador DB-2500, beneficiando 127 famílias de produtores familiares do PA Envira.	150.000,00
	BMZ	Produção Familiar						150.000,00
2014_046	BMU	Extrativismo	COOPERSONHO	Marechal Thaumaturgo	128	Fomento a Comercialização da Produção Sustentável de Feijão, por meio de mecanismo de pagamento per capita.	O capital de giro possibilitou aquisição imediata de 50.588 kg. de feijão - mudubim e peruano para posterior beneficiamento e comercialização pela cooperativa.	150.000,00
2014_048	BMZ	Produção Familiar	ASSOCIAÇÃO DO PAF HAVAÍ	Mâncio Lima; Rodrigues Alves	123	Fomento à produção florestal, por meio do mecanismo de pagamento per capita da produção sustentável	O capital de giro viabilizou o pagamento antecipado da safra referente a 19.915 m^3 de madeira em pé. O capital de giro beneficiou diretamente 123 famílias do PAF Havaí.	615.000,00
2014_051	BMU	Extrativismo	KUNTANAWA	Marechal Thaumaturgo	230	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, no Território do Povo Kuntanawa, na Resex Alto Juruá.	Reforma do Centro Cultural Arena Kuntamanã para realização dos intercâmbios, festivais e demais eventos esportivos e culturais do povo; Reforma de 02 kupixawas; Aquisição de barco para monitoramento da TI; Capacitação em SAFs; Aquisição de equipamentos e insumos para construção da casa de farinha.	170.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2014_053	BMZ	Produção Familiar	CAET	Feijó; Tarauacá	42	Fomento à cadeia produtiva da borracha nativa, por meio do mecanismo de pagamento per capita no município de Tarauacá.	O capital de giro viabilizou a compra imediata de 3.354kg. de CVP e 5.980 kg. de FDL para posterior processamento e comercialização pela cooperativa. O capital de giro beneficiou diretamente 42 famílias extrativistas do município de Tarauacá	80.000,00
2014_054	BMZ	Indígena	COOPYAWA	Tarauacá	942	Implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Rio Gregório	Aquisição de insumos (combustível, alimentação, materiais de construção) para a realização do Festival Yawa.	90.000,00
2014_055	BMZ	Produção Familiar	COOPERJURUA	Crugeiro do Sul	115	Fomento à cadeia produtiva da Farinha e Mandioca.	O capital de giro viabilizou a aquisição imediata de 17.000 kg. de farinha para posterior beneficiamento e comercialização.	300.000,00
2014_056	BMZ	Produção Familiar	COOPERBISCOITO	Crugeiro do Sul	30	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Biscoito de Goma de Crugeiro do Sul.	Aquisição de insumos para fabricação de biscoitos de goma beneficiando 30 mulheres do Vale do Juruá.	100.000,00
2014_057	BMZ	Produção Familiar	COOPERCINTRA	Crugeiro do Sul; Mâncio Lima; Rodrigues Alves	61	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Murmuru.	Aquisição de equipamentos e insumos (gasolina e fita plástica para embalagens).	11.700,00
							O capital de giro possibilitou a compra imediata de 82.345 kilos do fruto de murmuru para posterior beneficiamento e comercialização pela cooperativa.	38.300,00
2014_058	BMZ	Produção Familiar	CAET	Tarauacá	17	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura (Industria de Polpa de Frutas)	Aquisição de insumos e de polpa de açaí para posterior beneficiamento e comercialização pela cooperativa.	10.000,00
							O capital de giro possibilitou a aquisição imediata de 36.000 kg. de açaí para posterior beneficiamento e comercialização pela cooperativa.	90.000,00
2015_001	BMU	Extrativismo	COOPERFLORESTA	Acrelândia; Capixaba; Xapuri	70	Fortalecimento da produção florestal madeireira sustentável nas associações cooperadas, contribuindo para a redução do desmatamento	Contratação de assistência técnica para gerenciamento da safra 2015 nos Plano de Manejo Comunitários - PMFSC do Projetos Agroextrativistas - PAEs Porto Dias, São Luís do Remando e Reserva Extrativista Chico Mendes; Atividade de extração madeireira.	330.000,00
2015_01	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Rodrigues Alves	60	Pagamento do Subsídio Estadual para a Cadeia Produtiva da Borracha - Lei Chico Mendes	Pagamento de subsídio de 549.217,50 kg. de murmuru para 60 famílias	549.217,50
2015_01	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Estado do Acre	340	Pagamento do Subsídio Estadual pa Cadeia Produtiva da Borracha - Lei Chico Mendes	Pagamento de subsídio (341.892,02 kg. de borracha) para 340 famílias dos municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Manoel Urbano; Plácido de Castro; Porto Acre; Rio Branco; Senador Guiomard; Tarauacá * A SEAPROF disponibilizou os dados parcialmente.	829.610,43
2015_001	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Estado do Acre	921	Pagamento do Subsídio Estadual pa Cadeia Produtiva da Borracha - Lei Chico Mendes	Subsídio da produção: CVP nativo 38.467,70 kg.; CVP cultivo 10.391,00 kg.; FDL 10.601 kg.; látex nativo 25.466,80 kg.; látex cultivo 69.697,95 kg. = totalizando 154.624,45 kg. de borracha, beneficiando famílias dos municípios de Acrelândia; Assis Brasil; Brasiléia; Epitaciolândia; Feijó; Mâncio Lima; Manoel Urbano; Plácido de Castro; Porto Acre; Rio Branco; Senador Guiomard; Tarauacá.	678.196,07
2015_001	BMZ	Produção Familiar	SEDENS	Bujari; Porto Acre; Plácido de Castro; Rio Branco; Senador Guiomard	25	Construção de viveiros piscícolas nas regionais do Baixo Acre (Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco e Senador Guiomard.)	Contratação de assistência técnica para implementação da cadeia produtiva no estado.	240.000,00
							Construção de 121 hectares de lâmina d´água para criação de peixes, beneficiando 25 produtores rurais nos municípios de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco e Senador Guiomard.	2.000.000,00
							Aquisição de 17.750 alevinos de pirarucu; Aquisição de 19.950.500 alevinos de pintado.	600.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2015_002	BMU	Pecuária Sustentável	SEDENS	Brasiléia; Capixaba; Cruzeiro do Sul; Porto Acre; Rio Branco	8	Construção de viveiros piscícolas nas regionais do Alto Acre e Juruá	Contratação de assistência técnica, pessoal de apoio logístico para operacionalizar a cadeia produtiva do peixe no período de 2015/2016 nas regionais do Alto Acre e do Juruá.	1.112.863,18
							Construção de 170 hectares de lâminas d´água, beneficiando oito produtores rurais.	2.802.500,00
							Aquisição de 26.000 alevinos (tambaqui).	185.236,82
2015_002	BMU	Pecuária Sustentável	ACREPEIXE	Bujari; Rio Branco; Sena Madureira	100	Fortalecimento da piscicultura e produção familiar com melhoria da capacidade de produção dos agricultores familiares.	Aquisição e distribuição de 270.000 kg. de ração de peixe; 630.000 alevinos beneficiando 100 famílias de produtores rurais localizados no Baixo e Alto Acre.	1.625.000,00
2015_002	BMU	Extrativismo	FUNTAC	Bujari; Capixaba; Plácido de Castro; Senador Guiomard; Xapuri	310	Aquisição de borracha seca em forma de látex (in natura), visando atender as demandas da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri.	Aquisição de 104.166,67 kg. de borracha seca (16.464,17 kg. Látex nativo e 87.702,49 kg. seringal de cultivo) de 310 produtores viabilizando a produção de 31.249.998 milhões de preservativos masculinos na NATEX.	1.000.000,00
2015_003	BMU	Pecuária Sustentável	ANAC	Estado do Acre	97	Valorização das cadeias produtivas agroflorestais baseadas na sustentabilidade socioambiental.	Realização de eventos de divulgação das Cadeias Produtivas (01 Feira de negócio, 01 intercâmbio e três feiras de produtores) com produtores dos municípios de Bujari; Cruzeiro do Sul; Feijó; Mâncio Lima; Porto Walter; Rio Branco; Rodrigues Alves; Tarauacá.	500.000,00
2015_003A	BMU	Pecuária Sustentável	ACREPEIXE	Bujari; Cruzeiro do Sul; Mâncio Lima; Rio Branco; Tarauacá	100	Apoio a piscicultura na produção familiar através de apoio técnico e logístico a comercialização dos produtos.	Contratação de assistência técnica para os produtores das 06 cooperativas que integram a ACREPEIXE; Manutenção de máquinas e veículos; Aluguel de carros para transportar a produção e prestar assistência técnica; diagnóstico e capacitação dos Produtores das 06 Cooperativas de Produção que integram a Central de Cooperativas dos Piscicultores do Acre (ACREPEIXE).	1.000.000,00
2015_004	BMU	Fortalecimento do SISA	IMC	Estado do Acre	N/A	Fortalecimento do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA	Apoio à gestão técnica e administrativa do SISA - Programa ISA CARBONO, no âmbito do Programa REDD Early Movers - REM/KFW. Elaboração do Template do Programa REM - Fase II. Produção de 38 programas de rádio sobre: 1. Mudanças Climáticas e o SISA Acre; 2. Programa REM/KfW e o SISA Acre; 3. Força Tarefa em combate ao desmatamento, as queimadas e a seca severa e o SISA Acre; Registro de imagens e vídeo da Feira de Resultados do Programa REM/KfW.	479.636,00
							Apoio ao Seminário de Avaliação do Programa REM, ocorrido de 12 a 13 de setembro de 2016.	141.628,00
							Realização do Seminário Internacional de Divulgação dos Resultados e Lições do Programa REM (COP 21); Assessoria de imprensa, registro de imagens (vídeos e fotos), produção e veiculação em mídia nacional e internacional dos resultados do Programa Rem no Acre; Seminário Local de Difusão do SISA; Assessoria Técnica para o estabelecimento de requerimentos e admissão de projetos especiais no SISA; Assessoria Técnica para a definição metodológica e estabelecimento de procedimentos e requerimentos de REDD+ e alinhamento da linha de base do Acre com o FREL e UNFCCC.	538.450,00
							Assistência técnica e monitoramento dos convênios firmados. Foram realizadas visitas técnicas nos municípios/beneficiários de Tarauacá, Mâncio Lima, Rodrigues Alves; Monitoramento do cumprimento das salvaguardas socioambientais; Produção de material de divulgação a nível nacional e internacional. Em parceria com a SECOM foi realizada a campanha "Sou agente do clima e da floresta. Evite Queimadas!". Realização de vídeos de divulgação do SISA. Realização do Seminário de Avaliação do Programa ISA Carbono do SISA: Resultados e Impactos, em 2016.; Manutenção da UGP do IMC.; Reformulação do site do IMC. Acompanhamento do processo de validação dos Indicadores do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCD/AC, via Plataforma Indicar, em parceria com o Ipam.	1.080.286,00
2015_004	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Estado do Acre	N/A	Plantio de Seringueira visando a redução do desmatamento e redução do uso do fogo.	Recurso devolvido integralmente ao FEF	300.000,00
2015_005	BMZ	Fortalecimento do SISA	IMC	Estado do Acre	N/A	Fortalecimento do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA	52 comunitários indígenas capacitados nos seguintes temas: serviços ambientais e mudança do clima, bem como, acompanhamento de ações do SISA em Terras Indígenas do Acre.	370.000,00
							184 atores do SISA capacitados; e apoio logístico na realização do Seminário de Resultados do Programa REM com 172 pessoas.	354.070,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
							Apoio à gestão técnica e administrativa do SISA - Programa ISA CARBONO, no âmbito do Programa REDD Early Movers - REM/KFW	313.630,00
							Realização da Auditoria Técnica Independente; Monitoramento dos convênios; Apoio ao funcionamento da CEVA, Comitê Científico e GT Indígena; Oficinas preparatórias para a Fase II do Programa REM; Planejamento do Plano de Comunicação; realização do Seminário de Avaliação do Programa REM no Acre - Fase I; Formação do GT Mulher; Participação do IMC na CONAREDD+; Participação na reuniões do GCF;; Participação na COP 23 em Bonn; Avaliação de estoque de carbono em sistemas agroflorestais de Acrelândia/AC até Nova Califórnia/RO; Avaliação do estoque de carbono em sistemas agroflorestais nos municípios de Boca do Acre e Guajará.	2.224.300,00
2015_005	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Estado do Acre	N/A	Apoio a Produção agricultura familiar por meio de serviço de mecanização agrícola que prevê a recuperação de áreas alteradas.	Recurso devolvido integralmente ao FEF	500.000,00
2015_006	BMZ	Fortalecimento do SISA	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SESP	Estado do Acre	N/A	Metodologia de monitoramento e fiscalização ambiental das Unidades de Produção Familiar para verificar a contribuição das atividades apoiadas pelo SISA.	Fiscalização ambiental aérea (62 horas de voo em áreas críticas de desmatamento), manutenção da aeronave e aquisição de combustível.	300.000,00
2015_006	BMZ	Produção Familiar	FUNTAC	Cruzeiro do Sul	6	Estudo fotoquímico de espécies oleaginosas e recursos florestais	Mapeamento de quatro espécies oleaginosas no PA Santa Luzia em Cruzeiro do Sul para elaboração de plano de manejo e estudo fotoquímico, visando gerar renda para seis famílias.	100.000,00
2015_007	BMZ	Fortalecimento do SISA	IMAC	Estado do Acre	N/A	Licenciamento, monitoramento e fiscalização, objetivando a redução de queimadas.	Emissão de 72 licenças ambientais para atividade de exploração madeireira em área de manejo florestal; emissão de 185 licenças/ autorização ambiental para atividades de uso do solo (desmate e queima controlada); monitoramento de 98 licenças emitidas para atividades florestais; ações de fiscalização para controle do desmatamento e queimadas ilegais, tendo como resultado a emissão de 172 Autos de Infração e notificações; Atendimento de 200 denúncias relacionadas as atividades ilegais de desmatamento e queimadas e transporte ilegal de madeiras.	400.000,00
2015_007	BMU	Produção Familiar	SEDENS	Bujari; Sena Madureira; Tarauacá; Cruzeiro do Sul	567	ATER junto às famílias residentes no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório e Floresta Estadual do Antimary e entorno.	Assistência técnica para cerca de 567 famílias das Florestas Estaduais e entorno nas ações produtivas e socioculturais; e Manutenção e operacionalização das UGAIs.	450.000,00
2015_008	BMU	Extrativismo	FUNTAC	Capixaba; Plácido de Castro; Senador Guiomard; Xapuri	372	Aquisição de borracha seca, em seringal nativo visando atender as demandas da fábrica de Preservativo Masculino de Xapuri	Aquisição de 52.083,33 kg. de borracha seca (20.532,41 kg. de látex nativo e 31.550,92 de látex de cultivo) de 372 produtores, viabilizando a produção de 22,1 milhões preservativos masculinos na NATEX.	500.000,00
2015_009	BMZ	Produção Familiar	SEMA	Bujari; Cruzeiro do Sul; Sena Madureira; Tarauacá	901	Transferência cadastral dos beneficiários do Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre, para o Cadastro Ambiental Rural – CAR e o Programa de Regularização Ambiental – PRA	Identificação dos beneficiários do Programa de Certificação da Propriedade com inscrição no cadastro ambiental rural - CAR; Realização da inscrição no CAR de 901 beneficiários do Programa REM/KfW.	429.847,42
2015_010	BMZ	Produção Familiar	ITERACRE	Estado do Acre	298	Regularização Fundiária nos Polos Agroflorestais do Estado do Acre	245 títulos emitidos para famílias residentes nos Polos Agroflorestais de Capixaba, Epitaciolândia, Xapuri I e II, Plácido de Castro, Brasiléia, Mâncio Lima; 53 Laudos de Identificação Fundiária na Floresta Estadual do Antimary para regularização da UC junto a Superintendência do Patrimônio da União.	200.000,00
2015_10	BMU	Extrativismo	SEDENS	Estado do Acre	N/A	Execução do Plano Estadual de Promoção das Cadeias Produtivas	Participação dos pequenos produtores agrícolas e extrativistas nas Feiras Agropecuárias de Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco (hospedagem, alimentação e transporte); Montagem do estande dos produtores; Participação dos produtores nas feiras de produtores e eventos de capacitação.	1.550.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2015_010	BMZ	Produção Familiar	SEDENS	Bujari; Cruzeiro do Sul,; Sena Madureira; Tarauacá	567	Fomentar a produção agroflorestal familiar nas florestas públicas e entorno.	Assistência técnica para os planos de manejo florestal comunitário, responsáveis por 30.959,927 m³ de madeira legal para o setor florestal. Recuperação e manutenção de carca de 100 km de ramais já abertos na FEA e PAE Canary e Limoeiro. Assistência técnica na implementação do Programa Nacional da Habitação Rural - PNHR, viabilizando a construção de 354 casas para moradores das florestas estaduais. Apoio logístico no transporte da produção e de moradores para as reuniões e oficinas realizadas nas sedes das UCs. Aquisição de insumos e equipamentos para a realização das atividades de capacitação, monitoramento e organização comunitária das UCs. Assistência técnica para cerca de 567 famílias das Florestas Estaduais (Rio Gregório, Liberdade, Mogno e Antimary) e entorno.	3.500.000,00
2015_011	BMU	Fortalecimento do SISA	SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM	Estado do Acre	N/A	Implementação do Plano Estadual de Cadeias produtivas	Produção de vídeos da produção suína, ovina e bovina e da cultura do açaí; Publicação MADE IN AMAZÔNIA, VTS de Televisão, logos cartazes e panfletos	200.000,00
2016_001	BMZ	Produção Familiar	COOPERFRUTO	Mâncio Lima	31	Implementação de ações elegíveis visando o desenvolvimento da cadeia produtiva do buriti, no município de Mâncio Lima.	Aquisição de 300 sacas (15.000 quilos) de buriti para beneficiamento e comercialização pela cooperativa.	2.674,95
							Construção do secador natural (forno) de frutos de buriti.	27.325,05
2016_001	BMZ	Fortalecimento do SISA	CDSA	Estado do Acre	N/A	Subvenção Econômica a CDSA para a custeio e manutenção das atividades administrativas na execução dos programas e subprogramas do SISA	Projeto Natex 2.0 modernizada e reposicionada; Promoção de cooperação financeira com China Green Carbon Foundation - CGCF para promover o uso sustentável dos recursos naturais em comunidades do PAE Chico Mendes e CFERG.; Elaboração do projeto Desbloqueando Finanças (Unlocking Forest Finance - UFF); Elaboração da plataforma de Perfomace Territorial do Acre - TPS com o EII.; Articulação com o Fundo Althelia e Kaeté Investimentos; Participação em diversos eventos nacionais e internacionais (ex: COP23 em Bonn e Encontro Anual da Força Tarefa no GCF em Balikpapan - Indonésia); TCT entre a UFAC a Universidade do Colorado e o Governo do Acre.	1.803.208,05
2016_001	BMU	Extrativismo	SEAPROF	Rodrigues Alves	80	Apoio ao Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, denominado Subsídio da Borracha.	Subsídio pago para 80 famílias agroextrativistas por 301.365,50 kg de fruto de murmuru.	301.365,50
				Brasiléia; Capixaba; Rio Branco; Sena Madureira; Tarauacá.	307		Subsídio pago para 307 famílias extrativistas (CVP Cultivo - 125.922,00 kg., CVP Nativo - 73.651,14 kg., FDL 11.798 kg., Látex Cultivo - 14.837,19 kg., Látex Nativo - 3.060,57kg.)	361.023,65
2016_002	BMZ	Indígena	ASIP	Cruzeiro do Sul	244	Fortalecer estratégias para a proteção da terra indígena, bem como contribuir para a segurança alimentar, por meio da produção agroflorestal e da criação de pequenos animais (avicultura), das famílias Saynawa e Jaminawa-Arara.	Aquisição de barco motorizado para viabilizar o escoamento da produção e expedições de proteção da TI; Aquisição de 06 kits casas de farinha; Aquisição de 04 engenhos de cana de açúcar; Aquisição de 406 frangos.	94.000,00
2016_002	BMZ	Produção Familiar	SEDENS	Bujari; Cruzeiro do Sul; Sena Madureira; Tarauacá	567	Assistência técnica a apoio logístico junto as famílias residentes no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório, Floresta Estadual do Antimary, Comunidades e Cooperativas do Juruá – Fase II.	Assistência técnica para cerca de 567 famílias das Florestas Estaduais de Assentamento do Tauari nas ações produtivas e socioculturais; e Manutenção e operacionalização das UGAIs. Assistência Técnica na execução do PNHR, viabilizando a construção de 115 casas para moradores do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório. Articulação e acompanhamento da implementação de serviços públicos básicos nas UCs, tais como: atendimentos médicos e odontológicos, cursos técnicos profissionalizantes, oficinas e palestras sobre gênero, mudanças climáticas, drogas, direitos humanos e etc.	317.000,00
	BMU	Extrativismo						431.250,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2016_003	BMZ	Produção Familiar	FUNTAC	Cruzeiro do Sul; Porto Walter	139	Estudo fotoquímico de espécies oleaginosas e recursos florestais, visando contribuir com ações de diminuição do desmatamento no Estado do Acre.	Mapeamento de seis espécies oleaginosas com georreferenciamento de 18.980 indivíduos distribuídos em oito áreas, perfazendo um total de 803,631ha; Emissão de 25 pareceres de análises físico-químicos dos óleos das espécies mapeadas; Realização de cinco oficinas de capacitação em coleta e beneficiamento de óleos vegetais, beneficiando 131 famílias das comunidades Santa Luzia, Simpatia, Besouro e Vitória.	230.000,00
2016_004	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Cruzeiro do Sul; Feijó; Jordão; Mâncio Lima; Manoel Urbano; Marechal Thaumaturgo; Porto Walter; Rio Branco; Rodrigues Alves; Santa Rosa; Sena Madureira; Tarauacá	1042	Implementação de ações das Cadeias Produtiva do Mel, nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Jordão, Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano, Sena Madureira, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Porto Acre, Bujari e Rio Branco.	Cadastramento de 1.120 famílias no diagnóstico realizado in loco para identificação de produtores no estado do Acre; Assessoria técnica para 1.120 famílias por meio de orientação, prática de multiplicação de colmeias, proteção de predadores e processo de coleta de mel maturado; Aquisição de 9.000 embalagens para acondicionamento do mel produzido, objetivando padronizar a apresentação do produto e facilitar o processo de comercialização; Realização da 1ª Feira do Mel do estado do Acre, no município de Brasiléia com a participação de produtores da Região do Alto Acre, onde houve a distribuição de 8.000 caixas de abelhas sem ferrão para cerca de 800 famílias; Realização do 1º Encontro Estadual de Criadores de Abelhas na Exposição Agropecuária do Acre - EXPOACRE que contou com a participação de 32 produtores de 13 municípios, resultando no intercâmbio de experiências entre os participantes e palestras sobre boas práticas e mercado.	150.000,00
2016_005	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Cruzeiro do Sul; Feijó; Mâncio Lima, Rio Branco, Rodrigues Alves; Tarauacá	159	Implementação das ações de incentivo à produção sustentável do açaí para pequenos produtores rurais.	Produção e distribuição de 122.358 mudas de açaí para pequenos produtores, totalizando o plantio de 244 ha de área e beneficiando 159 produtores familiares.	300.000,00
2016_005	BMZ	Produção Familiar	COOPERACRE	Brasiléia, Bujari; Epitaciolândia; Rio Branco; Sena Madureira; Senador Guiomard; Xapuri	534	Implementação de ações elegíveis visando apoiar a logística para escoamento da produção agroextrativista nas regionais do alto Acre, Baixo Purus e Tarauacá- Envira.	Manutenção e conservação de 529 km de ramais e consertos de pontes para viabilizar o escoamento da produção agroextrativista; e realização de 40 reuniões de planejamento para organização da produção comunitária.	298.000,00
2016_006	BMZ	Produção Familiar	SEMA	Estado do Acre	N/A	Apoio a gestão, funcionamento e proteção das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no estado do Acre.	Atividades de implementação dos planos de Gestão de 8 (oito) UCs estaduais como: expedições de comando e controle contra crimes ambientais, pelo Batalhão da Policia Ambiental e equipe gestora; instalação de infraestrutura (torres) para observação de aves e pesquisas; reuniões dos Conselhos Gestores das UCs; manutenção das placas de sinalização; operacionalização das sedes e bases de apoio, além da aquisição e manutenção de equipamentos e insumos; reuniões com as comunidades locais; participação em cursos e eventos pela equipe técnica; assistência técnica para os moradores das florestas estaduais; acompanhamento das atividades dos PGTIs nas terras indígenas.	2.028.260,00
2016_006	BMZ	Produção Familiar	AMOPREAB	Assis Brasil	63	Fortalecimento da cadeia produtiva da borracha (FDL/ CVP) , na Reserva Chico Mendes, no Município de Assis Brasil.	Aquisição de 63 kit de extração e coleta de látex para a produção de folha defumada líquida - FDL e cernambim virgem prensado - CVP.	50.700,00
							Contratação de 05 técnicos prestando assistência técnica para 63 moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil, realizando as seguintes ações: mapeamento e georreferenciamento de 65 estradas de seringa (contendo 7.800 árvores), a aplicação de 44 questionários para diagnóstico socioeconômico das famílias, análise temporal do desmatamento nas colocações (2008-2017) e apoio ao armazenamento e escoamento da borracha.	78.478,30
							O capital de giro possibilitou a compra imediata da produção de 4.158 kg de CVP e 2.223 Kg de FDL para posterior comercialização pela associação.	51.401,70
2016_007	BMZ	Produção Familiar	SINDUSMAD	Estado do Acre	N/A	Fortalecimento da cadeia florestal madeireira através da geração de informações sobre o processamento e aproveitamento da matéria-prima florestal.	Estudo de coeficiente de rendimento volumétrico de madeira serrada. As espécies utilizadas para determinação do coeficiente de rendimento volumétrico foram: amarelão (Aspidosperma parvifolium A.DC), castanharana (Eschweilera atropetiolata S.A. Mori), cumaru-ferro (Dipteryx odorata (Aubl.) Willd., garapeira (Apuleia leiocarpa (Vogel) J.F. Macbr., guaribeiro (Barnebydendron riedelii (Tul) J.H.Kirkbr., sumaúma (Ceiba pentandra (L.) Gaertn., copaíba (Copaifera paupera (Herzog) Dwyer, jatobá (Hymenaea courbaril L.) e matamatá (Eschweilera coriacea (DC.) S.A. Mori).	60.000,00

Continua

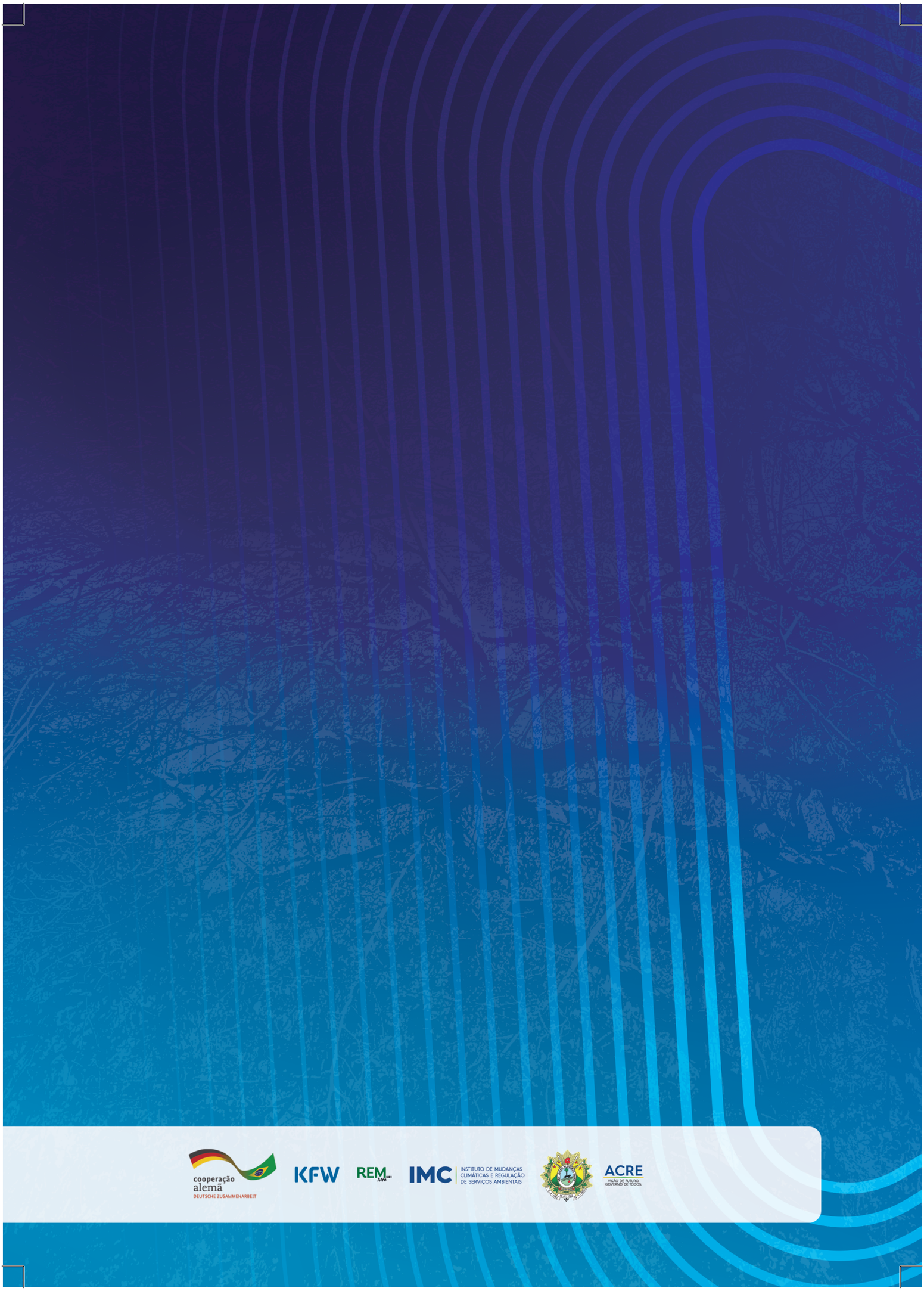
N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2016_007	BMZ	Fortalecimento do SISA	IMAC	Estado do Acre	N/A	Fortalecer e ampliar atividades de controle ambiental (licenciamento, monitoramento e fiscalização) de forma a subsidiar a redução de emissões de dest. E a degradação florestal no estado do Acre.	Emissão de 77 licenças ambientais para atividade de exploração madeireira em área de manejo florestal; emissão de 160 licenças/ autorização ambiental para atividades de uso do solo (desmate e queima controlada); monitoramento de 102 licenças emitidas para atividades florestais; ações de fiscalização para controle do desmatamento e queimadas ilegais, tendo como resultado a emissão de 261 Autos de Infração e notificações; Atendimento de 256 denúncias relacionadas as atividades ilegais de desmatamento e queimadas e transporte ilegal de madeiras.	300.000,00
2016_008	BMZ	Produção Familiar	CORPO DE BOMBEIRO	Estado do Acre	N/A	Promover ações de combate as queimadas ilegais e incêndios florestais, nas comunidades localizadas em áreas críticas no Estado do Acre.	Foram atendidas 1.565 ocorrências de incêndios em vegetação na região do Baixo Acre; 48 ocorrências de incêndios em vegetação no Alto Acre; 105 ocorrências de incêndios em vegetação na região do Purus; 145 ocorrências de incêndios em vegetação no Tarauacá - Envira; 28 ocorrências de incêndios em vegetação no Vale do Juruá (junho/2016 e julho/ 2017). Monitoramento e fiscalização em 05 áreas críticas (Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Porto Acre e Feijó) ao desmatamento e queimadas e incêndios florestais; Formação de 05 brigadas comunitárias nos municípios de Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Porto Acre e Feijó.	200.000,00
2016_008	BMZ	Produção Familiar	ASAEBRICAL	Crugeiro do Sul	20	Apoio ao ordenamento do Turismo Ecológico da Comunidade do Rio Crôa.	Implementação do Plano de Turismo Ecológico da Comunidade do Crôa: aquisição de 01 barco com motor para transportar turistas; Aquisição de 50 coletes salva-vidas; Confecção e instalação de 20 placas de identificação e educação ambiental; confecção de 5.000 folders de divulgação; Aquisição de 30 lixeiras; Capacitação de 20 agentes comunitários da comunidade.	80.000,00
2016_009	BMZ	Fortalecimento do SISA	DEPASA	Estado do Acre	N/A	Promover ações integradas para conscientização da população de Rio Branco sobre a utilização da água potável, visando a garantia de abastecimento em 2016.	Realização de 15 multidões nos bairros de Rio Branco contra o desperdício da água, situação agravada com a seca nos meses de agosto a outubro. O DEPASA estima ter alcançado cerca de 9.855 pessoas com a realização das multidões. Realização de 05 oficinas com setores da sociedade (comercial, industrial e prefeituras) para conscientização e estabelecimento de ações de combate a vazamento, além de reparo nas redes de abastecimento e notificação contra o desperdício. Participaram das oficinas realizadas nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Rio Branco 248 pessoas.	150.000,00
2016_009	BMZ	Indígena	FUNDAPE	Estado do Acre	20	Fortalecimento da economia extrativista indígena por meio da certificação de sementes florestais nativos.	Capacitação de quatro técnicos do laboratório de sementes no laboratório da LANAGRO de Belém-PA; duas oficinas de capacitação em Boas práticas de recepção, beneficiamento, armazenamento e comercialização de sementes florestais nativas da AYOPARE para técnicos das aldeia Ashaninka e das instituições parceiras e estagiários do PZ; Reforma e adequação do Laboratório de Sementes Florestais do Parque Zoobotânico - UFAC para credenciamento e certificação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através de reforma e adequação física, aquisição de equipamentos e insumos.	121.000,00
2016_009	BMZ	Indígena	ASCY	Tarauacá	942	Implementação de Ações Prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena do Rio Gregório	Aquisição equipamentos e insumos para apoio ao escoamento da produção agroflorestal e artesanato (08 barcos de 10 metros com motor; 01 barco tipo voadeira de 08 metros, 2.000 litros de gasolina e 150 litros de óleo lubrificante) para escoamento da produção agroflorestal.	150.000,00
2016_010	BMZ	Produção Familiar	SEAPROF	Assis Brasil; Capixaba; Plácido de Castro; Porto Acre; Manoel Urbano; Senador Guiomard; Xapuri	170	Fomentar o desenvolvimento sócio produtivo e econômico dos produtores familiares, em bases agroecológicas, por meio de plantio de mudas de seringueiras (Hevea brasiliensis) em sistema consorciado, visando a utilização de áreas já destinadas ao plantio e a diversificação da produção.	Mecanização de 413 hectares para o plantio de seringueira.	661.432,91
							Aquisição de 195.243 mudas clonadas de seringueiras, distribuídas para 170 famílias em sete municípios (Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Manoel Urbano, Senador Guiomard e Xapuri)	1.598.567,09
2016_011	BMZ	Produção Familiar	SEMA	Bujari; Crugeiro do Sul; Sena Madureira; Tarauacá	N/A	Promover a integração social das comunidades nas Florestas Públicas Estaduais e entorno, por meio da realização de um torneio de futebol denominado III Copão da Floresta.	Realização do III Torneio de futebol nas Florestas Públicas Estaduais e entorno com a participação de 34 times masculinos e 06 femininos; realização da 1ª corrida de pedestre com a participação de 48 atletas do sexo masculino e 19 feminino.	270.750,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2016_012	BMZ	Produção Familiar	ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Crugeiro do Sul; Tarauacá	441	Apoio a manutenção e funcionamento do centro de comercialização de produtos agroextrativista da comunidade São Francisco de Assis do Rio Liberdade	Aquisição de carrinho para transportar a produção.	9.765,00
							Construção da rampa de acesso ao Centro de Armazenamento e Comercialização.	113.461,00
							Contração de assistência técnica e pessoal de apoio (administrador, vigia, técnico e barqueiro) para funcionamento do Centro de Armazenamento e Comercialização de Produtos Agroflorestais, no período de 2016/2017; Aquisição de carrinho para transportar a produção.	76.774,00
2016_013	BMZ	Produção Familiar	ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE	Tarauacá	559	Conservação de ativos florestais na Florestal Estadual do rio Gregório, visando o Apoio ao funcionamento e manutenção do Centro de Comercialização de Produtos Agroflorestais da comunidade São Vicente do rio Gregório	Contração de assistência técnica e pessoal de apoio (administrador, vigia, técnico e barqueiro) para funcionamento do Centro de Armazenamento e Comercialização de Produtos Agroflorestais, no período de 2016/2017; Aquisição de carrinho para transportar a produção.	40.000,00
2016_014	BMZ	Fortalecimento do SISA	IPAM	Estado do Acre	N/A	Mapeamento de áreas vulneráveis ao desmatamento e diagnóstico de produção familiar	Produto 1 - Identificação e análise as áreas críticas de desmatamento no estado; produto 2 - Diagnóstico com os principais aspectos e análise das políticas da agricultura familiar no estado; produto 3- Pesquisa de mercado relacionando a agricultura familiar; produto 4 - proposta conceitual de organização estratégica das iniciativas de agricultura familiar.	200.000,00
2016_015	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO KAXINAWA NOVA OLINDA - ASPAKNO	Feijó	490	Implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá Nova Olinda.	Participação e realização de oficinas de tecelagem para mulheres indígenas; Intercâmbio de mulheres tecelãs entre a TI Nova Olinda e a TI Kaxinawa da Praia do Carapanã; Aquisição de insumos para confecção de artesanatos; Construção do Shubuã nas Aldeias para realização de atividades culturais na TI.	139.000,00
2016_016	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO DOS HUNIKUI DO CAUCHO - APAHC	Tarauacá	747	Implementações das ações prioritárias do plano de gestão territorial hunikui do Caúcho.	Construção do Kupixawa para realização dos festivais, eventos esportivos e intercâmbios na aldeia.	100.000,00
2016_017	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO PRAIA DO CARAPANÃ - ASKPA	Tarauacá	873	Implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental na Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã, Município de Tarauacá.	Aquisição de 3.600 mudas de espécies frutíferas para incremento dos SAFs; construção de 09 kupixawas nas aldeias; construção de um barco para escoamento da produção	118.050,00
2017_001	BMZ	Produção Familiar	COOPERCINTRA	Rodrigues Alves	72	Apoiar a operacionalização da produção sustentável da cadeia de valor do murmuru, para famílias extrativistas do Alto Juruá.	Aquisição de motocicleta adaptada com carreta; Cadastramento de 72 novos coletores de murmuru; Aquisição de 49.276 kg.de murmuru para beneficiamento.	55.000,00
2017_003	BMZ	Produção Familiar	ACREPEIXE	Bujari	13	Apoio a infraestrutura produtiva cadeia da piscicultura através da construção de tanques escavados para produtores familiares do Baixo Acre.	Construção de 20 tanques (20 hectares de lâminas d'água) beneficiando 13 famílias do PA Petrolina no município de Bujari.	200.000,00
2017_004	BMZ	Indígena	COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO	Estado do Acre	13	Formação técnica-profissionalizante de agentes agro-florestais indígenas, visando a consolidação da gestão territorial e ambiental e da produção sustentável em Terras Indígenas no Acre.	Realização do XXIV Curso de Formação de Agentes Agroflorestais com a participação de 13 agentes, representares de quatro povos: Huni Kuí, Manchineri, Puyanawa e Shawadawa; Aquisição de equipamentos de informática para capacitação dos agentes agroflorestais.	147.000,00

Continua

N° do Convênio/ Cooperação	Contrato	Subprograma	Entidade executora	Localização	N° Beneficiários	Objeto	Resultados	Valor Repassado
2017_005	BMZ	Indígena	ASCY	Tarauacá	209	Apoio à implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial da comunidade Katukina da Terra Indígena do Rio Gregório.	Aquisição de 04 barcos de alumínio motorizados para permitir o deslocamentos dos moradores em situação de emergência, a participação em eventos externos e o escoamento da produção. Abertura de 04 poços artesianos nas aldeias da TI, visando a captação de água limpa para o consumos da população.	90.000,00
2017_006	BMZ	Indígena	ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO JURUÁ - OPIRJ	Mâncio Lima	363	Apoio à implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial da Terra Indígena Nawa.	Aquisição de 01 barco de alumínio motorizados para permitir os deslocamentos dos moradores em emergência, a participação em eventos externos e o escoamento da produção; Aquisição de equipamentos e materiais para a construção de um viveiro de produção de mudas; aquisição de mudas frutíferas.	90.000,00
2017_007	BMZ	Indígena	ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO JURUÁ - OPIRJ	Feijó	263	Apoio à implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawa do Seringal Curralinho.	Aquisição de 01 barco de alumínio motorizados para permitir o deslocamentos dos moradores em situação de emergência, a participação em eventos externos e o escoamento da produção; Aquisição de equipamentos e materiais para plantio e enriquecimento 10 hectares de SAFs; aquisição de 21.000 mudas e/ou sacos de sementes frutíferas (graviolas, cupuaçu, abacate laranja, lima, tangerina, cajarana, coco, acerola, melancia, abobora, maracujá, feijão de praia, feijão carioca, milho, couve, coentro, cebolinha, pimentão, tomate); Oficina de capacitação em confecção de peças de madeira com agentes agroflorestais indígenas.	90.000,00
2017_008	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO MANCHINERI DA ALDEIA NOVA UNIÃO (AMDES)	Assis Brasil	107	Apoio à implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre.	Aquisição de materiais e insumos para construção de 06 casas de farinha; Aquisição de 370 frangos, 350 mudas de frutíferas (laranja, limão, cupuaçu, acerola e graviola), beneficiando a TI Cabeceira do Rio Acre.	40.000,00
2017_009	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO DO POVO ASHANINKA DO RIO ENVIRA (ASPARE)	Feijó	662	Apoio à implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira e Jaminaua/ Envira.	Oficina de tecelagem para mulheres indígenas; Aquisição de insumos para confecção de artesanatos; Aquisição de materiais e insumos e contratação de mão-de-obra para construção do Centro Cultural Ashaninka; Aquisição de 01 barco motorizado.	90.000,00
2017_010	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO DOS KAXINAWA DO RIO BREU - AKARIB	Marechal Thaumaturgo	165	Apoio à implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawa - Ashaninka do Rio Breu.	Aquisição de materiais e insumos para construção de 08 casas de farinha (chapa para forno, correia a-7 para polia, polia, bola de catitu, peneira e cabo de aço); Aquisição de barco motorizado; 08 kits roçados (roçadeira, lâminas, boca de lobo, ciscador, esmeril, corrente para motosserra, caixa d´água e polia chata) e demais equipamentos (02 motores estacionário 5,5 HP, roçadeira, moenda de cana de açúcar).	90.000,00
2017_011	BMZ	Indígena	ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES KAXINAWÁ DA TERRA INDÍGENA NA COLÔNIA 27	Tarauacá	179	Apoio à implementação de ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indigena Kaxinawa da Colônia 27.	Construção do Shubuã (kupixawa) na Terra Indígena Colônia 27 para realização de seminários, oficinas, cursos, intercâmbios culturais e encontros espirituais.	90.000,00
2018_001	BMZ	Fortalecimento do SISA	CDSA	Estado do Acre	N/A	Termo de Repasse de Recursos de Subvenção Econômica a CDSA 001/2018	Aprimoramento dos programas de valoração dos ativos e sustentabilidade financeira de uma economia de baixas emissões com EII e NORAD; Participação na elaboração do Projeto Paisagens Sustentáveis pelo GEF; Realização do Estudo sobre Inovações nas Cadeias Produtivas Agropecuárias e Florestas; Disseminação de uso da plataforma integradas de monitoramento do progresso do Acre rumo a uma economia verde e sustentável; Contribuiu nos Estudos de Mecanismos Financeiros Inovadores Sustentáveis; Articulação com governos subnacionais através da Força Tarefa dos Governadores; e PArticipação em eventos nacionais e internacionais para estabelecimento de parcerias.	146.463,24
2018_001	BMZ	Produção Familiar	ASAREAL	Cruzeiro do Sul	41	Promover melhorias na infraestrutura de trafegabilidade do ramal da Branca, localizado na Reserva Extrativista do Rio Liberdade, visando o escoamento da produção sustentável das comunidades e Fortalecimento Institucional.	Abertura e recuperação de 10 km de ramal para viabilizar o escoamento da produção e acesso de 41 famílias residentes nas Comunidades Monteiro, São Raimundo, Garapa e Morro da Pedra da Reserva Extrativista Rioginho da Liberdade.	150.000,00
2018_002	BMZ	Indígena	ASSOCIAÇÃO PUYANAWA	Mâncio Lima	757	Fortalecimento de iniciativas de valorização cultural e etnoturismo, como ações prioritárias do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa", localizada no município de Mâncio Lima – AC	Realização do Festival de Cultura Puyanawa (Festival da Mandioca). Os recursos viabilizaram a contratação de mão de obra e aquisição de insumos e equipamentos para construção dos chalés e banheiros para hospedar os turistas durante os dias de festival.	50.000,00
2018_004	BMZ	Fortalecimento do SISA	CDSA	Estado do Acre	N/A	Apoiar no financiamento de ativos e créditos de emissões de gases de efeito estufa, advindos da diminuição do desmatamento.	Pagamento da Markit.	60.000,00
2018_005	BMZ	Produção Familiar	COOPERFLORESTA	Xapuri	97	Implementação de ações elegíveis visando apoiar a logística para escoamento da produção agroextrativista nas regionais do alto Acre, Baixo Purus e Tarauacá- Envira.	Melhoramento de 60 km de carreadores de ramais de acesso a produção madeireira; Arraste de 1.000 metros cúbicos de toras com Skidder; e embarque de toras com pá carregadeira.	40.000,00
TOTAL								**85.362.872,03**


cooperação
alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT
KFW
REM
Acre
IMC
INSTITUTO DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO
DE SERVIÇOS AMBIENTAIS
ACRE
VISÃO DE FUTURO.
GOVERNO DE TODOS.